

Versão final

**GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO
PARA O PLANEJAMENTO URBANO PARTICIPATIVO
PLANO DE AÇÃO DAS SUBPREFEITURAS DE SÃO PAULO
Subprefeitura Mooca**

NOVEMBRO/2019 – SETEMBRO/2020

PROJETO

914BRZ5015

**GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO PARA SMDU / SÃO PAULO
(9580)**

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

EDITAL 04/2019

PRODUTO 6 – SUBPREFEITURA MOOCA

DETALHAMENTO

Documento técnico contendo: Relatório Final elaborado em conjunto com os técnicos e demais consultores contendo Sumário Executivo e os Planos de Ação Regionais para cada uma das 32 Subprefeituras.

CONSULTOR

Consultor Especialista em Planejamento Urbano Participativo

Rita de Cássia Ogera

São Paulo – 28 de setembro de 2020.

Lista de siglas

AACD	Associação de Assistência à Criança Deficiente
AMA	Assistência Médica Ambulatorial
CAPE	Coordenadoria de Atendimento Permanente e de Emergência
CCA	Centro para Crianças e Adolescentes
CDC	Clube da Comunidade
CEDESP	Centro de Desenvolvimento Social e Produtivo
CEE	Centro Esportivo e Educacional
CEI	Centro de Educação Infantil
CENTRO POP	Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua
CET	Companhia de Engenharia de Tráfego
CEU	Centro Educacional Unificado
COHAB	Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo
COVID 19	Doença causada pelo novo coronavírus
CPM	Conselho Participativo Municipal
CPTM	Companhia Paulista de Trens Metropolitanos
CRAI	Centro de Referência e Atendimento ao Imigrante
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CRESAN	Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional
EE	Escola Estadual

EETU	Eixos e Estruturação da Transformação Urbana
EMEF	Escola Municipal de Ensino Fundamental
EMEI	Escola Municipal de Educação Infantil
ETEC	Escola Técnica Estadual
FEMA	Fundo Especial de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
FMSAI	Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura
FUNDURB	Fundo de Desenvolvimento Urbano
GEOINFO	Coordenadoria de Produção e Análise de Informação
HIS	Habitação de Interesse Social
HMP	Habitação de Mercado Popular
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
ILPS	Instituição de Longa Permanência para Idosos
IPVS	Índice Paulista de Vulnerabilidade Social
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
LPUOS	Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo
MEM	Macroárea de Estruturação Metropolitana
MP	Ministério Público
NCI	Núcleos de Convivência do Idoso
NRP	Núcleo Regional de Planejamento
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

OGP	Open Government Partnership
OUCBT	Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí
PA	Perímetro de Ação
PDE	Plano Diretor Estratégico - Lei 16.050/2014
PEC	Plano Emergencial de Calçadas
PEUC	Parcelamento, Edificação e Utilização Compulsórios
PGIRS	Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos
PLANMOB	Plano de Mobilidade de São Paulo
PLANURBE-SMDU	Coordenadoria de Planejamento Urbano da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano
PMSP	Prefeitura Municipal de São Paulo
PPA	Plano Plurianual
PRA	Programa de Redução de Alagamento
PRS	Plano Regional da Subprefeitura
PSM	Pronto Socorro Municipal
SABESP	Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo
SAGA	Supervisão para Assuntos de Governo Aberto
SEADE	Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
SEHAB	Secretaria Municipal de Habitação
SEME	Secretaria Municipal de Esportes e Lazer
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SGM	Secretaria de Governo Municipal
SF	Secretaria Municipal da Fazenda

SIURB	Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras
SMADS	Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social
SMC	Secretaria Municipal de Cultura
SMDDET	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho
SMDHC	Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania
SMDU	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano
SME	Secretaria Municipal de Educação
SMIT	Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia
SMPED	Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência
SMRS	Secretaria Especial de Relações Sociais
SMS	Secretaria Municipal da Saúde
SMSU	Secretaria Municipal de Segurança Urbana
SMSUB	Secretaria Municipal das Subprefeituras
SMT	Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes
SPTans	São Paulo Transporte S/A
SPUrbanismo	São Paulo Urbanismo
SVMA	Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente
SVMA - DIPO	Divisão de Implantação, Projetos e Obras da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente
UBS	Unidade Básica de Saúde
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UPA	Unidade de Pronto Atendimento

URSI	Unidade de Referência à Saúde do Idoso
USP	Universidade de São Paulo
ZC	Zona Centralidade
ZCOR	Zona Corredor
ZDE	Zona de Desenvolvimento Econômico
ZEIS	Zona Especial de Interesse Social
ZEPAM	Zona Especial de Proteção Ambiental
ZEPEC	Zona Especial de Preservação Cultural
ZER	Zona Exclusivamente Residencial
ZEU	Zona Eixo de Estruturação e Transformação Urbana
ZEUP	Zona Eixo de Estruturação e Transformação Urbana Proposta
ZPI	Zonas Predominantemente Industriais
ZPR	Zona Predominantemente Residencial

Lista de quadros, gráficos e mapas

Quadro 1: Propostas da sociedade civil por Subprefeitura.	21
Gráfico 1: Propostas da sociedade civil por Subprefeitura.	22
Quadro 2 e Gráfico 2: Propostas da sociedade civil organizadas por competência das secretarias municipais.	23
Mapa 1: Perímetros de Ação da Subprefeitura.	39
Quadro 3: Perímetros de Ação da Subprefeitura e Programa de Metas 2019-2020.	65
Quadro 4: Critérios de análise dos Perímetros de Ação.	83
Quadro 5: Critérios destacados a partir do processo de seleção dos Perímetros de Ação.	91
Mapa 2: Participação Popular e a elaboração do Plano de Ação da Subprefeitura.	94
Quadro 6: Quadro Consolidado das Propostas da Subprefeitura Mooca.	97
Quadro 7: Contagem de Propostas por setorial municipal.	100
Quadro 8: Devolutiva das Secretarias municipais – Subprefeitura Mooca.	101
Quadro 9: Recomendações Técnicas para o Plano de Ação 2020 e recomendações para 2021 da Subprefeitura Mooca.	125

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
INTRODUÇÃO	14
PLANO DE AÇÃO DA SUBPREFEITURA E O SISTEMA DE PLANEJAMENTO URBANO MUNICIPAL	29
Institucionalidades e administração pública	30
Planejamento urbano e planejamento orçamentário	32
Planejamento urbano e participação da sociedade civil organizada	34
1. PLANO REGIONAL DA SUBPREFEITURA	36
1.1. Plano Regional da Subprefeitura Mooca	36
1.2. Caracterização e Diretrizes dos Perímetros de Ação	40
2. PLANO REGIONAL DA SUBPREFEITURA E A TERRITORIALIZAÇÃO DO PROGRAMA DE METAS 2019-2020	65
2.1. Programa de Metas 2019-2020 nos Perímetros de Ação da Subprefeitura	65
2.2. Avaliação qualitativa sobre a relação entre diretrizes do Plano Regional e Programa de Metas 2019-2020, avaliação por Perímetro de Ação	69
2.3. Considerações sobre a relação entre os Perímetros de Ação do Plano Regional da Subprefeitura e o Programa de Metas 2019-2020	76
3. PRIORIZAÇÃO DOS PERÍMETROS DE AÇÃO DOS PLANOS REGIONAIS DAS SUBPREFEITURAS	77
3.1. Priorização dos Perímetros de Ação na Subprefeitura Mooca	87
3.2. Considerações sobre a priorização dos Perímetros de Ação	91
4. PARTICIPAÇÃO POPULAR E ELABORAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO DA SUBPREFEITURA	93
4.1. Sistematização e avaliação das contribuições da sociedade na consulta pública	95
4.2. Posição das Secretarias Municipais sobre as Propostas	100
4.3. Propostas para o Plano de Ação da Subprefeitura a partir das contribuições da sociedade na consulta pública	106

**5. CONSIDERAÇÕES TÉCNICAS SOBRE O PLANO DE AÇÃO DA
SUBPREFEITURA**

124

ANEXOS

ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.

APRESENTAÇÃO

O presente documento trata dos “Cadernos dos Planos de Ação das Subprefeituras da Cidade de São Paulo”. Este documento é produto da cooperação entre Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e a Prefeitura do Município de São Paulo. A cooperação se estabelece pelo Projeto 914BRZ5015 - Gestão da informação e do conhecimento para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDU) da Prefeitura do Município de São Paulo, Editais UNESCO Nº 03, 04 e 05/2019, publicizados entre 17 e 24 de setembro de 2019. Os profissionais contratados participaram na elaboração dos Planos de Ações das Subprefeituras do município de São Paulo junto a Coordenadoria de Planejamento Urbano (PLANURBE-SMDU-PMSP).

Além desta apresentação, os “Cadernos dos Planos de Ação das Subprefeituras da Cidade de São Paulo” estão organizados em duas partes. A primeira refere-se à Introdução, que apresenta e debate o processo de elaboração dos Planos de Ação das Subprefeituras, assim como suas relações com o sistema de planejamento urbano, o processo orçamentário e a participação da sociedade civil organizada.

A segunda parte refere-se ao estudo desenvolvido para as 32 Subprefeituras do município de São Paulo, sendo essa parte estruturada em cinco seções:

1. Plano Regional da Subprefeitura: em acordo com o Decreto Municipal Nº 57.537 de 16 de dezembro de 2016, discute:

1.1. Plano Regional da Subprefeitura: abarca o diagnóstico construído pelo processo do Plano Regional da Subprefeitura, introduzindo as questões urbanas particulares a cada Subprefeitura.

1.2 Caracterização e Diretrizes dos Perímetros de Ação: apresenta a caracterização e as diretrizes para cada Perímetro de Ação em acordo com o Decreto Municipal Nº 57.537 de 16 de dezembro de 2016.

2. Plano Regional da Subprefeitura e a Territorialização do Programa de Metas 2019-2020: apresenta a territorialização do Programa de Metas 2019-2020 do município de São Paulo, e debate a incidência deste sobre cada Subprefeitura e Perímetro de Ação.

2.1. Programa de Metas 2019-2020 nos Perímetros de Ação da Subprefeitura: estuda a relação espacial entre Programa de Metas 2019-2020 e os Perímetros de Ação.

2.2. Avaliação qualitativa sobre a relação entre diretrizes do Plano Regional e Programa de Metas 2019-2020, avaliação por Perímetro de Ação.

2.3. Considerações sobre a relação entre os Perímetros de Ação do Plano Regional da Subprefeitura e o Programa de Metas 2019-2020: apresenta convergências e articulações entre os Perímetros de Ação e a territorialização do Programa de Metas 2019-2020 para cada Subprefeitura.

3. Priorização dos Perímetros de Ação do Plano Regional da Subprefeitura: apresenta a priorização dos Perímetros de Ação dos Planos Regionais das Subprefeituras, selecionados a partir de avaliação técnica dos Perímetros de Ação em reuniões com os Núcleos Regionais de Planejamento (NRP).

3.1. Priorização dos Perímetros de Ação: descreve os Perímetros de Ação priorizados e respectivas justificativas para tal, realizada junto aos Núcleos Regionais de Planejamento.

3.2. Considerações sobre a priorização dos Perímetros de Ação: apresenta síntese sobre os Perímetros de Ação prioritários, realizada junto aos Núcleos Regionais de Planejamento.

4. Participação Popular e elaboração do Plano de Ação da Subprefeitura: apresenta as propostas da sociedade civil organizada a partir da audiência pública; síntese dessas propostas; classificação de cada proposta; autoria das respostas em termos de secretaria municipal; pertinência da proposta para o Plano de Ação da Subprefeitura; e as devolutivas de cada secretaria municipal sobre as propostas para o Plano de Ação.

4.1. Sistematização e avaliação das contribuições da sociedade na consulta pública: apresenta síntese das propostas, a classificação de cada proposta, a competência de respostas de cada órgão municipal e a pertinência das demandas para o Plano de Ação.

4.2. Posição das Secretarias Municipais sobre as Propostas: apresenta as devolutivas de cada órgão municipal para as demandas dos munícipes.

4.3. Propostas para o Plano de Ação da Subprefeitura a partir das contribuições da sociedade na consulta pública: apresenta as propostas para o Plano de Ação da Subprefeitura a partir das contribuições da sociedade na consulta pública.

5. Considerações Técnicas sobre o Plano de Ação da Subprefeitura: apresenta as considerações e recomendações técnicas que norteiam a implementação do Plano de Ação da Subprefeitura.

Ainda integram os Planos de Ação das Subprefeituras os anexos:

Anexo 01 - Roteiro Metodológico para elaboração dos Planos de Ação que compõem os Planos Regionais em cada Subprefeitura, de acordo com os dados disponíveis do Plano de Metas 2019-2020.

Anexo 02 - Mapas do Programa de Metas 2019-2020 nos Perímetros de Ação da Subprefeitura.

Anexo 03 - Mapa Perímetros de Ação da Subprefeitura.

Anexo 04 - Mapa Participação Popular e a elaboração do Plano de Ação da Subprefeitura.

INTRODUÇÃO

A realização dos “Planos de Ação das Subprefeituras da Cidade de São Paulo” foi definida no Decreto Municipal Nº 57.537 de 16 de dezembro de 2016, que trata dos Planos Regionais das Subprefeituras e também no 2º Plano de Ação em acordo com os objetivos do Governo Aberto na Cidade de São Paulo¹. O Plano de Ação das Subprefeituras relaciona-se com o Compromisso Nº 2: “Descentralização e Desenvolvimento Local: Elaborar os Planos de Ação das Subprefeituras” do Governo Aberto, que é o de ouvir as demandas territoriais, os conselhos municipais, agentes e usuários de equipamentos públicos e outras instâncias participativas locais, e garantir a publicidade e acessibilidade do orçamento público.

De acordo com o Plano Diretor Estratégico – PDE (Lei 16.050/2014) os Planos Regionais das Subprefeituras integram o Sistema Municipal de Planejamento Urbano, e detalham as diretrizes do Plano Diretor Estratégico aprovado em 2014, com seu horizonte de planejamento que segue até 2029.

No âmbito territorial de cada Subprefeitura, os Planos Regionais das Subprefeituras articulam as políticas setoriais e complementam as proposições relacionadas às questões urbanístico-ambientais em seus aspectos físicos e territoriais e demarcam os instrumentos urbanísticos e ambientais previstos no PDE 2014, em especial no seu artigo 346.

O aspecto territorial dos Planos Regionais é determinado pela *Rede de Estruturação Local*, a qual é composta por *Perímetros de Ação*, que são porções do território destinadas ao desenvolvimento urbano local, mediante integração de políticas e

¹ A Supervisão para Assuntos de Governo Aberto (SAGA), foi instituída pela Prefeitura Municipal de São Paulo no Decreto no 54.794/2014 como parte da Secretaria Municipal de Relações Internacionais (chamando-se, a princípio, São Paulo Aberta). Em janeiro de 2019, a Supervisão para Assuntos de Governo Aberto foi transferida para a Secretaria do Governo Municipal, em acordo com o Decreto No 58.596 de 07/01/2019. Seu principal objetivo é criar políticas públicas para difundir, articular e fomentar os conceitos de transparência, inovação, participação social e accountability na gestão pública como vias de combate à corrupção, além de interagir com a Open Government Partnership (OGP) na prestação de contas dos compromissos assumidos no Plano de Ação em Governo Aberto da cidade de São Paulo. O 2º Plano de Ação em Governo Aberto possui cinco compromissos, e o Plano de Ação das Subprefeituras relaciona-se com o Compromisso Nº 2: “Descentralização e Desenvolvimento Local”: Elaborar os Planos de Ação das Subprefeituras, ouvindo as demandas territoriais, os conselhos municipais, agentes e usuários de equipamentos públicos e outras instâncias participativas locais, e garantindo a publicidade e acessibilidade do orçamento público.

Informações extraídas de: Documento interno elaborado por SGM-PMSP, outubro de 2019 (pp.1-6). Sobre Governo Aberto ver também: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/governo/governo_aberto_na_cidade_de_sao_paulo/index.php?p=252984>, consultado em dezembro de 2020.

investimentos públicos, caracterizados a partir da articulação dos elementos locais nos sistemas urbanos e ambientais, nos termos do Plano Diretor Estratégico.

Dessa forma, foram elaborados em 2016 nas 32 Subprefeituras os respectivos Planos Regionais, que delimitaram 380 Perímetros de Ação Local para todo o município. Cada um desses *Perímetros de Ação* conta com descrição e mapeamento da respectiva área de análise, caracterização das questões relacionadas à sua área, bem como, apresentam objetivos e diretrizes para as intervenções intersecretariais em âmbito local.

O Decreto nº 57.537, de 16 de dezembro de 2016, regulamenta os artigos 344 a 346 da Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014 – Plano Diretor Estratégico, instituindo os Planos Regionais das Subprefeituras, elaborados a partir dos princípios e diretrizes nele estabelecidos, e articulado à revisão da nova disciplina de parcelamento, uso e ocupação do solo instituída pela Lei nº 16.402, de 22 de março de 2016; determina a composição e atribuições dos Núcleos Regionais de Planejamento (NRP) e orienta a elaboração e a aplicação dos Planos de Ação das Subprefeituras.

Os Planos de Ação das Subprefeituras definidos no § 4º do artigo 346 do PDE – 2014 visam garantir a compatibilidade entre a territorialização das ações setoriais previstas no Programa de Metas e as diretrizes estabelecidas no Plano Diretor Estratégico e nos Planos Regionais das Subprefeituras, e devem ser atualizados quadrienalmente, ouvido o Conselho de Representantes, em até 180 (cento e oitenta) dias após a publicação do Programa de Metas municipal, devendo esse último ser divulgado em até 90 dias a partir da posse do novo prefeito.

O Plano de Ação das Subprefeituras tem por finalidade priorizar e detalhar as propostas dos respectivos Planos Regionais, compatibilizando o Programa de Metas com a territorialização das ações setoriais previstas, conforme o Art. 9º - Decreto nº 57.537/2016.

§ 1º Os Planos de Ação das Subprefeituras contém:

I – as diretrizes elaboradas com base nos respectivos Planos Regionais;

II – os Perímetros de Ação priorizados, elencando as ações territoriais previstas ou planejadas por secretaria ou órgão público, seus respectivos estados de execução e orçamentos previstos ou estimados.

A elaboração dos Planos de Ação das Subprefeituras 2020 foi coordenada pela Secretaria de Governo Municipal (SGM) e das Subprefeituras (SMSUB) com orientação, suporte técnico e suporte metodológico da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDU) e, com a participação dos Núcleos Regionais de Planejamento (NRP) e dos Conselhos Participativo Municipais (CPM).

No início de 2019 a Prefeitura do Município de São Paulo promoveu uma revisão do Programa de Metas adequando-se à conjuntura econômica, financeira e administrativa, além de levar em consideração eventos imprevistos e lições aprendidas, definiu compromissos para o biênio 2019-2020. Com o compromisso de promover uma ampla divulgação da revisão programática, foram realizadas audiências públicas, de caráter devolutivo, nas 32 subprefeituras, além de uma audiência promovida na Câmara Municipal.

A revisão do Programa de Metas exprime 36 Objetivos Estratégicos, 71 metas e 213 iniciativas. Os objetivos estratégicos são enunciados que comunicam, de maneira direta e simples, quais as principais aspirações da Prefeitura, o resultado geral esperado com a execução das metas e as iniciativas associadas a eles. As metas dimensionam estes compromissos, estabelecendo o indicador para seu acompanhamento e o quantitativo a ser alcançado até o final de 2020. As iniciativas são as ações concretas necessárias ao alcance dos objetivos, por meio de intervenções realizadas pela Administração para que o resultado global seja alcançado com impactos positivos na vida da população.

A primeira rodada de Oficinas de Planejamento com vistas a elaboração dos Planos de Ação das Subprefeituras foi realizada entre os dias 16 e 30 de outubro de 2019 e sintetizou os conteúdos dos Planos Regionais das Subprefeituras, bem como, tratou de dar início a avaliação da articulação entre os Perímetros de Ação nele definidos com a territorialização das metas do Programa de Metas 2019-2020, face ao processo orçamentário e a atuação das diversas secretarias municipais em âmbito local.

As 32 oficinas realizadas retomaram o processo de planejamento regional, a partir das reuniões dos Núcleos Regionais de Planejamento (NRP) com atenção às divisas administrativas e aos territórios das 32 subprefeituras da capital paulista.

De acordo com Plano Diretor Estratégico (PDE) e com o Decreto 57.537/2016, os Núcleos Regionais de Planejamento, são:

- instâncias vinculadas a cada Subprefeitura, atuando como um colegiado intersetorial e interdisciplinar;
- responsáveis pela integração e articulação das políticas;
- responsáveis pelo acompanhamento das ações voltadas à concretização dos princípios, diretrizes e ações do Plano Diretor, dos Planos Regionais e outros instrumentos do Sistema de Planejamento Urbano;

- responsáveis por fornecer insumos para a elaboração dos Planos Regionais das Subprefeituras e dos Planos de Ação das Subprefeituras;
- responsáveis por integrar as discussões de conteúdo dos Planos Regionais das Subprefeituras e dos Planos de Ação das Subprefeituras;
- responsáveis por contribuir para os processos participativos dos Planos Regionais das Subprefeituras e dos Planos de Ação das Subprefeituras;
- responsáveis por apoiar e acompanhar as intervenções nos Perímetros de Ação;
- responsáveis por, quando cabível, constituir subgrupos para acompanhamento de intervenções específicas.

A realização dessas primeiras rodadas de Oficinas de Planejamento utilizou os mapas dos Perímetros de Ação definidos nos Cadernos dos Planos Regionais das Subprefeituras para cada uma das 32 Subprefeituras, bem como, a cada um deles foram sobrepostas as informações disponíveis sobre as metas incidentes nos territórios das Subprefeituras, previstas para o período 2019-2020 (cf. **Anexo 02**).

Os mapas produzidos com essas sobreposições refletiram o estado da arte das informações sobre as metas territorializadas a partir do levantamento das informações coletadas pelas Secretarias de Governo e das Subprefeituras, bem como, junto a todas as secretarias setoriais municipais com ação nos territórios.

Ressalta-se que o processo de planejamento foi iniciado a partir de um banco de dados preliminar sistematizado e georreferenciado em mapas elaborados por PLANURBE-SMDU, com possibilidade dinâmica de recepção de novas informações sobre as metas territorializadas, em um prazo máximo definido até 13/12/2019, a partir do qual novos ajustes foram realizados para a formulação das bases para a elaboração dos Planos de Ação das Subprefeituras para 2020.

A segunda rodada de oficinas em direção à elaboração do Plano de Ação das Subprefeituras, teve como objetivo a *priorização dos Perímetros de Ação (PA)* definidos nos Planos Regionais das Subprefeituras, as quais, foram realizadas em reuniões de análise e avaliação técnicas por Subprefeitura e junto aos respectivos Núcleos Regionais de Planejamento (NRP).

Para a avaliação técnica foi utilizado o método de pontuação e classificação dos Perímetros de Ação com base em cesta de critérios, conforme definido na “Roteiro Metodológico para elaboração dos Planos de Ação que compõem os Planos Regionais

em cada Subprefeitura, de acordo com os dados disponíveis do Plano de Metas 2019-2020” (**Anexo 01**).

Os critérios definidos para a avaliação técnica foram: (1) Estruturação e Transformação Urbana; (2) Inclusão socioeconômica; (3) Economia Urbana Local; (4) Infraestrutura e Serviços Urbanos Básicos; (5) Potencial de Articulação Setorial e de Obtenção de Recursos em Fundos Especiais de financiamento; (6) Resiliência e Vulnerabilidade Urbana; (7) Mobilidade Urbana; (8) Conhecimento da Representação Técnica e Demandas da Sociedade Civil.

A avaliação técnica foi organizada em três etapas, e a articulação dos critérios se adequa a cada uma das etapas, conforme segue:

- (i) Identificar a relação espacial entre critérios e Perímetros de Ação; mediante a *aplicação dos critérios de análise para cada um dos Perímetros de Ação*;
- (ii) Avaliar a relevância dos diferentes critérios para cada um dos Perímetros de Ação, também com atenção ao Programa de Metas;
- (iii) Analisar a relação espacial entre Programa de Metas e os Perímetros de Ação, em acordo com os diferentes critérios e considerado o estágio do projeto, obra ou atividade (planejamento, em execução, ou executado).

Após essa fase de avaliação técnica pelos NRPs e em continuidade ao processo de planejamento urbano, conforme definido nas disposições legais, a administração pública municipal realizou a *1ª rodada de audiências públicas* relativas à elaboração dos Planos de Ação das Subprefeituras.

As audiências públicas de consulta à sociedade civil, foram organizadas em parceria entre as Secretarias de Governo Municipal (SGM), de Desenvolvimento Urbano (SMDU), das Subprefeituras (SMSUB), e cada uma das 32 Subprefeituras. Elas ocorreram entre os dias 3 e 19 de fevereiro de 2020, e contaram com a participação dos membros dos Conselhos Participativos Municipais das Subprefeituras.

A agenda de audiências públicas sofreu ajustes devido a fortes chuvas e ao agravamento das situações de risco das populações mais vulneráveis em subprefeituras periféricas. Esse ajuste de datas se deu com vistas a potencializar a participação de população nas audiências públicas.

As audiências públicas foram iniciadas com a apresentação da SGM sobre o planejamento orçamentário municipal. Na sequência a equipe de PLANURBE-SMDU realizou a exposição sobre os Planos de Ação das Subprefeituras que abarcou o Plano Diretor Estratégico (PDE) e os Planos Regionais das Subprefeituras (PRS).

Neste segundo momento, os técnicos representantes da SMDU, com o apoio dos consultores UNESCO, trataram da articulação entre Perímetros de Ação e a territorialização do Programa de Metas 2019-2020, com vistas à elaboração do Plano de Ação das Subprefeituras.

A metodologia proposta em conjunto por SGM, SMDU e consultores UNESCO às consultas à sociedade civil utilizou o método de validação e/ou revisão dos resultados da Priorização de Perímetros de Ação em reuniões com os Conselhos Participativos das 32 Subprefeituras.

Conforme já comentado anteriormente, os trabalhos de Priorização de Perímetros de Ação haviam sido realizados previamente pelos 32 Núcleos Regionais de Planejamento (NRP), internamente à estrutura da administração municipal, para cada uma das Subprefeituras, durante o período de novembro de 2019 a janeiro de 2020.

O escopo das apresentações para as consultas à sociedade civil foi definido em conjunto pelos consultores UNESCO e técnicos PLANURBE-SMDU. O escopo foi estruturado da seguinte maneira:

- Abertura por SGM e SMSUB – Subprefeito;
- Síntese dos conceitos gerais do Plano Regional da Subprefeitura;
- Apresentação dos Perímetros de Ação, e sua localização, principais aspectos que o caracterizam, principais diretrizes e a territorialização do Programa de Metas 2019-2020;
- Apresentação de Quadro Síntese sobre os PA priorizados pelo Plano de Ação da Subprefeitura 2020 (cf. **Quadro 5**), acompanhado da justificativa que orientou essa priorização;
- Discussão aberta promovida na audiência pública;
- Manifestação verbal e escrita de participantes e representantes da sociedade civil;
- Síntese final sobre o objetivo principal da reunião, esclarecimentos necessários e validação e/ou realização de ajustes para orientar a formulação do Plano de Ação da Subprefeitura
- Dinâmica adotada nas audiências públicas: Plenária com os presentes, com a supervisão dos técnicos de PLANURBE-SMDU e consultores UNESCO. Foram utilizados os seguintes materiais pertinentes a cada Subprefeitura: 2 Mapas A0 de cada Subprefeitura; Mapas A3 para cada Perímetro de Ação da Subprefeitura; **Quadro Plano Regional da Subprefeitura e Programa de Metas 2019-2020** (cf. **Quadro 3**); **Quadro Perímetros de Ação priorizados e justificativas** (cf. **Quadro 5**).

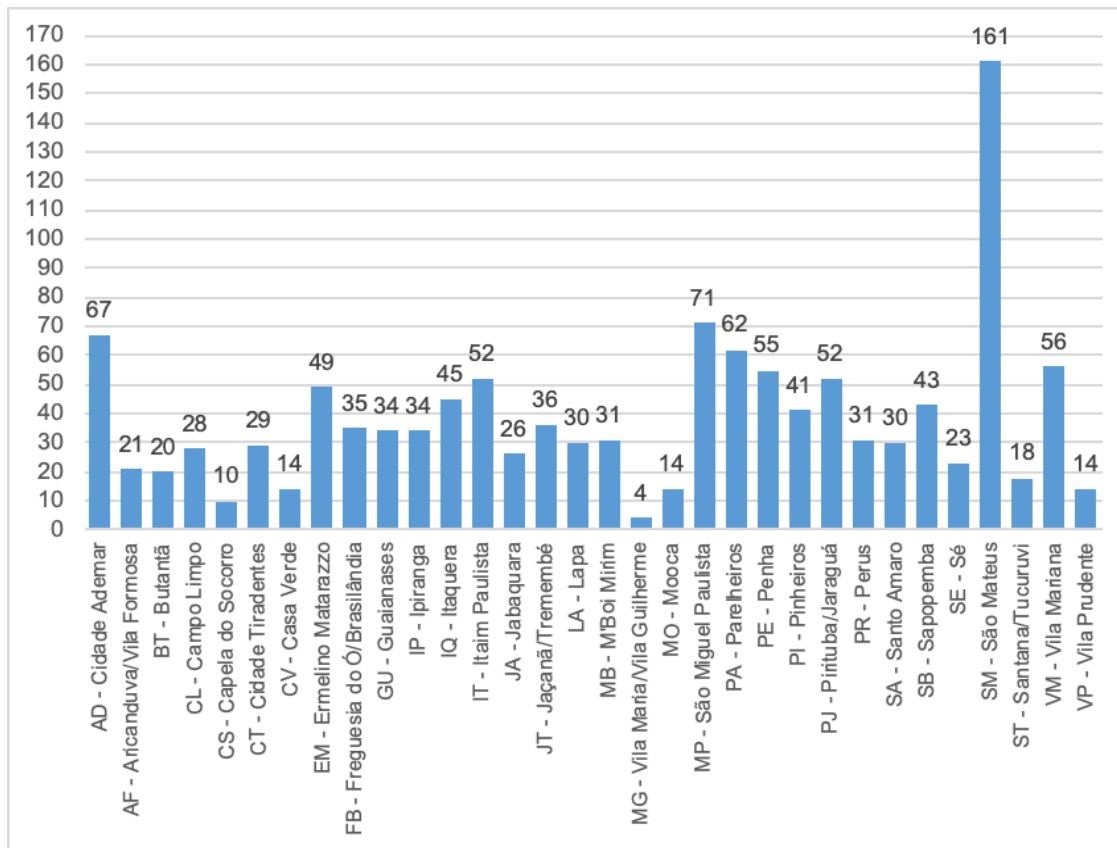
O último momento das audiências públicas foi dedicado à manifestação de representantes da sociedade civil, em formato plenária. O público foi composto pelos conselheiros participativos municipais, mas não exclusivamente, uma vez que as audiências foram públicas e abertas. Para além da manifestação verbal, os partícipes representantes da sociedade civil também registraram suas contribuições por escrito em fichas, conforme o modelo sugerido por SGM. As contribuições registradas por escrito, recolhidas ao longo das 32 audiências públicas nas Subprefeituras, são o insumo central para o desenvolvimento do presente relatório técnico.

As contribuições de sociedade civil registradas por escrito durante a primeira rodada de audiência pública foram sistematizadas pela SGM e compõem um quadro de referências. Uma síntese desses resultados é apresentada a seguir pelo **Quadro 1 e Gráfico 1**.

Quadro 1: Propostas da sociedade civil por Subprefeitura.

Subprefeitura	Propostas	%
AD - Cidade Ademar	67	5%
AF - Aricanduva/Vila Formosa	21	2%
BT - Butantã	20	2%
CL - Campo Limpo	28	2%
CS - Capela do Socorro	10	1%
CT - Cidade Tiradentes	29	2%
CV - Casa Verde	14	1%
EM - Ermelino Matarazzo	49	4%
FB - Freguesia do Ó/Brasilândia	35	3%
GU - Guaianases	34	3%
IP - Ipiranga	34	3%
IQ - Itaquera	45	4%
IT - Itaim Paulista	52	4%
JA - Jabaquara	26	2%
JT - Jaçanã/Tremembé	36	3%
LA - Lapa	30	2%
MB - M'Boi Mirim	31	3%
MG - Vila Maria/Vila Guilherme	4	0%
MO - Mooca	14	1%
MP - São Miguel Paulista	71	6%
PA - Parelheiros	62	5%
PE - Penha	55	4%
PI - Pinheiros	41	3%
PJ - Pirituba/Jaraguá	52	4%
PR - Perus	31	3%
SA - Santo Amaro	30	2%
SB - Sapopemba	43	3%
SE - Sé	23	2%
SM - São Mateus	161	13%
ST - Santana/Tucuruvi	18	1%
VM - Vila Mariana	56	5%
VP - Vila Prudente	14	1%
Total	1236	100%

Gráfico 1: Propostas da sociedade civil por Subprefeitura.

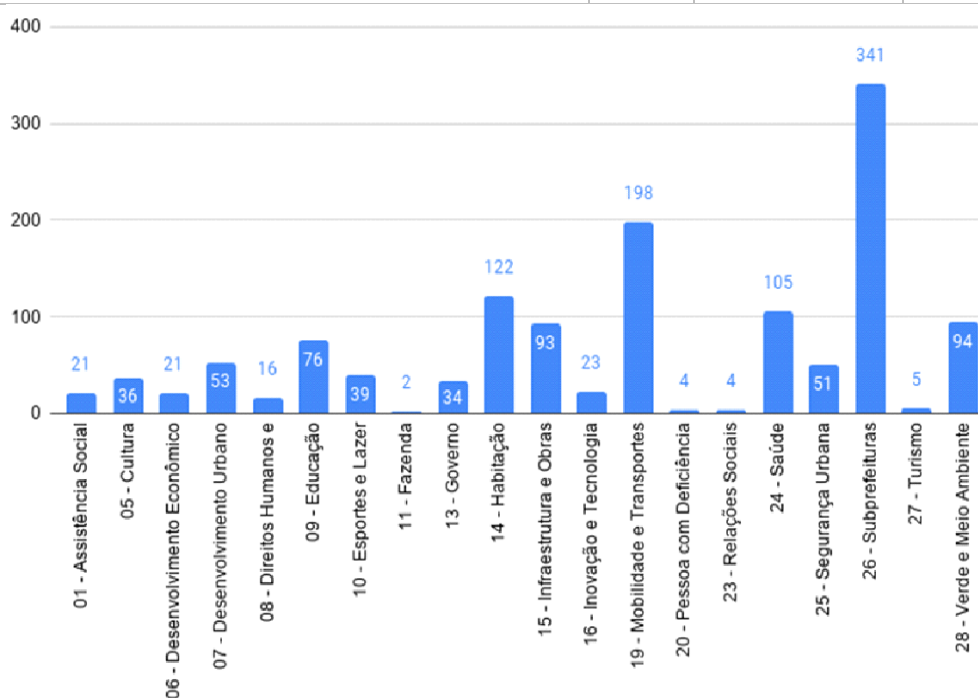


Fonte: Prefeitura do Município de São Paulo. Elaboração: Consultores UNESCO.

Conforme pode-se observar, as Subprefeituras com maior quantidade de contribuições escritas foram: São Mateus, São Miguel Paulista, Cidade Ademar, Parelheiros, Vila Mariana, Penha e Itaim Paulista. As propostas da sociedade civil foram classificadas com atenção às competências das secretarias municipais, como evidenciam o **Quadro 2** e **Gráfico 2**.

Quadro 2 e Gráfico 2: Propostas da sociedade civil organizadas por competência das secretarias municipais.

Total Propostas		1236	
Total de Propostas Distribuídas*		1338	
* excluindo-se propostas não legíveis.			
* algumas propostas foram encaminhadas para mais de 1 secretaria.			
01 - Assistência Social	21	propostas	1,6%
05 - Cultura	36	propostas	2,7%
06 - Desenvolvimento Econômico	21	propostas	1,6%
07 - Desenvolvimento Urbano	53	propostas	4,0%
08 - Direitos Humanos e Cidadania	16	propostas	1,2%
09 - Educação	76	propostas	5,7%
10 - Esportes e Lazer	39	propostas	2,9%
11 - Fazenda	2	propostas	0,1%
13 - Governo	34	propostas	2,5%
14 - Habitação	122	propostas	9,1%
15 - Infraestrutura e Obras	93	propostas	7,0%
16 - Inovação e Tecnologia	23	propostas	1,7%
19 - Mobilidade e Transportes	198	propostas	14,8%
20 - Pessoa com Deficiência	4	propostas	0,3%
23 - Relações Sociais	4	propostas	0,3%
24 - Saúde	105	propostas	7,8%
25 - Segurança Urbana	51	propostas	3,8%
26 - Subprefeituras	341	propostas	25,5%
27 - Turismo	5	propostas	0,4%
28 - Verde e Meio Ambiente	94	propostas	7,0%



Fonte: Prefeitura do Município de São Paulo. Elaboração: Consultores UNESCO.

Destaca-se que a maior parte das contribuições escritas da sociedade civil foram destinadas às Subprefeituras (341), Mobilidade e Transportes (198), Habitação (122), Saúde (105) e Infraestrutura (98). As demandas organizadas segundo as secretarias municipais foram encaminhadas para análise de cada órgão, para cotejar a viabilidade de sua inserção no contexto dos Planos de Ação das Subprefeituras.

A sistematização e avaliação das contribuições escritas da sociedade civil na consulta pública e o parecer apresentado pelos órgãos setoriais municipais são os principais insumos para a preparação da segunda (2ª) Rodada de Audiências Públicas - Audiências Devolutivas para a elaboração dos Planos de Ação das Subprefeituras.

A sistematização das contribuições apresentadas pela sociedade civil nas audiências públicas considerou os seguintes quesitos de classificação: (i) investimento; (ii) gestão e monitoramento urbano; (iii) planos, diretrizes e estudos urbanos; (iv) zeladoria. Foram sistematizados os posicionamentos de setoriais municipais sobre as contribuições de sociedade civil, e avaliada *sua pertinência ao Plano de Ação da Subprefeitura*.

A partir dessa avaliação foram analisadas as contribuições da sociedade na 1ª Rodada de Consultas, em função da sua viabilidade técnica e financeira, entre outros aspectos, pelo executivo municipal e, em especial, observada a articulação e possibilidade de inserção dessas propostas ao Plano de Ação 2020, às recomendações para 2021 e para os próximos ciclos de planejamento.

Essa análise considerou a relação das propostas com os objetivos e as diretrizes apresentadas para cada Plano Regional de Subprefeitura e o Programa de Metas 2019-2020, em específico para os Perímetros de Ação (PA) priorizados em cada Subprefeitura. Foram também apresentadas justificativas e recomendações para as contribuições que apresentaram pouca ou nenhuma aderência ao Plano de Ação das Subprefeituras, a exemplo de ações voltadas ao aperfeiçoamento das atividades de zeladoria e da gestão das Subprefeituras, e outras recomendações que poderão retroalimentar a revisão do Plano Diretor Estratégico 2014 e dos respectivos Planos Regionais.

Finalmente, são apresentadas recomendações técnicas, para os Perímetros de Ação e Planos de Ação das Subprefeituras, desenvolvidas em parceria entre consultores UNESCO e técnicos PLANURBE-SMDU-PMSP.

Reuniões Devolutivas à Sociedade Civil

Segundo o artigo 322 do Plano Diretor Estratégico - Lei Municipal 16.050 de 2014, a gestão democrática deve ser baseada na plena informação, disponibilizada pelo Executivo com a devida antecedência e de pleno acesso público, transparência, e acesso à informação. A partir disso, recomenda-se que o executivo dê publicidade, por meio dos sítios da prefeitura, aos insumos tratados correspondentes ao Plano de Ação de cada Subprefeitura, como subsídios à realização das reuniões devolutivas, direcionada a cada Subprefeitura.

Com base nas orientações do artigo 322 recomenda-se que os documentos elaborados para o **Plano de Ação das Subprefeituras 2020 com recomendações para 2021 sejam disponibilizados nos portais eletrônicos das Subprefeituras**, assim como, no site Gestão Urbana. No caso de informações territorializadas, a plataforma Geosampa se mostra como um importante meio de difusão e publicização.

A segunda rodada de audiências públicas – as audiências devolutivas – para o Plano de Ação deveriam ter ocorrido entre os meses de abril e maio do ano de 2020, em formato presencial.

Em função da Pandemia da COVID 19 e dos impedimentos legais em vigor a partir de 15 de agosto de 2020, definido pela legislação eleitoral, as oficinas devolutivas para a discussão dos Planos de Ação foram adiadas sine-die.

A metodologia para as reuniões devolutivas constituir-se-ia da apresentação e discussão da **Sistematização das demandas apresentadas pelos conselheiros e participantes da sociedade civil, elaborados para cada uma das 32 Subprefeituras** (cf. **Quadro 6**), e **Posição e Avaliação das secretarias municipais sobre as propostas apresentadas para o Plano de Ação de cada uma das Subprefeituras** (cf. **Quadro 8**).

Destaca-se o grande volume de propostas que foram analisadas e organizadas por temas e encaminhadas para análise de cada órgão, para avaliação da viabilidade de inserção delas no contexto dos Planos de Ação das Subprefeituras para 2020 ou 2021.

O principal subsídio ao Plano de Ação 2020 e recomendações para 2021 é a articulação e a inserção de parte dessas propostas, avaliadas pelos consultores UNESCO e PLANURBE-SMDU, com base no **Quadro 9 - Recomendações Técnicas para o Plano de Ação da Subprefeitura 2020 e recomendações para 2021**.

Disponibilização das informações para apresentação dos Planos de Ação por Subprefeituras

Para a finalização dos Planos de Ação, tendo em vista a impossibilidade de realização das reuniões devolutivas, recomenda-se a publicização das informações consideradas fundamentais para a compreensão dos resultados obtidos:

- Inserção e disponibilização dos Perímetros de Ação (PA) que compõem os Planos Regionais de cada Subprefeitura na plataforma Geosampa;
- Disponibilização das apresentações dos Planos Regionais e respectivos Perímetros Prioritários preparada para a 1ª Rodada de Audiências com os Conselhos Participativos Municipais (CPM);
- Disponibilização da Apresentação contendo a Avaliação das demandas e propostas indicadas pelos Conselhos Participativos Municipais e sociedade civil em cada Subprefeitura. Essa apresentação é baseada na análise de viabilidade de atendimento, e/ou de outros encaminhamentos às demandas, pelos órgãos setoriais responsáveis, em atividade coordenada por SGM, que constam dos seguintes Quadros:
 - **Quadro 6** – Quadro Consolidado das Propostas da Subprefeitura, elaborado para cada uma das 32 Subprefeituras,
 - **Quadro 8** - Devolutivas das secretarias municipais, sobre as propostas da sociedade civil apresentadas para o Plano de Ação, elaborado para cada uma das 32 Subprefeituras.
 - **Quadro 9** - Recomendações Técnicas para o Plano de Ação da Subprefeitura, para o Plano de Ação de 2021 e para as demais peças de planejamento entre 2021-2024.

Recomenda-se a apresentação dos resultados desse trabalho aos Conselhos Participativos Municipais de cada Subprefeitura tão logo seja possível em função das medidas de saúde pública requeridas pela pandemia da COVID-19 e respeitadas as restrições da legislação eleitoral.

Por fim, recomenda-se a articulação dos resultados do Plano de Ação das Subprefeituras para 2020 e das recomendações para o Plano de Ação para 2021 à discussão das propostas para a LOA e LDO para o ano de 2021.

A elaboração dos Planos de Ação das Subprefeituras em 2020 foi acionada pelo processo participativo referente ao 2º Plano de Ação Governo Aberto, alinhando-se assim aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para 2030, apresentados pelas Organizações das Nações Unidas em 2015, e incorporados como diretriz governamental pela Prefeitura do Município de São Paulo, especialmente pela Secretaria de Governo Municipal. Destaca-se também a Comissão Municipal para o Desenvolvimento Sustentável - Agenda 2030 em processo de consolidação institucional, e vinculada à Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente.²

Dado o caráter pioneiro da elaboração dos Planos de Ação das Subprefeituras em 2020, estes trazem também recomendações para o Plano de Ação para 2021 e para o planejamento do período 2021-2024, recomendando-se que a elaboração de planos de ação das Subprefeitura se transforme em prática perene, rotineira e periódica de planejamento participativo.

2

<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/meio_ambiente/participacao_social/conselhos_e_organos_colegiados/index.php?p=237119>, portal eletrônico consultado em setembro de 2020.

Plano de Ação da Subprefeitura e o Sistema de Planejamento Urbano Municipal

O presente documento conclui a prestação de serviços técnicos especializados à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano da Prefeitura do Município de São Paulo, com a elaboração pioneira dos Planos de Ação das Subprefeituras, conforme previsão legal, os quais compõem o Sistema Municipal de Planejamento Urbano paulistano.

Os Planos Regionais das Subprefeituras, elaborados conforme a orientação do Plano Diretor Estratégico de 2014, foram instituídos por Decreto Municipal em 2016 e também integram o Sistema Municipal de Planejamento Urbano. Estão centrados no planejamento local integrado dos espaços públicos e das políticas setoriais municipais, ao passo que deixaram de regular o parcelamento, uso e ocupação do solo urbano, formulado em lei específica aprovada em 2016.

Os Planos de Ação das Subprefeituras devem revisar e priorizar as propostas apresentadas pelos Planos Regionais das Subprefeituras do município de São Paulo, e buscar a integração entre o planejamento urbano local e o processo orçamentário.

A elaboração dos Planos de Ação das Subprefeituras em 2020 foi acionada pelo processo participativo referente ao 2º Plano de Ação Governo Aberto, alinhando-se assim aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para 2030, apresentados pelas Organizações das Nações Unidas em 2015, e incorporados como diretriz governamental pela Prefeitura do Município de São Paulo e especialmente pela Secretaria de Governo Municipal. Desse modo, destaca-se a relevância dos processos participativos para a elaboração dos Planos de Ação das Subprefeituras, e a importância do planejamento urbano local para a tomada de decisão no âmbito da administração municipal, em sintonia com a opinião manifesta da sociedade civil organizada.

Dado o caráter pioneiro da elaboração dos Planos de Ação das Subprefeituras em 2020, cabe uma síntese e considerações, que representam as lições apreendidas nesse processo. Essas considerações avançam em três principais eixos: (i) institucionalidades e administração pública; (ii) planejamento urbano e planejamento orçamentário; (iii) planejamento urbano e participação da sociedade civil organizada.

Institucionalidades e administração pública

Em termos de institucionalidades e gestão pública, cada setor da administração pública municipal possui sua racionalidade própria, e incorpora objetivos, estratégias, critérios e forma de organização particulares, que orientam seus gastos e o exercício da sua função pública. Se a Secretaria Municipal de Transportes planeja e opera eixos e fluxos, a Secretaria Municipal de Saúde estrutura seus serviços com base na distribuição de equipamentos de saúde e a abrangência territorial das equipes de saúde da família, por exemplo. Ainda, cada órgão setorial organiza a sua descentralização administrativa de modo autônomo, por meio de gerências, coordenadorias, departamentos ou divisões técnicas regionais, por exemplo. Essas diversas racionalidades incorporam justificativas técnicas, históricas e políticas. Contudo, uma articulação entre essas perspectivas demanda um esforço para institucionalização dos Núcleos Regionais de Planejamento.

Ao mesmo tempo, cabe destacar a histórica atuação das Subprefeituras do município, e o significado das estratégias de descentralização administrativa da Prefeitura de São Paulo, que incorporam capacidade de acompanhamento das transformações na cidade.

Desse modo, os Núcleos Regionais de Planejamento criados pelo Decreto Municipal Nº 57.537 de 16 de dezembro de 2016 e coordenados pela Secretaria Municipal de Subprefeituras, são centrais ao debate e elaboração dos Planos de Ação das Subprefeituras, e instituem por meio de ações anuais e plurianuais os Planos Regionais das Subprefeituras elaborados com o horizonte de planejamento para 2029. Nesse contexto, os Núcleos Regionais de Planejamento representam a arena de articulação entre as pastas municipais, sendo essa articulação estabelecida a partir do espaço urbano e planejamento estatal de maneira descentralizada para a ação local. Desse modo, recomenda-se o fortalecimento dos Núcleos Regionais de Planejamento e das respectivas Subprefeituras, como instância fundamental para a gestão da integração das ações setoriais no território, elaboração e implementação dos planos de ação local, e implantação dos objetivos e diretrizes dos Plano Regionais das Subprefeituras.

Além disso, a boa atuação do planejador demanda o acesso à informação organizada em sistemas inteligentes, ressaltando a pertinência da construção de um sistema e de

um fluxo de informações no âmbito da administração pública direcionados ao planejamento local. Ou seja, a implantação de um sistema, processos e procedimentos que construam um banco de dados de informações territorializadas na escala local, que subsidiem a articulação entre o espaço público e a implantação de políticas públicas por meio do planejamento local.

Durante o processo de elaboração dos Planos de Ação das Subprefeituras, destacou-se a dificuldade quanto à disponibilização e territorialização das ações do Programa de Metas 2019-2020, visto que as informações por metas não estavam disponíveis em banco de dados comuns e não estavam vinculadas ao território. Por não haver essa base de dados estruturada e disponível, não foi possível ter acesso às ações territorializadas desenvolvidas localmente pelas secretarias no biênio 2017-2018, informação fundamental para o acompanhamento processual das diretrizes dos Planos Regionais das Subprefeituras e subseqüentes indicações para a elaboração dos Planos de Ação das Subprefeituras tendo em vista a continuidade dos ciclos de planejamento orientados pelo horizonte de planejamento para o ano de 2029, nos Planos Regionais das Subprefeituras de 2016 e no Plano Diretor Estratégico 2014.

Ressalta-se a importância do constante monitoramento destes planos pela administração pública, à exemplo do que ocorre na escala do PDE 2014. A necessidade dessa prática reforça a premissa de regularidade e fortalecimento dos Núcleos Regionais de Planejamento, coordenados pelas pela Secretaria Municipal das Subprefeituras. Essa prática deve estar alinhada ao processo de monitoramento do Plano Diretor Estratégico, já em desenvolvimento pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, secretaria responsável pela orientação, suporte técnico e suporte metodológico no desenvolvimento urbano e na articulação técnica dos Núcleos Regionais de Planejamento.

Um sistema composto de processos e procedimentos que alimentem um banco de dados de informações territorializadas é central à dissolução de assimetrias entre agentes e para ampliação da eficiência na atividade de planejamento. É fundamental que a territorialização de informações seja compartilhada em banco de dados acessível aos agentes públicos que necessitam de informações relativas ao planejamento territorial. Um banco de dados territorializado é uma ferramenta estratégica para a atuação e fortalecimento dos Núcleos Regionais de Planejamento tendo em vista sua responsabilidade em organizar as bases para a formulação dos Planos de Ação das Subprefeituras.

Planejamento urbano e planejamento orçamentário

A prática quadrienal de elaboração e revisão dos Planos de Ação das Subprefeituras não é desprovida de sentido. Visa o alinhamento processual entre planejamento urbano e planejamento orçamentário, introduzindo a segunda vertente de considerações para o aperfeiçoamento desse processo.

Um importante debate relativo ao sistema municipal de planejamento urbano é o financiamento dos importantes investimentos em infraestruturas urbana, habitacional e ambiental, centrais para a estruturação urbana local, o que é possível deduzir a partir das demandas já incorporadas pelos Planos Regionais das Subprefeituras, e também avaliadas pelas lições apreendidas no presente trabalho.

Os trabalhos de elaboração dos Planos de Ação das Subprefeituras para 2020 se iniciaram no final de 2019, e são orientados em especial pelo Programa de Metas 2019-2020, instrumento este que também subsidia a formulação do planejamento orçamentário municipal. O ajuste temporal da elaboração dos Planos de Ação das Subprefeituras, de modo concomitante à elaboração do Programa de Metas 2021-2024, poderá contribuir para uma melhor articulação entre planejamento urbano e planejamento orçamentário, e refletir positivamente na estruturação das políticas públicas e ações setoriais integradas com reflexo importante no atendimento dos objetivos, diretrizes e metas de âmbito local.

Ambos, Plano de Ação das Subprefeituras 2021-2024 e Programa de Metas 2021-2024, podem informar a gestão orçamentária municipal, o Plano Plurianual 2022-2025, e as sucedâneas Leis de Diretrizes Orçamentárias e Leis Orçamentárias Anuais. Importante que o financiamento da estruturação urbana local esteja orientado por metas intersetoriais, como sugerem os Planos Regionais das Subprefeituras, metas articuladas também com atenção às especificidades levantadas pelo planejamento urbano.

Os Planos de Ação das Subprefeituras, o Programa de Metas, o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, a Lei Orçamentária Anual são peças de planejamento da administração pública dotadas de processos participativos próprios, atendendo aos preceitos de uma gestão democrática. Esses processos podem estar articulados por eventos comuns para promover a integração dos Planos de Ação das Subprefeituras, Programa de Metas e leis orçamentárias, e de modo a fortalecer a participação da

sociedade civil organizada. Isso implica na necessidade de uma articulação prévia entre secretarias, desde órgãos responsáveis pelas finanças públicas e os órgãos setoriais específicos.

Uma outra articulação possível é entre os diferentes fundos municipais, que possuem finalidades específicas, mas que podem atuar conjuntamente sobre um único território ou com vistas à implementação das diretrizes dos Perímetros de Ação priorizados nos Planos de Ação das Subprefeituras. Neste caso, há ainda a destacar os conselhos participativos associados a cada fundo municipal como, por exemplo, o Fundo Municipal de Habitação que é associado ao Conselho Municipal de Habitação.

A publicização de balanços administrativos e fiscais, que analisem quanti e qualitativa e periodicamente à implementação do Programa de Metas e dos gastos públicos, contribuiria para o maior acompanhamento da integração das políticas setoriais, da sua aderência ao território e no dimensionamento das dificuldades a serem superadas durante os próximos ciclos de planejamento. Este seria ainda um importante subsídio para fortalecer a atuação da representação da sociedade civil nos espaços de controle social.

Planejamento urbano e participação da sociedade civil organizada

Neste item destaca-se a relevância conferida aos Conselhos Participativos Municipais (CPM) pelos processos de elaboração dos Planos de Ação das Subprefeituras. As atribuições dos Conselhos Participativos Municipais guardam afinidade com as propostas dos Planos Regionais e respectivos Planos de Ação das Subprefeituras. Dentre outros, esses conselhos devem articular os diferentes segmentos da sociedade civil organizada, desenvolver ação integrada e complementar às áreas temáticas de conselhos e o controle social do poder público, fiscalizar e monitorar no território a execução orçamentária municipal. Neste sentido, os Conselhos Participativos Municipais de fato são instâncias pertinentes à elaboração dos Planos de Ação das Subprefeituras.

A consolidação dos conselhos participativos municipais fortalece o próprio sistema de planejamento urbano municipal. Os conselheiros contribuem notoriamente para um debate qualificado sobre o espaço urbano e suas condições, trazendo maior aderência à percepção dos problemas a partir da sua vivência no território, trazendo um elemento enriquecedor para a elaboração e implementação de políticas públicas e ações delas derivadas, e uma orientação mais precisa para priorizar os gastos públicos a partir do planejamento urbano local.

O esforço de consulta à sociedade civil deve colher as informações necessárias à atuação estatal, assim como, contribuir para a formação cívica sobre a administração municipal. Um melhor êxito nessa articulação de objetivos poderá estar associado a uma maior interação da SMDU com os CPMs, aliás solicitada por muitos conselhos, e também com a disponibilização prévia de mapas, tabelas e textos aos conselhos participativos e nos portais eletrônicos da municipalidade; etapas preparatórias de formação teórica sobre o Plano Diretor e os Planos Regionais, possível a partir de apresentação de *slides*, e dinâmicas ativas de participação, em mesas e oficinas de debate horizontal, com o uso da cartografia; devolutivas em formato interativo, com ampliação das oportunidades para esclarecimentos, estabelecimento de compromissos e considerações finais.

Em específico sobre as reuniões devolutivas, retoma-se os desafios apresentados para o Sistema Municipal de Planejamento Urbano, em especial a maior articulação entre as pastas municipais. As propostas colhidas junto à sociedade civil devem ser

verificadas junto aos setoriais municipais competentes. Atentar ao correto encaminhamento das propostas da sociedade, no âmbito da administração pública, é premissa importante para o bom desempenho do processo participativo.

A territorialização das propostas da sociedade civil por Perímetros de Ação se mostrou um processo de fundamental importância para focalizar a elaboração dos Planos de Ação das Subprefeituras nas especificidades e integração de ações setoriais e deverá compor esforço de elaboração de futuras reuniões devolutivas à sociedade civil.

Por fim, sobre a participação da sociedade civil organizada, é pertinente um estudo sobre a garantia das condições econômicas, de suporte e políticas necessárias à boa organização desses conselhos, que passa pelo fortalecimento da representatividade democrática.

Para além das considerações aqui apresentadas e organizadas por eixos temáticos, destacamos que os desafios e potenciais listados acima não devem ser entendidos de modo estanque. Avançar de modo sistêmico, com vistas a um desenvolvimento urbano sustentável e inclusivo socialmente, é uma recomendação à prática e operação do sistema municipal de planejamento urbano em São Paulo, em especial em relação ao planejamento local.

1. PLANO REGIONAL DA SUBPREFEITURA

Esta seção apresenta uma breve caracterização do território da subprefeitura Mooca a caracterização e as diretrizes³ de cada Perímetro de Ação, extraídas do “*Caderno de Propostas dos Planos Regionais das Subprefeituras - Perímetros de Ação Mooca*”, publicado em dezembro de 2016.

1.1. Plano Regional da Subprefeitura Mooca^{4 5}

O território da subprefeitura Mooca situa-se na zona leste do Município de São Paulo, conta com 3,1% da população em relação ao Município (Censo de 2010 11.253.503), distribuída em seis distritos: Água Rasa, Belém, Brás, Mooca, Pari e Tatuapé.

Apresenta Índice⁶ Paulista de Vulnerabilidade Paulista (entre 5,4 e 4,4) de dimensão socioeconômica considerada baixa, para os distritos de Pari e Belém (respectivamente), entretanto ainda abaixo dos percentuais para Leste 1⁷ e para o Município de São Paulo. Esses distritos, em conjunto com o Tatuapé concentram setores densos e vulneráveis relacionados a núcleos e precariedade habitacional. O Índice de Desenvolvimento Humano da Mooca é considerado muito alto (0,869) e superior ao índice para o Município de São Paulo. Em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano do Município destacam-se principalmente os índices de renda e longevidade.

³ *Caderno de Propostas dos Planos Regionais das Subprefeituras: Mooca – Perímetros de Ação, dez 2016. <<https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/marco-regulatorio/planos-regionais/arquivos/>>*

⁴ *Fonte: PMSP. Datasub – Cadernos das Subprefeituras – material de apoio para Revisão Participativa dos Planos Regionais das Subprefeituras – Mooca, 2016.*

⁵ *Partes do texto extraídas integralmente do Caderno de Propostas dos Planos Regionais das Subprefeituras – Quadro Analítico – Mooca, dez 2016. <<https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/marco-regulatorio/planos-regionais/arquivos/>>*

⁶ *O Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – IPVS é um indicador criado pela Fundação Seade, em parceria com a Assembleia legislativa do Estado de São Paulo, que permite visão detalhada das condições de vida nos municípios do Estado, com a identificação e localização espacial dos setores censitários de acordo com a vulnerabilidade de suas populações à pobreza. A tipologia dessas áreas se baseia nas informações do Censo Demográfico e leva em conta variáveis como a renda domiciliar per capita, o percentual de mulheres de 10 a 29 anos responsáveis pelos domicílios e a situação de aglomerado subnormal (favela) do setor censitário. São Seis grupos que constituem o IPVS, indo de 1 nenhuma vulnerabilidade até a 6 vulnerabilidade muito alta.*

⁷ *A região Leste 1 da cidade de São Paulo é composta pelas subprefeituras da Mooca, Penha, Vila Prudente, Aricanduva e Sapopemba, configurando a porção leste do município mais próxima ao Centro.*

Concentra 6,8% dos empregos formais do município a Subprefeitura Mooca detém 295.921 empregos formais. A oferta de trabalho é concentrada dos distritos do Brás, Pari e Belém, onde há mais oferta de emprego do que população em idade ativa, enquanto na Mooca, Tatuapé e Água Rasa a situação é inversa. Quando comparada com realidade do município por um todo, nota-se que a Subprefeitura Mooca se relaciona com a porção central da cidade quanto às ofertas de emprego, sendo a Subprefeitura da região Leste que apresenta maior taxa de emprego por habitante.

É bem atendida pela rede de transporte público, contando com linhas de metrô e trem, além de corredor de ônibus e uma rede de ciclovias incipiente. Os distritos de Brás e Belém são aqueles com maior proporção de viário estrutural sobre o viário total, embora sejam aqueles menos expressivos em termos de ciclovias, cuja oferta de qualquer modo é baixíssima em todos os distritos, apenas um pouco acima daquela existente no Município de São Paulo.

O território da Mooca encontra-se na Bacia Hidrográfica do Rio Tietê e nas sub bacias dos rios Aricanduva, Tatuapé, Cassandoca, Mooca, Tamanduateí e Tietê. Apresenta relevo composto de fundos de vale, como as planícies do Córrego do Tatuapé e dos Rios Tietê e Tamanduateí; e cumeeiras que dividem as unidades de contribuição das microbacias existentes no território. A rede hídrica da Mooca apresenta, como traço comum, a canalização e tamponamento de seus córregos, criando uma percepção de aridez que não é compatível com a real estrutura hídrica da Subprefeitura. Por isso, os problemas com a microdrenagem urbana são comuns, refletindo-se em diversos pontos de alagamento na subprefeitura.

A Mooca apresenta índices de cobertura vegetal e áreas verdes públicas muito mais baixos da média verificada no município (54% e 14,1%) e na região (8,1% e 6,1%). Do ponto de vista socioambiental, é classificada com baixíssima presença de cobertura vegetal em áreas de ocupação urbana consolidada e boa infraestrutura urbana.

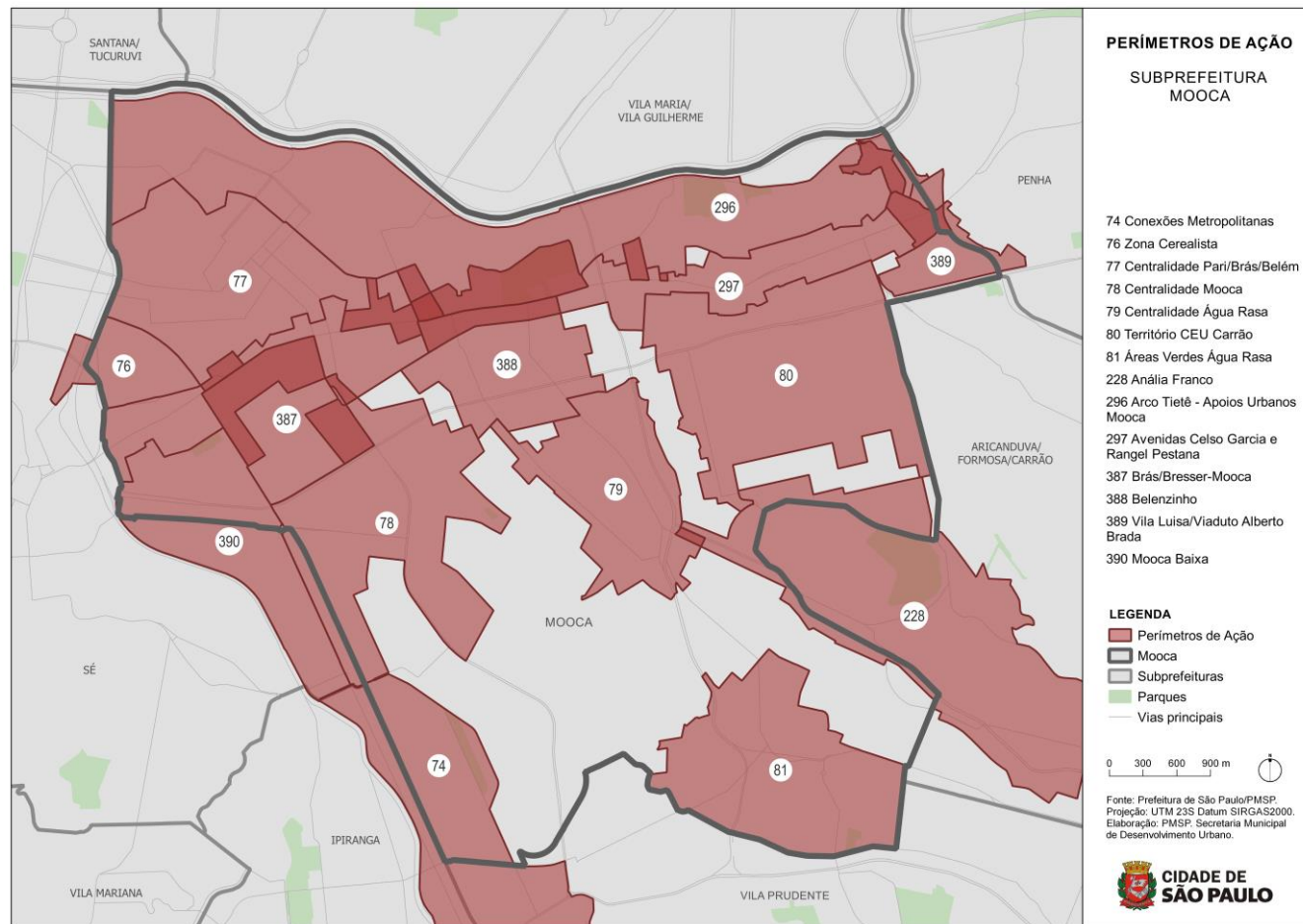
Os dados acima sintetizados subsidiaram a construção dos 14 Perímetros de Ação do Plano Regional da Subprefeitura Mooca, descritos a seguir. Os principais desafios a serem enfrentados para equacionar problemas no território da Mooca são: (i) conciliar a qualificação urbana em escala local e metropolitana; (ii) promover o desenvolvimento econômico da subprefeitura, com o incentivo e fortalecimento do comércio local, principalmente concentrados em centralidades de bairro como a Mooca e Belenzinho. Além do comércio local, existe a necessidade de qualificação urbana e incentivo ao desenvolvimento econômico das áreas de comércio especializado e que concentram atividades industriais como é o caso do comércio e

indústria têxtil no Brás, Pari e Belém; (iii) desenvolver soluções habitacionais junto às áreas demarcadas como ZEIS-3; (iv) aumentar a oferta de áreas verdes públicas no território, qualificando as praças e parques existentes e promovendo novos equipamentos de esporte e lazer, principalmente nas regiões menos atendidas, como o distrito de Água Rasa, Mooca e Pari; (v) melhoria da mobilidade, acessibilidade e conexões locais e regionais.

Os Perímetros de Ação da Subprefeitura Mooca podem ser observados no **Mapa 1 e Anexo 03** são os seguintes:

- 1) ID 74 | Conexões Metropolitanas
- 2) ID 76 | Zona Cerealista
- 3) ID 77 | Centralidade Pari / Brás/ Belém
- 4) ID 78 | Centralidade Mooca
- 5) ID 79 | Centralidade Água Rasa
- 6) ID 80 | Território CEU Carrão
- 7) ID 81 | Áreas Verdes Água Rasa
- 8) ID 228 Anália Franco
- 9) ID 296| Arco Tietê - Apoios Urbanos Mooca
- 10) ID 297| Avenidas Celso Garcia e Rangel Pestana
- 11) ID 387 Brás/Bresser-Mooca
- 12) ID 388 Belenzinho
- 13) ID 389 Vila Luísa / Viaduto Alberto Brada
- 14) ID 390 Mooca Baixa

Mapa 1: Perímetros de Ação da Subprefeitura.



Fonte: Prefeitura do Município de São Paulo. Elaboração: Consultores UNESCO.

Mapa 1 é apresentado em formato A3 no Anexo 03

1.2. Caracterização e Diretrizes dos Perímetros de Ação

1) ID 74 | Conexões Metropolitanas

Caracterização:

O território caracteriza-se como um importante centro de conexões do transporte público, dada a existência da Estação Tamanduateí (linha 2 Verde do Metrô e linha 10 Turquesa da CPTM) e da Estação Ipiranga (linha 10 Turquesa da CPTM), para as quais estão previstas novas conexões com linhas planejadas do transporte de alta capacidade (linha 10 Turquesa "Expresso ABC" da CPTM, linha 15 Prata do Metrô e linha 18 Bronze do Metrô).

Apresenta grandes lotes de uso industrial e logístico, quadras extensas (sobretudo na Rua Dianópolis, na Avenida Henry Ford, na Rua Guamiranga e na Avenida Presidente Wilson), grandes equipamentos públicos e privados, tais como o Reservatório de Detenção de Água Guamiranga, o Central Plaza Shopping, o Mooca Plaza Shopping, o Centro de Detenção Provisória Vila Independência e o Hospital Monumento.

Verificam-se nesta área problemas de macrodrenagem (enchentes) e microdrenagem (alagamentos); Ocupações reconhecidas pela Secretaria Municipal de Habitação, tais como Vila Sabesp, Vila Prudente, Pacheco Chaves, Ilha das Cobras, Morro do Pel, Jacaraípe e Willin, Favela do Tamanduateí, Barão de Resende e outras ocupações ainda não cadastradas, como a Forte de São Bartolomeu; Conjuntos habitacionais já edificadas, tal como a COHAB Cintra Godinho; terrenos destinados à Habitação de Interesse Social (H.I.S.) e Habitação de Mercado Popular (H.M.P.); Lotes públicos e privados subutilizados (terrenos vazios e/ou pouco construídos)

Diretrizes:

- Implantar Centros de Educação Infantil próximos às ocupações Vila Prudente e Jacaraípe, de modo a reduzir demanda;
- Reduzir a vulnerabilidade social nas ocupações Vila Sabesp, Vila Prudente, Pacheco Chaves, Ilha das Cobras, Morro do Pel, Barão de Resende, Favela do Tamanduateí, Willin e Jacaraípe;
- Garantir a permanência e a instalação de empresas que gerem empregos no território. Destaque para as indústrias e armazéns na orla ferroviária e para o comércio e serviços existentes na Rua Ibitirama;

- Qualificar o acesso à Estação Ipiranga (linha 10 Turquesa da CPTM) pela Avenida Henry Ford e o acesso à Estação Tamanduateí (linha 10 Turquesa da CPTM e linha 2 Verde do Metrô) pela Rua Guamiranga, de modo a garantir a acessibilidade universal;
- Desenvolver projeto de qualificação de espaços livres na área entre a Rua Montojó e a Rua Vila Prudente com tratamento paisagístico adequado;
- Estimular o uso e a permanência nas praças Salim Lahud, Doutor Heráclito Corrêa de Freitas Neto, Padre Lorenzo Barendense e Brejetuba, com a implantação de equipamentos de ginástica para a terceira idade nestes espaços públicos;
- Ofertar novas áreas verdes de modo a qualificar os bairros e reduzir os efeitos da ilha de calor urbana. Destaque para o Parque Dianópolis (Avenida Dianópolis), para o Parque Linear Córrego dos Meninos (divisa com São Caetano do Sul) e para as faixas de amortecimento ao longo do Rio Tamanduateí e implantação de área verde com bacia de retenção junto da área verde existente na rua Aida, ações previstas na Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí;
- Monitorar a contaminação do solo em terrenos ao longo do eixo ferroviário;
- Solucionar problemas de microdrenagem (alagamentos) verificados no entorno do Viaduto Grande São Paulo, na Av. Prof. Luiz Ignácio de Anhaia Mello, na Av. Paes de Barros e na Av. Presidente Wilson;
- Solucionar problemas de macrodrenagem (enchentes) verificados na bacia do córrego da Mooca e na bacia do Rio Tamanduateí. Destaque para o Reservatório de Retenção de Água Guamiranga;
- Prover nova central de triagem e transbordo de resíduos sólidos secos, de modo a estimular o trabalho de cooperativas de reciclagem;
- Garantir melhores condições de travessia da Av. Prof. Luiz Ignácio de Anhaia Mello de modo a compatibilizar o fluxo de veículos com a mobilidade local de pedestres;
- Estabelecer novas ligações viárias e qualificar aquelas existentes de modo a reduzir o isolamento da área em relação a seu entorno. Destaque para o Viaduto Grande São Paulo (conexão entre Subprefeitura Vila Prudente e Subprefeitura Ipiranga), para a proposta de ligação entre a Av. Henry Ford e a Av. Prof. Luiz Ignácio de Anhaia Mello, para a proposta do corredor metropolitano do ABC, ao longo do Córrego dos Meninos, e para as demais conexões previstas na Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí;
- Desenvolver percursos alternativos para pedestres e ciclistas de modo a superar grandes barreiras urbanas (Vd. Grande São Paulo, Vd. Capitão Pacheco Chaves, Rio Tamanduateí, Reservatório de Retenção Guamiranga, Centro de Retenção Provisória Vila Prudente, shopping centers, etc.), melhorando a mobilidade local;

- Aumentar a oferta de transporte público entre os bairros. Proposta para linha de ônibus circular cujo trajeto contemple a Estação Tamanduateí, R. Ibitirama, R. Giestas, R. Costa Barros, Av. São Lucas e Av. do Oratório;
- Compatibilizar a circulação de pedestres, de ciclistas, de ônibus e de veículos, prevista a partir da implantação de novos eixos de transporte público (expansão da linha 2 Verde e 15 Prata do Metrô e implantação da linha 18 Bronze do Metrô), ao fluxo de veículos demandado dos usos industriais e logísticos existentes no território;
- Desenvolver planos de urbanização referentes às ocupações Viela Sabesp, Vila Prudente, Pacheco Chaves, Ilha das Cobras, Morro do Pel, Barão de Resende, Favela do Tamanduateí, Jacaraípe e Willin;
- Garantir o direito à moradia adequada por meio da produção habitacional, de modo a reduzir a demanda existente. Destaque para ocupações não cadastradas, como a Forte de São Bartolomeu;
- Estimular o desenvolvimento de projetos em glebas e lotes, públicos ou privados, que estejam subutilizados ou não edificadas. Destaque para imóveis notificados com PEUC e para áreas ociosas no eixo ferroviário;
- Garantir conforto e segurança pública na integração intermodal entre o transporte de alta capacidade (Estações Ipiranga e Tamanduateí) e o transporte local.

2) ID 76 | Zona Cerealista

Caracterização

Área de comércio especializado de produtos alimentícios e agropecuários que concentra diversos armazéns varejistas e/ou atacadistas, reconhecidos pela venda de produtos a granel, como cereais e sementes, sendo um polo atrativo municipal.

A região apresenta um grande fluxo de veículos nos horários de pico e um intenso trânsito de caminhões para carga e descarga de mercadorias, causando conflitos entre veículos pesados e pedestres, principalmente nas ruas Cantareira, Mercúrio e Avenida do Estado. Além disso, gera uma quantidade considerável de descarte de materiais e mercadorias que, conseqüentemente, atraem população em situação de rua que se beneficiam da coleta e revenda desses resíduos sólidos. A área encontra-se desconectada do restante do Brás pela ferrovia (Linha 11 Coral da CPTM), e da Subprefeitura da Sé pelo Rio Tamanduateí e Av. do Estado, sendo poucos os pontos de travessia dessas barreiras.

Diretrizes

- Desenvolver ações de assistência social à população em situação de vulnerabilidade social (população em situação de rua);
- Integrar as áreas de comércio especializado da Subprefeitura da Mooca e Sé criando novas rotas comerciais e turísticas qualificadas ao pedestre;
- Elaborar projeto de comunicação visual voltado ao circuito de compras com sinalização própria e identificação das rotas, por meio de sinalização gráfica urbana;
- Estimular a criação e manutenção de comércio e serviços locais no térreo dos imóveis existentes ou a construir, de modo a proporcionar fachada ativa nas vias do perímetro e aumentar a oferta de empregos na área;
- Ofertar serviço de sanitários públicos em locais estratégicos com grande fluxo de pedestres;
- Qualificar os espaços públicos de modo a compatibilizar ruas, calçadas, praças e equipamentos públicos ao uso comercial e logístico existente na área;
- Estimular o uso e a permanência nas praças e áreas verdes através de sua qualificação com tratamento paisagístico adequado. Destaque para o Largo do Pari;
- Elaborar projeto de arborização urbana que seja adequado e compatível com a grande circulação de pedestres nos bairros, especialmente para reduzir os efeitos da ilha de calor urbana;
- Potencializar a unidade SESC planejada como um equipamento qualificador dos lugares públicos e articulador de um sistema de espaços livres e de equipamentos públicos e privados, desenvolvendo projetos complementares às suas atividades;
- Tutelar e preservar os bens materiais que compõem o patrimônio histórico cultural existente no perímetro, em especial os localizados ao longo da R. Monsenhor Andrade;
- Organizar a coleta, transporte e descarte de resíduos sólidos oriundos das atividades comerciais no perímetro, em conformidade com Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PGIRS);
- Promover acessibilidade universal dos passeios públicos e melhorar a iluminação pública, sobretudo nas vias com grande fluxo de pedestres e as que conectam equipamentos públicos. Destaque para Av. Mercúrio e R. Santa Rosa;
- Qualificar as principais conexões viárias existentes. Destaque para a Av. do Estado, Av. Mercúrio e R. Santa Rosa;
- Melhorar a acessibilidade local e as conexões entre as Subprefeituras Mooca e Sé nas atuais transposições ao Rio Tamanduateí (Av. Mercúrio e R. Paula Souza);

- Desenvolver percursos alternativos para pedestres, ciclistas, ônibus e automóveis de modo a superar grandes barreiras urbanas (Rio Tamanduateí, Av. do Estado, linha ferroviária), melhorando a mobilidade local da área;
- Compatibilizar a circulação de pedestres, de ciclistas, de ônibus e de veículos de passeio ao fluxo de veículos de carga necessários aos usos comerciais, industriais e logísticos existentes no território. Destaque para a Av. do Estado, Av. Mercúrio, R. Santa Rosa, R. Mendes Caldeira, R. Prof. Eurípedes Simões de Paula, R. Benjamim de Oliveira, R. da Alfândega e R. do Lucas;
- Estimular o desenvolvimento de projetos em terrenos e lotes, públicos ou privados, que estejam subutilizados ou não edificados.

3) ID 77 | Centralidade Pari / Brás/ Belém

Apresenta forte presença de atividades comerciais e produtivas, com destaque a indústria têxtil, cuja relevância é de nível nacional; a indústria de materiais elétricos e hidrossanitários; e, a metalúrgica. Além destas, também são relevantes às atividades de serviços, como distribuidoras e transportadoras, e o comércio especializado, sobretudo nas vias Barão de Ladário, Maria Marcolina, Miller, Oriente, João Teodoro e no Largo da Concórdia.

O perímetro apresenta concentração de habitações coletivas precárias de aluguel (cortiços). A região apresenta população em situação de vulnerabilidade social e é um importante destino de imigração com população síria, boliviana, peruana, chinesa e haitiana. Além disso, é uma porção do território com faixas de maior incidência de crianças (até 14 anos), destoando do padrão de envelhecimento presente na maior porção da Mooca. A área também abriga grande quantidade de população de rua que se concentra principalmente próximo aos equipamentos públicos de saúde e assistência social.

Diretrizes:

- Buscar a redução das desigualdades socioeconômicas através do desenvolvimento da centralidade comercial e industrial existente, equacionando as relações entre moradia, emprego e oferta de equipamentos sociais na área.
- Ampliar o acesso aos equipamentos públicos de assistência social solucionando a demanda por equipamentos ligados à população em situação de rua, aos idosos e crianças e adolescentes (Centro POP, NCI, ILPS, CCA, CRAS, CREAS, CAPE).

- Ampliar o acesso aos equipamentos públicos de educação, esporte e cultura solucionando a demanda por creches, quadras poliesportivas e maior oferta de atividades culturais.
- Articular programa de gestão integrada entre Secretaria Municipal de Educação (SME), Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação (SEME) e Secretaria Municipal de Cultura (SMC) para utilização da infraestrutura das escolas nos finais de semana, oferecendo atividades culturais e esportivas.
- Desenvolver ações de assistência social à população em situação de vulnerabilidade social (população em situação de rua e imigrantes).
- Considerar as questões sociais (trabalho escravo e população imigrante) existentes na área, a fim de incorporá-las às ações de desenvolvimento econômico e geração de emprego, articulando ações com as coordenadorias da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC), Secretaria Municipal de Relações Internacionais e Federativas (SMRIF) e Secretaria Municipal do Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo (SDTE).
- Estimular a criação e manutenção de comércio e serviços locais no térreo dos imóveis existentes ou a construir, de modo a proporcionar fachada ativa nas vias do perímetro e aumentar a oferta de empregos na área.
 - Garantir a permanência e a instalação de empresas que gerem empregos no território. Destaque para a indústria têxtil presente nos três distritos.
 - Elaborar projeto de comunicação visual voltado ao circuito de compras com sinalização própria e identificação das rotas, por meio de sinalização gráfica urbana.
 - Ofertar serviço de sanitários públicos em locais estratégicos com grande fluxo de pedestres.
- Qualificar os espaços públicos de modo a compatibilizar ruas, calçadas, praças e equipamentos públicos ao uso comercial, industrial e logístico existente na área.
- Estimular o uso e a permanência nas praças e áreas verdes através de sua qualificação com tratamento paisagístico adequado.
 - Elaborar projeto de arborização urbana que seja adequado e compatível com a grande circulação de pedestres nos bairros, especialmente para reduzir os efeitos da ilha de calor urbana.
- Solucionar problemas de microdrenagem (alagamentos), em especial na R. Oriente, R. Almirante Barroso e R. Bresser.
- Organizar a coleta, transporte e descarte de resíduos sólidos oriundos das atividades comerciais no perímetro, em conformidade com Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PGIRS).

- Ampliar o acesso aos equipamentos públicos de serviços solucionando a demanda por ecoponto.
- Promover acessibilidade universal dos passeios públicos, sobretudo nas vias com grande fluxo de pedestres e as que conectam equipamentos públicos. Destaque para as ruas Barão de Ladário, R. Maria Marcolina, R. Miller, R. Oriente, R. João Teodoro e entorno do Largo da Concórdia.
- Adequar o sistema viário de modo a compatibilizar o trânsito de veículos, as áreas de abastecimento, os estacionamentos e o grande fluxo de pedestres.
 - Compatibilizar a circulação de pedestres, de ciclistas, de ônibus e de veículos de passeio ao fluxo de veículos de carga necessários aos usos comerciais, industriais e logísticos existentes no território.
 - Promover soluções habitacionais de acordo com diretrizes do Plano Municipal de Habitação (PMH) e integradas ao Governo do Estado (Casa Paulista) que melhorem as condições de vida e moradia da população residente em áreas de precariedade habitacional (cortiços e ocupações).
- Articular ações de monitoramento do espaço público com a Secretaria Municipal de Segurança Urbana (SMSU) a fim de garantir maior segurança pública no local.
- Solucionar demanda pela instalação de mobiliário urbano e melhoria da iluminação pública, a fim de proporcionar maior convívio social e segurança aos espaços públicos.

4) ID 78 | Centralidade Mooca

Há predominância de uso misto, com comércio consolidado que caracteriza uma centralidade de bairro e boa acessibilidade viária, bem servida pelo transporte público (CPTM, Metrô e Corredor de Ônibus) e por equipamentos públicos com destaque para unidades SENAI (Theobaldo de Nigris e Morvan Figueiredo), ETEC Prof. Camargo Aranha e o Clube Municipal Mooca que abriga a sede da Subprefeitura e reúne equipamentos educacionais, culturais, esportivos, de lazer e saúde, como a Biblioteca Affonso Taunay, EMEI Marcílio Dias, EMEF Dr. Fabio da Silva Prado, CEE Salim Farah Maluf, UBS da Mooca, AACD e Guarda Civil Metropolitana. Este espaço é utilizado como parque urbano e apresenta potencial para se transformar em uma Praça de Equipamento Sociais.

A área abriga um conjunto de áreas públicas subutilizadas, como os terrenos destinados a atividades operacionais do Metrô e CPTM, vinculados ao projeto Casa Paulista; alguns terrenos públicos não edificados em frente ao Clube Municipal; e uma série de espaços residuais debaixo de viadutos. A área também abriga considerável

quantidade de população em situação de rua que se concentra principalmente no entorno do Viaduto Bresser, pela proximidade a equipamentos públicos de assistência social.

Diretrizes:

- Ampliar o acesso aos equipamentos públicos de assistência social solucionando a demanda por equipamentos ligados à população em situação de rua (Centro POP e CREAS).
- Desenvolver ações de assistência social à população em situação de vulnerabilidade social (população em situação de rua e usuária de drogas).
- Estimular a criação e manutenção de comércio e serviços locais no térreo dos imóveis existentes ou a construir, de modo a proporcionar fachada ativa nas vias do perímetro e aumentar a oferta de empregos na área.
- Qualificar o espaço público e os equipamentos do Clube Municipal Mooca, transformando-o em uma praça de equipamentos sociais, compatibilizando as novas atividades com as existentes no local.
- Qualificar os espaços públicos de modo a compatibilizar ruas, calçadas, praças e equipamentos públicos ao uso comercial existente na área.
- Estimular o uso e a permanência nas praças e áreas verdes através de sua qualificação com tratamento paisagístico adequado.
- Ofertar novas áreas verdes de modo a qualificar a área. Destaque para o Parque Padre Benedito Maria Cardoso previsto no PDE 2014.
- Tutelar e preservar os bens materiais que compõem o patrimônio histórico cultural existente no perímetro, em especial os localizados ao longo da R. Borges de Figueiredo.
- Monitorar a contaminação do solo no perímetro, considerando as diretrizes da OUCBT. Destaque para os lotes nas ruas Borges de Figueiredo, R. Taquari e R. Itajaí.
- Solucionar problemas de microdrenagem (alagamentos), em especial nas ruas Bresser, R. Taquari e R. dos Trilhos.
- Promover acessibilidade universal dos passeios públicos, sobretudo nas vias com grande fluxo de pedestres e as que conectam equipamentos públicos. Destaque para Av. Paes de Barros, R. dos Trilhos, R. da Mooca, R. Bresser e R. Taquari.

- Qualificar as principais conexões viárias existentes. Destaque para os melhoramentos viários, eixos de qualificação e corredores de centralidade previstos na OUCBT.
- Desenvolver percursos alternativos para pedestres, ciclistas, ônibus e automóveis de modo a superar grandes barreiras urbanas, melhorando a mobilidade local da área. Destaque para Av. Alcântara Machado e linhas ferroviárias.
- Qualificar os acessos à Estação Mooca (Linha 10 Turquesa da CPTM) pela R. Monsenhor João Felipo e à Estação Bresser-Mooca (Linha 3 Vermelha do Metrô) pela R. Ipanema e R. Inácio de Araújo, de modo a garantir a segurança pública e a acessibilidade universal.
- Promover soluções habitacionais de acordo com diretrizes do Plano Municipal de Habitação (PMH) e integradas ao Governo do Estado (Casa Paulista), que melhorem as condições de vida e moradia da população residente em áreas de precariedade habitacional (cortiços e ocupações).
- Estimular o desenvolvimento de projetos em terrenos e lotes, públicos ou privados, que estejam subutilizados ou não edificados.
- Solucionar demanda pela instalação de mobiliário urbano e melhoria da iluminação pública, a fim de proporcionar maior convívio social e segurança aos espaços públicos. Destaque para o Clube Escola Mooca.

5) ID 79 | Centralidade Água Rasa

Caracterizada pelo uso do solo misto não verticalizado com boa acessibilidade viária, bem servida pela infraestrutura de transporte público (CPTM, Metrô e Corredor de ônibus) e equipamentos públicos e privados, como o SESC Belenzinho, o Cemitério da Quarta Parada e o Hospital Infantil Cândido Fontoura. Concentra atividades de comércio e serviços significativos nas vias Siqueira Bueno, Álvaro Ramos e Tobias Barreto, que também são importantes vias para circulação da Subprefeitura Mooca e estruturam o transporte público coletivo (ônibus). A grande circulação de ônibus na área, gera conflitos principalmente com os pedestres e ciclistas e dificulta a mobilidade local.

Diretrizes:

- Estimular a criação e manutenção de comércio e serviços locais no térreo dos imóveis existentes ou a construir, de modo a proporcionar fachada ativa nas vias do perímetro e aumentar a oferta de empregos na área.

- Ofertar serviço de sanitários públicos em locais estratégicos com grande fluxo de pedestres.
- Qualificar os espaços públicos de modo a compatibilizar ruas, calçadas, praças e equipamentos públicos ao uso comercial existente na área.
- Estimular o uso e a permanência nas praças e áreas verdes através de sua qualificação com tratamento paisagístico adequado. Destaque para a Praça Florestan Fernandes e Largo Água Rasa.
- Elaborar projeto de arborização urbana que seja adequado e compatível com a circulação de pedestres nos bairros, especialmente para reduzir os efeitos da ilha de calor urbana.
- Promover acessibilidade universal dos passeios públicos e melhorar a iluminação pública, sobretudo nas vias com grande fluxo de pedestres e as que conectam equipamentos públicos. Destaque para as ruas Siqueira Bueno, R. Álvaro Ramos, R. Tobias Toledo, R. Itamaracá e R. Serra de Jairé.
- Qualificar as principais conexões viárias existentes. Destaque para a Rua Siqueira Bueno, Rua Álvaro Ramos, Rua Tobias Toledo e Avenida Salim Farah Maluf.
- Garantir melhores condições de travessia da Av. Salim Farah Maluf, Av. Álvaro Ramos e R. Siqueira Bueno de modo a compatibilizar o fluxo de veículos com a mobilidade local de pedestres.
- Melhorar a acessibilidade local e as conexões entre os bairros da Subprefeitura Mooca.
- Adequar o sistema viário de modo a compatibilizar o trânsito de veículos, pedestres e do transporte público no acesso à Av. Abel Ferreira e nos cruzamentos da Av. Salim Farah Maluf, especialmente na R. do Acre.
- Organizar os estacionamentos destinados ao comércio, potencializando os usos compartilhados (pedestres e ciclistas) ao longo das vias. Destaque para R. Siqueira Bueno e R. Álvaro Ramos.
- Gerir a mobilidade regional existente na Av. Salim Farah Maluf, integrante do minianel viário do Município de São Paulo, de modo a organizar o fluxo de passeio, de ônibus (corredor de ônibus previsto) e de veículos de carga.

6) ID 80 | Território CEU Carrão

Caracterização

Composta por bairros que se caracterizam pela diversidade de usos, alternando quadras de uso misto, quadras residenciais horizontais e verticais, e quadras com atividades de comércio e serviço consolidado. Centralidades lineares são encontradas

nas ruas Antônio de Barros, R. Apucarana, R. Coelho Lisboa, R. Itapura e R. Tuiuti, bem como no entorno da Praça Silvio Romero.

Conta com boa acessibilidade viária (Radial Leste, Av. Salim Farah Maluf, R. Itapura, R. Apucarana, etc.) e é bem servida pelo transporte público (CPTM, Metrô, Corredores de Ônibus). Em função dos diversos equipamentos existentes neste território, está em planejamento a implantação do Território CEU Carrão, que prevê a articulação da rede de equipamentos sociais do bairro, estimulando a integração entre eles. Aliada a implantação do CEU, o perímetro engloba as estações Tatuapé e Carrão do Metrô e CPTM, buscando qualificar as travessias e a conexão entre as porções norte e sul do distrito Tatuapé, segregadas entre si pela ferrovia e pela R. Melo Freire.

Diretrizes:

- Promover ações indutoras do desenvolvimento econômico local, especialmente pelo estímulo ao comércio local, atividades industriais e geração de empregos.
- Qualificar os espaços públicos de modo a compatibilizar ruas, calçadas, praças e equipamentos públicos ao uso comercial existente na área e ao adensamento populacional previsto para a área. Destaque para as quadras no Eixo de Estruturação da Transformação Urbana (ZEU).
- Estimular o uso e a permanência nas praças e áreas verdes através de sua qualificação com tratamento paisagístico adequado. Destaque para a Praça Silvio Romero, Praça Karnick Avedis Nahas, Largo Nossa Senhora do Bom Parto, Praça Barão de Itaqui, Praça Santa Terezinha, Praça Heitor Levi e Praça Afonso de Albuquerque.
- Elaborar projeto de arborização urbana que seja adequado e compatível com a circulação de pedestres nos bairros.
- Potencializar o Território CEU Carrão como qualificador dos lugares públicos e articulador de um sistema de espaços livres e equipamentos públicos e privados. Destaque para as conexões com Estações e Terminais de transporte público.
- Solucionar problemas de microdrenagem (alagamentos), em especial no cruzamento das ruas Tuiuti e R. Azevedo Soares.
- Promover acessibilidade universal dos passeios públicos e melhorar a iluminação pública, sobretudo nas vias com grande fluxo de pedestres e que conectam equipamentos públicos.
- Qualificar as principais conexões viárias existentes. Destaque para as ruas Tuiuti, R. Antônio de Barros, R. Padre Estevão Pernet, R. Itapura, R. Apucarana e R. Azevedo Soares.

- Desenvolver percursos alternativos para pedestres, ciclistas, ônibus e automóveis de modo a superar grandes barreiras urbanas, melhorando a mobilidade local da área. Destaque para R. Melo Freire e linhas ferroviárias.
- Melhorar a acessibilidade local e as conexões entre as porções norte e sul do distrito do Tatuapé nas atuais transposições às linhas ferroviárias (Estações Tatuapé e Carrão, e Viaduto Carlos Ferraci).
- Qualificar os acessos à Estação Tatuapé (Linha 3 Vermelha do Metrô e Linha 11 Coral da CPTM) pela R. Tuiuti, R. Catinguá e a Estação e Terminal de ônibus Carrão (Linha 3 Vermelha do Metrô) pela R. Apucarana, R. Monte Serrat e R. Melo Peixoto, de modo a garantir a segurança pública e a acessibilidade universal.
- Adequar o sistema viário de modo a compatibilizar os conflitos decorrentes do intenso trânsito de veículos e o fluxo de pedestres na região, especialmente nas vias de maior movimento como Av. Melo Freire (Radial Leste), R. Tuiuti, R. Coelho Lisboa, R. Euclídes Pacheco, R. Itapura, R. Apucarana, R. Antônio de Barros e R. Francisco Marengo.
- Aumentar a oferta de mobilidade inter bairros com o uso de transporte público.
- Solucionar demanda pela instalação de mobiliário urbano e melhoria da iluminação pública, a fim de proporcionar maior convívio social e segurança aos espaços públicos. Destaque para as praças e principais conexões viárias da área.

7) ID 81 | Áreas Verdes Água Rasa

Caracterizado como uma área mista pouco verticalizada com usos residenciais, de comércio, serviços, indústrias, armazéns e um conjunto de espaços livres de uso público de escala de bairro (praças e áreas verdes). A Av. Sapopemba caracteriza-se como uma das principais centralidades da área, concentrando as atividades de comércio e serviços, sobretudo, os usos mistos verificados.

O perímetro apresenta uma série de áreas verdes com potencial para se tornarem espaços de convívio e lazer, dentre elas se destacam duas áreas expressivas. A primeira, ao longo das avenidas Adutora do Rio Claro, Av. Luiz Ferreira da Silva e Av. Sapopemba, por onde passa a rede adutora de abastecimento de água da SABESP denominada Rio Claro (em nível e subterrânea) e que vem sofrendo pressão por ocupação, na medida em que as construções lindeiras, especialmente as do núcleo urbanizado Lavínia Ribeiro (HABITASAMPA), têm construído aberturas nos fundos de seus lotes, descaracterizando assim a natureza pública deste espaço. A segunda, localizada próximo ao CDC Jardim Itália, ao longo da R. Simão de Toledo Piza e R.

Dom Vicente Maria Prianti, compreende áreas verdes públicas acidentadas que poderiam ser melhor utilizadas para o convívio social.

Diretrizes:

- Qualificar os espaços públicos de modo a compatibilizar ruas, calçadas, praças e equipamentos públicos ao adensamento populacional previsto para a área. Destaque para as quadras no Eixo de Estruturação da Transformação Urbana (ZEU) e Eixo de Estruturação da Transformação Urbana Previsto (ZEUP).
- Estimular o uso e a permanência nas praças e áreas verdes através de sua qualificação com tratamento paisagístico adequado.
- Qualificar o espaço público dos equipamentos sociais como o CDC Jardim Itália e CDC Vila Invernada, melhorando seus acessos e conexões e potencializando as atividades de esporte e lazer existentes no local.
- Elaborar projeto de arborização urbana que seja adequado e compatível com a circulação de pedestres nos bairros.
- Estabelecer diálogo com a comunidade local sobre a gestão e tutela da área verde localizada ao longo da Av. Luiz Ferreira da Silva, propondo sua qualificação enquanto lugar público.
- Estabelecer diálogo com a comunidade local sobre a gestão e tutela das áreas verdes localizadas ao longo das ruas Simão de Toledo Piza e R. Dom Vicente Maria Prianti, propondo sua qualificação enquanto lugar público.
- Solucionar demanda pela instalação de mobiliário urbano, sanitários públicos e melhoria da iluminação pública, a fim de proporcionar maior convívio social.
- Ofertar novas áreas verdes de modo a qualificar a área. Destaque para o Parque Vila Ema previsto no PDE 2014, que se caracteriza como uma área remanescente do bioma Mata Atlântica (Bosque Heterogêneo), segundo Plano Municipal da Mata Atlântica (PMMA).
- Promover acessibilidade universal dos passeios públicos e melhorar a iluminação pública, sobretudo nas vias com grande fluxo de pedestres e as que conectam equipamentos públicos.
- Desenvolver percursos alternativos para pedestres, ciclistas, ônibus e automóveis de modo a superar grandes barreiras urbanas, melhorando a mobilidade local da área. Destaque para Av. Salim Farah Maluf.
- Qualificar os principais percursos que permitem a conexão com as estações em planejamento da Linha 2 - Verde e a Estação Oratório da Linha 15 - Prata do Metrô.

Destaque para as ruas Domingos Afonso, R. Antero de Quental, R. Buenópolis, R. do Orfanato, R. Rhone, Av. Sapopemba e Av. Adutora do Rio Claro.

- Adequar o sistema viário de modo a compatibilizar o trânsito de veículos, pedestres e do transporte público. Destaque para Av. Luiz Ferreira da Silva, Av. Sapopemba, Av. Vila Ema e Av. Salim Farah Maluf.
- Aumentar a oferta de mobilidade inter bairros com o uso de transporte público.
- Gerir a mobilidade regional existente na Av. Salim Farah Maluf, integrante do minianel viário do Município de São Paulo, de modo a organizar o fluxo de passeio, de ônibus (Corredor de Ônibus Previsto) e de veículos de carga.
- Estimular o desenvolvimento de projetos em terrenos e lotes, públicos ou privados, que estejam subutilizados ou não edificados.

8) ID 228 Anália Franco

Perímetro que engloba a área com grande valorização imobiliária e verticalização de médio e alto padrão da Subprefeitura e equipamentos de grandes portes como parque, Universidade e Shopping Center. Por isso, a área é caracterizada por ser um polo gerador de grande tráfego, necessitando de melhorias neste quesito e também de acessibilidade.

Diretrizes:

- Garantir recuperação e criação de espaços públicos que permeiam os fluxos, como as praças e parques da região, como a Praça Vinte de Janeiro, a Praça Rosa Laudelina de Carvalho, a Praça Mal. Rodrigues Riba Junior, a General Costa Barreto, entre outras;
- Garantir melhor acesso de pedestres aos equipamentos de grande porte e parques da região;
- Promover acessibilidade universal dos espaços públicos do perímetro com qualificação de calçadas, vias de pedestres e sinalizações específicas, principalmente nas avenidas onde há grande fluxo de pedestres e veículos, como a Avenida Abel Ferreira e a Avenida Doutor Eduardo Cotching, Renata e Avenida Regente Feijó;
- Melhorar os fluxos nas vias e conexões viárias levando-se em conta que o perímetro contempla vários equipamentos de grande porte que são pólos geradores de tráfego, especialmente na Avenida Regente Feijó;
- Melhorar o desempenho do transporte público e garantir a conexão entre modais (ônibus, metrô) e demais equipamentos, seguindo diretrizes do PlanMob 2015;
- Qualificar a ligação dos futuros corredores de ônibus da Avenida Vereador Abel Ferreira e da Avenida João XXIII, seguindo diretrizes do PlanMob 2015;

- Garantir iluminação pública e arborização nas vias.

9) ID 296| Arco Tietê - Apoios Urbanos Mooca

Atravessa diversos bairros da Subprefeitura da Mooca e relaciona-se com uma série de equipamentos públicos e privados de cultura, lazer, saúde, educação, transporte, bem como áreas verdes, parques, bens tombados, assentamentos precários e centros industriais e logísticos.

Caracteriza-se pela predominância de grandes lotes e configura duas ambiências urbanas: no trecho entre a Av. Cruzeiro do Sul e Av. Salim Farah Maluf é pouco verticalizada e concentra o uso misto, de comércio, serviços, indústrias e armazéns; já no trecho entre a Av. Salim Farah Maluf e Airton Pretini concentram-se os usos residenciais horizontais e verticais.

Será impactada diretamente pelo Programa de Intervenções proposto pelo PIU Arco Tietê. Os estudos e projetos a serem desenvolvidos devem considerar a lei de melhoramentos viários Lei 16.541/16, e as diretrizes e parâmetros estabelecidos no PIU Arco Tietê, Área de Intervenção Urbana Apoios Urbanos e Centralidade da Metrópole. O projeto traz a abertura de uma avenida paralela à Marginal Tietê, ligando da Lapa até a Mooca, estruturada por um corredor de transporte coletivo de média a alta capacidade, que também se integra com as demais intervenções no sistema viário da Zona Norte.

Na Subprefeitura Mooca, as intervenções de mobilidade correspondem, principalmente, à abertura, alargamento e requalificação do sistema viário, com destaque para criação de um eixo de mobilidade entre as vias Av. Bom Jardim, Av. Pedroso da Silveira, R. Jequitinhonha e R. Santa Catarina. Associados a estes eixos propõem-se uma adequação das infraestruturas de drenagem e uma rede de espaços livres e equipamentos urbanos que apoiarão o adensamento populacional e construtivo pretendido.

Diretrizes

- Estimular a criação e manutenção de comércio e serviços locais no térreo dos imóveis existentes ou a construir, de modo a proporcionar fachada ativa nas vias do perímetro e aumentar a oferta de empregos na área.
- Qualificar os espaços públicos de modo a compatibilizar ruas, calçadas, praças e equipamentos públicos ao adensamento populacional previsto para a área. Destaque para as quadras no Eixo de Estruturação da Transformação Urbana Previsto (ZEMP e ZEUP).

- Estimular o uso e a permanência nas praças e áreas verdes através de sua qualificação com tratamento paisagístico adequado.
- Adequar os acessos ao Parque Estadual do Belém aos pontos de conexão propostos, melhorando sua acessibilidade por meio do transporte público.
- Tutelar e preservar os bens materiais que compõem o patrimônio histórico cultural existente no perímetro, em especial a Vila Maria Zélia.
- Solucionar problemas de microdrenagem (alagamentos), de acordo com diretrizes do PIU Arco Tietê.
- Promover acessibilidade universal dos passeios públicos, sobretudo nas vias que conectam os equipamentos sociais.
- Promover acessibilidade universal dos passeios públicos, sobretudo nas vias que conectam os equipamentos sociais.
- Integrar e adequar a nova via arterial projetada aos bairros pelos quais passará, possibilitando novos caminhos não somente para automóveis e o transporte público coletivo (ônibus), como também para pedestres e ciclistas.
- Adequar linhas de ônibus para atender demandas de circulação intrabairros do perímetro e da subprefeitura.
- Viabilizar a utilização intersetorial dos imóveis públicos na área de influência do corredor.
- Considerar plano de requalificação urbana das áreas de precariedade habitacional, tais como Santo Antônio do Canindé, Nelson Cruz e Pau Queimado (Habitampa).
- Promover soluções habitacionais de acordo com diretrizes do Plano Municipal de Habitação (PMH) e integradas ao Governo do Estado (Casa Paulista), que melhorem as condições de vida e moradia da população residente em áreas de precariedade habitacional (Favelas Santo Antônio do Canindé, Nelson Cruz e Pau Queimado - Habitampa).

10) ID 297| Avenidas Celso Garcia e Rangel Pestana

A Avenida Celso Garcia é uma das vias estruturadoras do sistema viário e do transporte público da Zona Leste, conectando o centro de São Paulo a subprefeitura Penha e se estendendo, enquanto eixo estruturante, até o extremo leste do município por avenidas igualmente importantes como Av. Amador Bueno da Veiga, Av. São Miguel e Av. Marechal Tito, tendo, portanto, importância em escala metropolitana.

O perímetro atravessa diversos bairros da Subprefeitura da Mooca e a Av. Celso Garcia e é importante na escala local e regional por configurar um eixo comercial e de serviços, e também por concentrar polos geradores e atratores de tráfego como os

templos religiosos e comércios de grande escala, além de se relacionar com uma série de equipamentos públicos e privados significativos, como o Parque Estadual do Belém, ETEC Parque Belém, Hospital Municipal Tatuapé e Hospital Maternidade Leonor Mendes Barros.

Caracteriza-se pela predominância da horizontalidade e presença de um conjunto de edificações de valor histórico, estando algumas tombadas como patrimônio histórico. Já no trecho entre a Av. Salim Farah Maluf e Airton Pretini, verifica-se maior transformação urbana e concentração de usos residenciais verticais.

Diretrizes

- Estimular a criação e manutenção de comércio e serviços locais no térreo dos imóveis existentes ou a construir, de modo a proporcionar fachada ativa nas vias do perímetro e aumentar a oferta de empregos na área.
- Qualificar os espaços públicos de modo a compatibilizar ruas, calçadas, praças e equipamentos públicos ao adensamento populacional previsto para a área. Destaque para as quadras no Eixo de Estruturação da Transformação Urbana Previsto (ZEUP).
- Estimular o uso e a permanência nas praças e áreas verdes através de sua qualificação com tratamento
- Adequar os acessos ao Parque Estadual do Belém aos pontos de conexão propostos, melhorando sua acessibilidade por meio do transporte público.
- Tutelar e preservar os bens materiais que compõem o patrimônio histórico cultural existente no perímetro.
- Solucionar problemas de microdrenagem (alagamentos), em especial ao longo da Av. Celso Garcia.
- Promover acessibilidade universal dos passeios públicos, sobretudo nas vias que conectam os equipamentos sociais, localizado na área de influência do corredor, aos pontos de conexão e terminais propostos.
- Garantir melhores condições de travessia da Av. Celso Garcia de modo a compatibilizar o fluxo de veículos com a mobilidade local de pedestres.
- Adequar o sistema viário de modo a compatibilizar os conflitos decorrentes do intenso trânsito de veículos de caráter regional com aquele de caráter local, e, sobretudo com o fluxo de pedestres na região, especialmente nas vias de acesso a Av. Celso Garcia. Destaque para as ruas Piratininga, R. Hipódromo, R. Bresser, R.

Belém, R. Catumbi, R. Doutor Clementino, R. Nelson Cruz, Av. Álvaro Ramos, R. Tuiuti e R. Antônio de Barros.

- Viabilizar a utilização intersetorial dos imóveis públicos na área de influência do corredor.
- Solucionar demanda pela instalação de mobiliário urbano, pela qualificação do sistema viário e melhoria da iluminação pública, arborização e sinalização urbana, bem como pela implantação de sistema cicloviário.

11) ID 387 Brás/Bresser-Mooça

Área com predomínio de uso do solo misto não verticalizado, com presença de armazéns e grandes glebas próximas às linhas ferroviárias (Linhas 10 Coral e 11 Turquesa da CPTM) e com boa acessibilidade viária, bem servida pela infraestrutura de transporte público (CPTM, Metrô e faixa exclusiva de ônibus). Concentra atividades de comércio e serviços significativos ao longo da Av. Rangel Pestana, R. Joaquim Nabuco e R. Cavalheiro. Caracteriza-se pela concentração de habitações coletivas precárias de aluguel (cortiços) e pela presença de grandes áreas demarcadas como ZEIS-3 pelo PDE (Lei 16.050/14) e Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo - LPUOS (Lei 16.402/16).

A região apresenta população em situação de vulnerabilidade social e é um dos principais locais de moradia da população imigrante que reside na subprefeitura, além de ser a porção do território com faixas de maior incidência de crianças (até 14 anos), destoando do padrão de envelhecimento presente na maior parte da Mooça. Historicamente, é um importante destino de imigração, tendo como marco a antiga Hospedaria de Imigrantes, atual Museu da Imigração, por onde passaram muitos italianos, árabes e coreanos. Atualmente, a população imigrante que reside na subprefeitura é originária principalmente da Síria, Bolívia, Peru, China e Haiti.

Diretrizes:

- Desenvolver ações de assistência social à população em situação de vulnerabilidade social (população em situação de escravidão e imigrantes).
- Considerar as questões sociais (trabalho escravo e população imigrante) existentes na área, a fim de incorporá-las às ações de desenvolvimento econômico e geração de emprego, articulando ações com as coordenadorias da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC), Secretaria Municipal de Relações Internacionais e Federativas (SMRIF) e Secretaria Municipal do Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo (SDTE).

- Incentivar ao ensino técnico profissionalizante para trabalhadores empregados em condições subnormais e população imigrante.
- Qualificar os espaços públicos de modo a compatibilizar ruas, calçadas, praças e equipamentos públicos ao uso comercial existente na área e ao adensamento populacional previsto para a área. Destaque para as quadras no Eixo de Estruturação da Transformação Urbana (ZEU).
- Estimular o uso e a permanência nas praças e áreas verdes através de sua qualificação com tratamento paisagístico adequado. Destaque para Praça Agente Cícero.
- Elaborar projeto de arborização urbana que seja adequado e compatível com a grande circulação de pedestres nos bairros, especialmente para reduzir os efeitos da ilha de calor urbana.
- Tutelar e preservar os bens materiais que compõem o patrimônio histórico cultural existente no perímetro, em especial os localizados ao longo da orla ferroviária.
- Solucionar problemas de microdrenagem (alagamentos), em especial na R. Coimbra e Av. Rangel Pestana.
- Promover acessibilidade universal dos passeios públicos, sobretudo nas vias com grande fluxo de pedestres e as que conectam equipamentos públicos. Destaque para R. Doutor Almeida Lima e R. do Hipódromo.
- Qualificar as principais conexões viárias existentes. Destaque para R. Almirante Brasil, R. do Hipódromo, Av. Alcântara Machado e Av. Celso Garcia.
- Desenvolver percursos alternativos para pedestres, ciclistas, ônibus e automóveis de modo a superar grandes barreiras urbanas, melhorando a mobilidade local da área. Destaque para Av. Alcântara Machado e linhas ferroviárias.
- Qualificar os acessos à Estação Brás (Linhas 10 Turquesa e Linha 11 Coral da CPTM) pela R. Doutor Almeida Lima e Praça Agente Cícero, e à Estação Bresser-Mooça (Linha 3 Vermelha do Metrô) pela R. do Hipódromo e R. Inácio de Araújo, de modo a garantir a segurança pública e a acessibilidade universal.
- Considerar a construção de terminal de ônibus Concórdia junto à estação Brás da CPTM, prevista no Plano Municipal de Mobilidade (PLANMOB 2015), para qualificação da integração intermodal entre o transporte de alta capacidade (Metrô e CPTM) e o transporte local (ônibus).
- Promover soluções habitacionais de acordo com diretrizes do Plano Municipal de Habitação (PMH) e integradas ao Governo do Estado (Casa Paulista), que melhorem as condições de vida e moradia da população residente em áreas de precariedade habitacional (cortiços).

- Formular Plano de Ação Integrada, vinculado ao Programa de Intervenção em Cortiços, conforme critérios e parâmetros definidos pelo PMH, ao que se refere aos projetos de intervenção para ZEIS-3.
- Articular ações de monitoramento do espaço público com a Secretaria Municipal de Segurança Urbana (SMSU) a fim de garantir maior segurança pública no local.
- Solucionar demanda pela instalação de mobiliário urbano e melhoria da iluminação pública, a fim de proporcionar maior convívio social e segurança aos espaços públicos.

12) ID 388 Belenzinho

Caracteriza-se pelo uso misto e pela presença de comércio e serviços, principalmente nas vias Belém, Júlio Castilho, Herval, Conselheiro Cotegipe, Visconde de Parnaíba e Toledo Barbosa. Algumas dessas vias também funcionam como apoio à Av. Alcântara de Machado (Radial Leste) para a circulação intrabairros, potencializando os conflitos entre os deslocamentos locais e regionais.

Apresenta áreas verticalizadas nas proximidades da estação Belém do Metrô, sendo previsto um maior adensamento da região por sua demarcação como Zonas Eixo de Estruturação (ZEU) no PDE (Lei 16.050/14) e LPUOS (Lei 16.402/16).

Diretrizes

- Ampliar o acesso aos equipamentos públicos de esporte e cultura solucionando a demanda por espaços de lazer e maior oferta de atividades culturais, especialmente para crianças e jovens.
- Desenvolver ações de assistência social à população em situação de vulnerabilidade social (população em situação de rua e usuária de drogas).
- Estimular a criação e manutenção de comércio e serviços locais no térreo dos imóveis existentes ou a construir, de modo a proporcionar fachada ativa nas vias do perímetro e aumentar a oferta de empregos na área.
- Qualificar os espaços públicos de modo a compatibilizar ruas, calçadas, praças e equipamentos públicos ao uso comercial existente na área e ao adensamento populacional previsto para a área. Destaque para as quadras no Eixo de Estruturação da Transformação Urbana (ZEU).
- Estimular o uso e a permanência nas praças e áreas verdes através de sua qualificação com tratamento paisagístico adequado. Destaque para Largo São José do Belém.

- Elaborar projeto de arborização urbana que seja adequado e compatível com a grande circulação de pedestres nos bairros, especialmente para reduzir os efeitos da ilha de calor urbana.
- Tutelar e preservar os bens materiais que compõem o patrimônio histórico cultural existente no perímetro, em especial o Cotonifício Paulista.
- Solucionar problemas de microdrenagem (alagamentos), em especial nas avenidas Alcântara Machado e Av. Celso Garcia.
- Organizar a coleta, transporte e descarte de resíduos sólidos, em conformidade com Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PGIRS).
- Promover acessibilidade universal dos passeios públicos e melhorar a iluminação pública, sobretudo nas vias com grande fluxo de pedestres e as que conectam equipamentos públicos.
- Qualificar as principais conexões viárias existentes. Destaque para R. Belém, R. Júlio Castilho, R. Herval, R. Conselheiro Cotegipe, R. Visconde de Parnaíba, R. Toledo Barbosa, R. Saldanha Marinho, R. Doutor Clementino e Av. Álvaro Ramos.
- Desenvolver percursos alternativos para pedestres, ciclistas, ônibus e automóveis de modo a superar grandes barreiras urbanas, melhorando a mobilidade local da área. Destaque para Av. Alcântara Machado e linhas ferroviárias.
- Qualificar os acessos à Estação Belém (Linha 3 Vermelha do Metrô) e ao Terminal de Ônibus Belém, pela R. Toledo Barbosa e Av. Alcântara Machado, de modo a garantir a segurança pública e a acessibilidade universal.
- Adequar o sistema viário de modo a compatibilizar os conflitos decorrentes do intenso trânsito de veículos e o fluxo de pedestres na região, buscando implantar sistema cicloviário na região.
- Organizar os estacionamentos intermodais destinados ao atendimento da população que utiliza o transporte coletivo de alta capacidade (Metrô e CPTM), incentivando os usos compartilhados (pedestres e ciclistas) ao longo das vias.
- Promover soluções habitacionais de acordo com diretrizes do Plano Municipal de Habitação (PMH) e integradas ao Governo do Estado (Casa Paulista), que melhorem as condições de vida e moradia da população residente em áreas de precariedade habitacional (cortiços e ocupações).
- Estimular o desenvolvimento de projetos em terrenos e lotes, públicos ou privados, que estejam subutilizados ou não edificados.
- Solucionar demanda pela instalação de mobiliário urbano e melhoria da iluminação pública, a fim de proporcionar maior convívio social e segurança aos espaços públicos. Destaque para as praças e principais conexões viárias da área.

13) ID 389 Vila Luisa / Viaduto Alberto Brada

Área com predomínio de uso residencial parcialmente verticalizada, principalmente ao longo das margens do Rio Aricanduva e na Av. Celso Garcia. Concentra usos mistos de comércio, serviços, indústrias e armazéns ao longo da Av. Airton Pretini e R. Alfredo de Franco, bem como junto a orla ferroviária. A região, em especial o bairro Vila Luisa, apresenta problemas de conectividade com o restante do território da Subprefeitura, principalmente em relação ao transporte público coletivo e acessos para pedestres, caracterizando-se como uma ilha urbana em função de grandes barreiras existentes no território (Rio Aricanduva, linha ferroviária, Av. Conde de Frontin e linha de alta tensão).

Concentra população em situação de vulnerabilidade social abrangendo o assentamento precário localizado às margens do Rio Aricanduva (Favela Pau Queimado-Habitasampa) que foi incorporado como ZEIS-1 pela LPUOS e a Favela Aiamá, localizada em terreno público da CPTM. E também concentra população em situação de rua e usuária de drogas, sendo necessárias ações de assistência social destinada a estes grupos.

Diretrizes:

- Desenvolver ações de assistência social à população em situação de vulnerabilidade social (população em situação de rua e usuária de drogas).
- Qualificar os espaços públicos de modo a compatibilizar ruas, calçadas, praças e equipamentos públicos ao adensamento populacional previsto para a área. Destaque para as quadras no Eixo de Estruturação da Transformação Urbana (ZEU e ZEUP), R. Alfredo de Franco e Av. Airton Pretini.
- Estimular o uso e a permanência nas praças e áreas verdes através de sua qualificação com tratamento paisagístico adequado. Destaque para Praça Júlio Botelho e Praça Padre Juan Carlo Guardiola.
- Elaborar projeto de arborização urbana que seja adequado e compatível com a circulação de pedestres nos bairros.
- Estudar proposta de criação de parque linear que atenda ao mesmo tempo a demanda por drenagem, provisão habitacional e a inclusão do entorno do Rio Aricanduva enquanto parte do sistema de espaços livres públicos do município, qualificando-o como área de lazer.
- Promover qualificação urbana e ambiental do Rio Aricanduva, conservando suas margens e integrando-as aos espaços livres públicos existentes, promovendo seu

usufruto enquanto área de lazer e fruição local, além do maior convívio e apropriação social dos espaços livres por parte dos moradores.

- Implantar equipamentos no interior da futura área de lazer, como: pista de caminhada, ciclovia, projeto de arborização, equipamentos de ginástica, mobiliário urbano, etc.
- Solucionar problemas de microdrenagem (alagamentos), em especial no cruzamento da R. Cirino de Abreu com a R. Ingu.
- Organizar a coleta, transporte e descarte de resíduos sólidos, em conformidade com Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PGIRS).
- Promover acessibilidade universal dos passeios públicos e melhorar a iluminação pública, sobretudo nas vias com grande fluxo de pedestres e as que conectam equipamentos públicos.
- Viabilizar a conectividade desta área com o restante do território, qualificando os acessos e integrando-os a futura área de lazer e aos meios de transporte público, como o Terminal Aricanduva.
- Melhorar a acessibilidade local e as conexões entre as subprefeituras Mooca, Penha e Aricanduva-Vila Formosa nas atuais transposições ao Rio Aricanduva, a Av. Conde de Frontin e linha ferroviária.
- Desenvolver percursos alternativos para pedestres, ciclistas, ônibus e automóveis de modo a superar grandes barreiras urbanas, melhorando a mobilidade local da área. Destaque para o Rio Aricanduva, linha ferroviária e Av. Conde de Frontin.
- Aumentar a oferta de mobilidade interbairros com o uso de transporte público.
- Promover soluções habitacionais de acordo com diretrizes do Plano Municipal de Habitação (PMH) e integradas ao Governo do Estado (Casa Paulista), que melhorem as condições de vida e moradia da população residente em áreas de precariedade habitacional (favelas e ocupações).
- Solucionar demanda pela instalação de mobiliário urbano e melhoria da iluminação pública, a fim de proporcionar maior convívio social e segurança aos espaços públicos. Destaque para as praças e principais conexões viárias da área.

14) ID 390 Mooca Baixa

Predomínio de usos comerciais e serviços, e usos mistos de comércio e indústria, marcada pela presença de galpões industriais e armazéns em grandes glebas próximas à ferrovia (Linha 10 Turquesa da CPTM). As principais vias que concentram atividades de comércio e serviço são R. da Mooca, R. Piratininga, Av. Rangel Pestana e R. do Gasômetro, outro destaque é a Av. Presidente Wilson pelo seu uso industrial.

Perímetro apresenta uma série de habitações coletivas precárias de aluguel (cortiços) e grande quantidade de áreas demarcadas como ZEIS-3 pelo PDE (Lei 16.050/14) e Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo - LPUOS (Lei 16.402/16). Além disso, apresenta também questões sociais ligadas à concentração de população em situação de rua, principalmente nas proximidades de viadutos, e ocorrências de uso de drogas, sendo necessária assistência social a essa população em situação de vulnerabilidade social.

É marcada por seu aspecto histórico e pela presença de Zonas Especiais de Preservação Cultural (ZEPEC), definidas pelo PDE e LPUOS, que são porções do território destinadas à preservação, valorização e salvaguarda dos bens de valor histórico, artístico, arquitetônico, arqueológico e paisagístico.

Diretrizes

- Buscar a redução das desigualdades socioeconômicas através do desenvolvimento da centralidade comercial e industrial existente, equacionando as relações entre moradia, emprego e oferta de equipamentos sociais na área;
- Desenvolver ações de assistência social à população em situação de vulnerabilidade social (população em situação de rua e usuária de drogas);
- Estimular a criação e manutenção de comércio e serviços locais no térreo dos imóveis existentes ou a construir, de modo a proporcionar fachada ativa nas vias do perímetro e aumentar a oferta de empregos na área;
- Garantir a permanência e a instalação de empresas que gerem empregos no território. Destaque para as indústrias e armazéns na Av. Presidente Wilson;
- Qualificar os espaços públicos de modo a compatibilizar ruas, calçadas, praças e equipamentos públicos ao uso comercial e industrial existente na área, bem como ao adensamento populacional previsto para a área, seguindo as diretrizes propostas na OUCBT;
- Estimular o uso e a permanência nas praças e áreas verdes através de sua qualificação com tratamento paisagístico adequado;
- Elaborar projeto de arborização urbana que seja adequado e compatível com a grande circulação de pedestres nos bairros, especialmente para reduzir os efeitos da ilha de calor urbana, considerando as diretrizes da OUCBT;
- Ofertar novas áreas verdes de modo a qualificar a área. Destaque para o Parque Alberto Lion planejado na OUCBT;

- Tutelar e preservar os bens materiais que compõem o patrimônio histórico cultural existente no perímetro, em especial os localizados ao longo da Av. Presidente Wilson e R. da Mooca;
- Executar as obras de drenagem previstas na OUCBT, aliadas a implantação de rede de parques e áreas verdes livres, buscando a contenção e/ou mitigação de alagamentos na área e recuperação ambiental do Rio Tamanduateí;
- Monitorar a contaminação do solo no perímetro, considerando as diretrizes da OUCBT. Destaque para os lotes na Av. do Estado;
- Promover acessibilidade universal dos passeios públicos, sobretudo nas vias com grande fluxo de pedestres e as que conectam equipamentos públicos. Destaque para Av. Presidente Wilson, R. da Mooca, R. Barão de Jaguará e R. Dona Ana Neri;
- Qualificar as principais conexões viárias existentes.

Destaque para os melhoramentos viários, eixos de qualificação e corredores de centralidade previstos na OUCBT;

- Desenvolver percursos alternativos para pedestres, ciclistas, ônibus e automóveis de modo a superar grandes barreiras urbanas, melhorando a mobilidade local da área. Destaque para Av. Alcântara Machado, Av. do Estado e linhas ferroviárias;
- Qualificar os acessos à Estação Mooca (Linha 10 Turquesa da CPTM) pela Av. Presidente Wilson, de modo a garantir a segurança pública e a acessibilidade universal;
- Promover soluções habitacionais de acordo com diretrizes do Plano Municipal de Habitação (PMH), integradas ao Governo do Estado (Casa Paulista) e as diretrizes da OUCBT, que melhorem as condições de vida e moradia da população residente em áreas de precariedade habitacional;
- Estimular o desenvolvimento de projetos em terrenos e lotes, públicos ou privados, que estejam subutilizados ou não edificados.

2. Plano Regional da Subprefeitura e a Territorialização do Programa de Metas 2019-2020

Esta seção apresenta a territorialização das Metas de 2019-2020 que incidem na Subprefeitura Mooca e a avaliação qualitativa sobre a relação entre diretrizes do Plano Regional e as Metas de 2019-2020, por Perímetro de Ação.

2.1. Programa de Metas 2019-2020 nos Perímetros de Ação da Subprefeitura

As ações contidas no Programa de Metas 2019-2020 estão apresentadas no **Quadro 3**, o qual permite visualizá-las para cada Perímetro de Ação da Subprefeitura. Sobre isso, observar a territorialização do Programa de Metas 2019-20 no mapas do **Anexo 02**.

Quadro 3: Perímetros de Ação da Subprefeitura e Programa de Metas 2019-2020.

Perímetro de Ação	Metas 2019-2020
ID 74 Conexões Metropolitanas	Inspeção dos Viadutos Pacheco Chaves e São Carlos – SIURB (meta da subprefeitura Mooca) Wifi gratuito – SMIT (meta da subprefeitura Mooca) Reforma da UBS Dr. Joaquim Rossini - Rua Álvaro Fragoso, 480–SMS (meta da Subprefeitura Ipiranga) Requalificação de calçadas, readequação e demais serviços complementares – SMSUB (meta da Subprefeitura Vila Prudente) Implantação de novas ciclovias e ciclofaixas Av. Luiz Ignácio de Anhaia Melo – SMT (meta da subprefeitura Vila Prudente) Implantação de novas ciclovias e ciclofaixas Amparo-Pindamonhangaba – Francisco Mesquita – SMT (meta da subprefeitura Vila Prudente) Implantação de novas ciclovias e ciclofaixas –Rua Capitão Pacheco e Chaves e Viaduto Pacheco e Chaves - SMT (meta das subprefeituras Mooca e Ipiranga), Implantação de novas ciclovias e ciclofaixas D. Lucas Obes - SMT (meta da subprefeitura Ipiranga) Implantação de novas ciclovias e ciclofaixas Viaduto Gde São Paulo - SMT (meta das subprefeituras Ipiranga e Vila Prudente), Implantação de novas ciclovias e ciclofaixas Rua Patriarca – SMT (meta da subprefeitura Mooca) Requalificação de ciclofaixas do Grito e Aida - SMT Requalificação de corredores e faixas de ônibus Av. Paes de Barros 8 Km – Sptrans (meta da subprefeitura Mooca)

Perímetro de Ação	Metas 2019-2020
ID 76 Zona Cerealista	Produção habitacional 65 unidades Rua Assunção 104, 112, 116 e 120 - COHAB WIFI gratuito – SMIT (meta da Subprefeitura Sé) Implantação de Área calma do Centro Histórico (projeto de moderação de tráfego) – (meta da Subprefeitura Sé)
ID 77 Centralidade Pari / Brás/ Belém	Wifi gratuito - SMIT Implantação de rampas de acessibilidade - SMSUB Requalificação de calçadas - SMSUB Implantação de novas cicloviárias e ciclofaixas – SMT Requalificação de ciclofaixas Rangel Pestana / Alberto Marino/ Viaduto 25 de março e ciclovia Cruzeiro do Sul - SMT Requalificações em locais de parada de ônibus (plataforma de embarque + pista no local de frenagem dos ônibus) – SMT Requalificação de corredores e faixas de ônibus nas Avenidas Cruzeiro do Sul, Celso Garcia e Carlos de Campos - Sptrans
ID 78 Centralidade Mooca	Revitalização do CEE Salim Farah Maluf – SEME Inspeção Viaduto Alcântara Machado– SIURB Obra do corredor Radial Centro/Leste – trecho 1 – SIURB Inspeção Viaduto Viaduto São Carlos – SIURB Reparo de forros e coberturas em geral do Teatro Arthur Azevedo – SMC Projeto Digilab – Biblioteca Taunay - SMC Wifi gratuito – SMIT Reforma ambulatório Ítalo Domingos Le Vocci - SMS Reforma CAPS Adulto II - SMS Reforma CAPS Infantil II - SMS Reforma CRST- SMS Requalificação de calçadas – Rua Bresser, Taquari e outras- SMSUB Implantação de novas ciclovia – Viaduto Bresser, Rua João Boemer Bresser e na Radial Leste- SMT Requalificação de ciclofaixas Parque da Mooca, Taquari/Siqueira Bueno - SMT Requalificação de corredores e faixas exclusivas de ônibus – Avenida Paes de Barros – SMT Requalificações em locais de parada de ônibus (plataforma de embarque + pista no local de frenagem dos ônibus) – Sptrans
ID 79 Centralidade Água Rasa	WIFI gratuito – SMIT Requalificação de ciclofaixas Serra da Bocaina, Taquari/Siqueira Campos - SMT
ID 80 Território CEU Carrão	Obra no Corredor Radial Leste - Trecho 1 - SIURB CEU Carrão / Tatuapé (Território CEU) - novo equipamento público — SIURB WIFI gratuito - SMIT Reforma CER II Tatuapé - SMS Implantação de rampas de acessibilidade - SMSUB Requalificação de calçadas - SMSUB

Perímetro de Ação	Metas 2019-2020
	Implantação de novas ciclovias e ciclofaixas – Radial – Centro - SMT; Requalificações em locais de parada de ônibus (plataforma de embarque + pista no local de frenagem dos ônibus) – Sptrans
ID 81 Áreas Verdes Água Rasa	WIFI gratuito - SMIT Reforma AMA/UBS Oratório - SMS Implantação de rampas de acessibilidade - SMSUB; Requalificação de calçadas – SMSUB Requalificações em locais de parada de ônibus (plataforma de embarque + pista no local de frenagem dos ônibus) Av Sapopemba – SPtrans
ID 228 Anália Franco	As metas 2019-2020 para esse Perímetro de Ação pertencem à Subprefeitura Aricanduva/Vila Formosa/Carrão: Revitalização do Centro Esportivo, Recreativo e Educativo do Trabalhador - SEME Wi-fi gratuito – SMIT Reforma UBS Vila Formosa I Dr Antônio da Silveira e Oliveira - SMS Revitalização, Urbanização e Melhorias na Praça Sampaio Vidal – SMSUB Requalificação de ciclofaixas Abel Ferreira (trechos 1, 2, 3) e Tatuapé / Parque desportivo do Trabalhador - SMT
ID 296 Arco Tietê - Apoios Urbanos Mooca	WIFI gratuito - SMIT Reforma UBS Belenzinho Marcus Wolosker - SMS Implantação de rampas de acessibilidade - SMSUB Requalificação de calçadas – SMSUB Projeto Rota Escolar Segura do Pari - SMT Implantação de novas ciclovias e ciclofaixas – Carlos de Campos - SMT Requalificação de ciclofaixas Cruzeiro do Sul – trecho 2, Pedroso da Silveira, Pari/ Canindé - trecho 2, Ponte da Vila Guilherme, Paulo Andrighetti, Ponte Jânio Quadros - SMT Requalificações em locais de parada de ônibus (plataforma de embarque + pista no local de frenagem dos ônibus) – Sptrans Requalificação de corredores e faixas de ônibus nas Avenidas Cruzeiro do Sul, Celso Garcia (elaboração de projetos e obras), Carlos de Campos - Sptrans Revitalização do Parque Tatuapé –Piqueri - obras de Ampliação – SVMA
ID 297 Avenidas Celso Garcia e Rangel Pestana	Reforma e ampliação do Hospital Municipal Dr. Carmino Caricchio – (AHM) - SMS WIFI gratuito - SMIT Reforma UBS Belenzinho Marcus Wolosker - SMS Requalificação de calçadas – SMSUB; Implantação de novas ciclovias e ciclofaixas na João Boemer - SMT Requalificação de ciclofaixas Figueira/Rangel, 21 de abril, Viaduto 25 de março - SMT Requalificações em locais de parada de ônibus (plataforma de embarque + pista no local de frenagem dos ônibus) na Av Celso

Perímetro de Ação	Metas 2019-2020
	Garcia – SMT Requalificação de corredores e faixas de ônibus Celso Garcia (elaboração de projetos e obras) - Sptrans
ID 387 Brás/Bresser- Mooca	Requalificação de calçadas - SMSUB Implantação de novas ciclovias e ciclofaixas – Viaduto Bresser e Rua João Boemer - SMT; Requalificações em locais de parada de ônibus (plataforma de embarque + pista no local de frenagem dos ônibus) – SPtrans
ID 388 Belenzinho	Corredor Radial Leste – trecho 1 – SIURB WIFI gratuito – SMIT Construção da UPA Mooca - SMS Implantação de novas ciclovias e ciclofaixas – Radial - Centro – SMT Requalificação de ciclofaixas Taquari/ Silveira Bueno, Serra da Bocaina - SMT Requalificações em locais de parada de ônibus (plataforma de embarque + pista no local de frenagem dos ônibus) - SPtrans
ID 389 Vila Luisa / Viaduto Alberto Brada	Inspeção de Viaduto Eng. Alberto Badra – SIURB Requalificação de calçadas - SMSUB Requalificações em locais de parada de ônibus (plataforma de embarque + pista no local de frenagem dos ônibus) – SPtrans Requalificação de corredores e fxs exclusivas de ônibus Av. Celso Garcia - elaboração de projetos - SMT Requalificação de corredores e fxs exclusivas de ônibus Av. Celso Garcia - execução das obras 8,4 km - SMT
ID 390 Mooca Baixa	Produção habitacional Rua da Mooca (416-418-424) – COHAB (meta da Sé) Corredor Radial Leste – trecho 1 – SIURB (meta da Mooca) Implantação de novas ciclovias e ciclofaixas – Radia Leste – SMT (meta da Sé) Requalificações em locais de parada de ônibus (plataforma de embarque + pista no local de frenagem dos ônibus) – SPtrans (meta da Mooca) Revitalização do Parque Benemérito Brás / Obras de revitalização no parque – SVMA (meta da Mooca)

Fonte: Prefeitura do Município de São Paulo. Elaboração: Consultores UNESCO.

2.2. Avaliação qualitativa sobre a relação entre diretrizes do Plano Regional e Programa de Metas 2019-2020, avaliação por Perímetro de Ação

A avaliação dos Perímetros de Ação foi realizada por agrupamento nos temas sistema viário e transporte público; centralidades; transformação urbana e conectividade em relação ao transporte público coletivo e acessos para pedestres.

1. – Os Perímetros de Ação com foco no sistema viário e transporte público são 03, a saber: ID 74 | Conexões Metropolitanas; ID 296| Arco Tietê - Apoios Urbanos Mooca e ID 297| Avenidas Celso Garcia e Rangel Pestana.

ID 74 | Conexões Metropolitanas. Esse Perímetro de Ação engloba áreas das subprefeituras Mooca, Vila Prudente e Ipiranga ao longo do eixo ferroviário da linha 10 Turquesa da CPTM e bairros em seu entorno, desde o Viaduto São Carlos até a divisa com o Município de São Caetano do Sul. Apresenta grandes lotes de uso industrial e logístico, quadras extensas (sobretudo na Rua Dianópolis, na Avenida Henry Ford, na Rua Guamiranga e na Avenida Presidente Wilson), grandes equipamentos públicos e privados, tais como o Reservatório de Detenção de Água Guamiranga, o Central Plaza Shopping, o Mooca Plaza Shopping, o Centro de Detenção Provisória Vila Independência e o Hospital Monumento.

As principais diretrizes desses perímetros relacionadas ao sistema viário e o transporte público são:

- Estabelecer novas ligações viárias e qualificar aquelas existentes de modo a reduzir o isolamento da área em relação a seu entorno. Destaque para o Viaduto Grande São Paulo (conexão entre Subprefeitura Vila Prudente e Subprefeitura Ipiranga);
- Ligação entre a Av. Henry Ford e a Av. Prof. Luiz Ignácio de Anhaia Mello;
- Implantar corredor metropolitano do ABC ao longo do Córrego dos Meninos e demais conexões previstas na Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí.

Esse perímetro é marcado por problemas de enchentes; assentamentos precários tais como nas comunidades Viela Sabesp, Vila Prudente, Pacheco Chaves, Ilha das Cobras, Morro do Pel, Jacaraípe e Willin, Favela do Tamanduateí e Barão de

Resende. Outra característica marcante é a ausência de percursos alternativos para a transposição de barreiras urbanas como ferrovia, rio Tamanduateí e viadutos. Esses são os principais desafios a serem enfrentados nesse Perímetro de Ação.

As metas 2019-2020 nessa área são de inspeção dos Viadutos Pacheco Chaves e São Carlos; instalação de wifi gratuito; implantação de novas ciclovias e ciclofaixas nas Ruas Capitão Pacheco e Chaves e Patriarca, e requalificação de corredores e faixas de ônibus Av. Paes de Barros, que não atendem as principais diretrizes estabelecidas no Plano Regional.

Os Perímetros de Ação ID 296| Arco Tietê - Apoios Urbanos Mooca e ID 297| Avenidas Celso Garcia e Rangel Pestana tem como focos principais o sistema viário (abertura, alargamento e requalificação do sistema viário) e transporte público são de relevância metropolitana. Estão inseridos, ainda que parcialmente, no Projeto de Intervenção Urbana Arco Tietê (PIU), com tratamento diferenciado em relação aos demais Perímetros de Ação, que são de âmbito local.

O Perímetro ID 296| Arco Tietê - Apoios Urbanos Mooca está localizado na planície fluvial do Rio Tietê nos distritos Pari, Belém e Tatuapé, que será objeto do Projeto de Intervenção Urbana Arco Tietê (PIU ACT).

Enquanto o Perímetro ID 297| Avenidas Celso Garcia e Rangel é um conjunto de quadras delimitado a partir dos eixos de estruturação da transformação urbana previsto em função do projeto de Corredor de ônibus na Avenida Celso Garcia, conforme o PDE (Lei 16.050/14), somado ao entorno da Avenida Rangel Pestana, abrangendo partes dos distritos do Brás, Mooca, Belém e Tatuapé. A avenida Celso Garcia é uma das vias estruturadoras do sistema viário e do transporte público da Zona Leste, conectando o centro de São Paulo a subprefeitura Penha e se estendendo, até o extremo leste do município por avenidas igualmente importantes como avenida Amador Bueno da Veiga, avenida São Miguel e avenida Marechal Tito.

O principal desafio dessas áreas é equacionar as questões regionais de mobilidade, potencializar o uso do transporte público e qualificar urbanisticamente a região.

As metas 2019-2020 para essas áreas relacionadas ao sistema viário e transporte público são: - requalificação de corredores e faixas exclusivas de ônibus nas Avenidas Cruzeiro do Sul, Celso Garcia e Carlos de Campos; - requalificação de ciclofaixas Cruzeiro do Sul, Pedrosa da Silveira, Pari/ Canindé - trecho 2, Ponte da Vila Guilherme, Paulo Andrighetti e Ponte Jânio Quadros Figueira/Rangel, 21 de abril, Viaduto 25 de março; implantação de novas ciclovias e ciclofaixas na Carlos de Campos, João Boemer; - requalificações em locais de parada de ônibus. Essas metas atendem

parcialmente as demandas locais, mas não atendem as diretrizes macrorregionais, que provavelmente poderão ser objeto do PIU Arco Tietê, ora, em desenvolvimento.

As demais metas 2019-2020 são de revitalização do Parque Tatuapé-Piqueri; implantação de rampas de acessibilidade; requalificação de calçadas reforma; ampliação do Hospital Municipal Dr. Carmino Caricchio, reforma UBS Belenzinho Marcus Wolosker, projeto Rota Escolar Segura do Pari e wifi gratuito, que trarão impactos positivos para a população e melhoria dos bairros.

2 – São 7 Perímetros de Ação com foco em centralidades: ID 76 | Zona Cerealista; ID 77 | Centralidade Pari / Brás/ Belém; ID 78 | Centralidade Mooca; ID 79 | Centralidade Água Rasa; ID 80 | Território CEU Carrão; ID 81 | Áreas Verdes Água Rasa; ID 387 Brás/Bresser-Mooca.

Esse conjunto de centralidades contempla desde centralidades de relevância nacional como a de Pari / Brás/ Belém com atividades comerciais e produtivas com destaque para a indústria têxtil; Zona Cerealista com comércios especializados em produtos alimentícios e agropecuários; centralidades de bairro como a Centralidade Mooca até centralidades lineares como na Avenida Sapopemba e no entorno do Território CEU Carrão.

A Centralidade ID 76 | Zona Cerealista é um território marcado pela presença de grande fluxo de veículos e um intenso trânsito de caminhões para carga e descarga de mercadorias e descarte de resíduos sólidos nas vias.

As principais diretrizes para esse perímetro ID 76 | Zona Cerealista são:

- Melhorar as condições de circulação de cargas, mitigando conflitos com os demais modais e com os usos da região;
- Melhorar a acessibilidade e mobilidade local; qualificar os espaços livres públicos, especialmente os vinculados aos equipamentos públicos, comércio e aos polos atrativos;
- Solucionar os problemas dos resíduos sólidos e de drenagem urbana;
- Atender a população em situação de vulnerabilidade social, especialmente a população em situação de rua.

As metas 2019-2020 para esse Perímetro de Ação são: produção habitacional de 65 unidades na Rua Assunção 104, 112, 116 e 120; wifi gratuito e implantação de Área calma do Centro Histórico (projeto de moderação de tráfego). Com exceção da meta de produção habitacional, as demais metas são importantes, mas não atendem as principais diretrizes, ora descritas.

Em relação às Centralidades ID 77 Pari / Brás/ Belém e ID 387 Brás/Bresser-Mooça: são territórios marcados pela presença de habitações coletivas precárias de aluguel (cortiços).

Já a centralidade Mooça (ID 78) tem como relevância a quantidade de população em situação de rua que se concentra principalmente no entorno do Viaduto Bresser.

A centralidade Água Rasa (ID 79) concentra grande circulação de ônibus na área, gerando conflitos principalmente com os pedestres e ciclistas e dificultando a mobilidade local.

Já na Centralidade Território CEU Carrão (ID 80) salienta-se a dificuldade de conexão entre as porções norte e sul do distrito Tatuapé, segregadas entre si pela ferrovia e pela Rua Melo Freire.

Enquanto a Centralidade Áreas Verdes Água Rasa (ID 81) congrega um conjunto de espaços livres de uso público, que vem sendo ocupados e degradados.

Nesse sentido, as principais diretrizes de enfrentamento, para requalificação dessas centralidades ID 77 | Centralidade Pari / Brás/ Belém; ID 78 Centralidade Mooça; ID 79 Centralidade Água Rasa; ID 80 Território CEU Carrão; ID 81 Áreas Verdes Água Rasa e ID 387 Brás/Bresser-Mooça estão relacionadas em grande medida na mobilidade urbana, incluindo a acessibilidade, e vulnerabilidade social, tais como:

- Melhorar as condições de travessias em especial da Avenida Salim Farah Maluf, Avenida Álvaro Ramos e Rua Siqueira Bueno de modo a compatibilizar o fluxo de veículos com a mobilidade local de pedestres;
- Melhorar a mobilidade na Avenida Salim Farah Maluf, de modo a organizar o fluxo de passeio, de ônibus (corredor de ônibus previsto) e de veículos de carga.
- Melhorar a acessibilidade local e as conexões entre as porções norte e sul do distrito do Tatuapé nas atuais transposições às linhas ferroviárias (Estações Tatuapé e Carrão, e Viaduto Carlos Ferraci).
- Adequar o sistema viário de modo a compatibilizar os conflitos decorrentes do intenso trânsito de veículos e o fluxo de pedestres na região, especialmente nas vias de maior movimento como Avenida Melo Freire (Radial Leste), Rua Tuiuti, Rua Coelho Lisboa, Rua Euclídes Pacheco, Rua Itapura, Rua Apucarana, Rua Antônio de Barros e Rua Francisco Marengo;
- Atender a população em situação de vulnerabilidade social, especialmente população em situação de rua e imigrantes (assistência social e moradia).

As metas 2019-2020 para essas áreas são implantação de rampas de acessibilidade; requalificação de calçadas; implantação de novas ciclovias e ciclofaixas; requalificação

de corredores e faixas exclusivas de ônibus; requalificações em locais de parada de ônibus; implantação do Corredor Radial Centro/Leste – trecho 1; inspeção do Viaduto Alcântara Machado e Viaduto São Carlos; revitalização do CEE Salim Farah Maluf; CEU Carrão Tatuapé (Território CEU, wifi gratuito, Projeto Digilab na Biblioteca Taunay; reforma do ambulatório Ítalo Domingos Le Vocci; reformas do CAPS Adulto II, CAPS Infantil II e do CRST.

Com exceção da meta de implantação do Corredor Radial Centro/Leste, que atende totalmente uma das diretrizes estabelecidas no PDE, as demais metas atendem de forma bem parcial o desafio de requalificar essas centralidades.

3 – São 3 Perímetros de Ação com foco principal na transformação urbana: ID 228 | Anália Franco, ID 388 Belenzinho e ID 390 Mooca Baixa.

O Perímetro ID 228 | Anália Franco abrange as quadras dos arredores da Avenida Abel Ferreira, Avenida Doutor Eduardo Cotching, Avenida Renata, Avenida Regente Feijó, englobando o Shopping Anália Franco, Universidade Cruzeiro do Sul e o Parque Esportivo dos Trabalhadores (PET, antigo CERET). Engloba também alguns lotes território da Subprefeitura Mooca, mas a maioria está na Subprefeitura Aricanduva/Vila Formosa/Carrão.

É um polo gerador de grande tráfego e estão previstas duas futuras estações de Metrô (continuação da linha 2 - Verde existente). Portanto, é uma área de transformação urbana.

As principais diretrizes estabelecidas no Plano Regional para essa área são:

- Recuperar e criar espaços públicos que permeiam os fluxos, como as praças e parques;
- Melhorar o acesso de pedestres aos equipamentos de grande porte e parques;
- Melhorar as calçadas, vias de pedestres e sinalizações específicas, principalmente nas avenidas onde há grande fluxo de pedestres e veículos, como a Avenida Abel Ferreira e a Avenida Doutor Eduardo Cotching, Avenida Renata e Avenida Regente Feijó;
- Melhorar os fluxos nas vias e conexões viárias levando-se em conta que o perímetro contempla vários equipamentos de grande porte que são polos geradores de tráfego, especialmente na Avenida Regente Feijó;
- Melhorar o desempenho do transporte público e a conexão entre modais (ônibus, metrô) e demais equipamentos.

As metas 2019-2020 para esse Perímetro são revitalização do Centro Esportivo, Recreativo e Educativo do Trabalhador; wifi gratuito; reforma da UBS Vila Formosa I

Dr Antônio da Silveira e Oliveira revitalização; urbanização e melhorias na Praça Sampaio Vidal e requalificação de ciclofaixas Abel Ferreira (trechos 1, 2, 3) e Tatuapé/Parque Desportivo do Trabalhador, que trazem impactos positivos para a comunidade e para a região, mas não atendem as principais diretrizes, ora, descritas.

O Perímetro ID 388 Belenzinho compreende o entorno da estação Belém do Metrô e apresenta problemas de circulação intrabairros e conflitos entre os deslocamentos locais e regionais. Também apresenta questões sociais ligadas à concentração de população em situação de rua, principalmente nas proximidades da linha férrea e viadutos. As principais diretrizes relacionadas a essas questões são:

- Qualificar os acessos à Estação Belém (Linha 3 Vermelha do Metrô) e ao Terminal de Ônibus Belém;
- Adequar o sistema viário de modo a compatibilizar os conflitos decorrentes do intenso trânsito de veículos e o fluxo de pedestres na região;
- Organizar os estacionamentos intermodais destinados ao atendimento da população que utiliza o transporte coletivo de alta capacidade (Metrô e CPTM).

As metas 2019-2020 para esse perímetro são: implantação do corredor Radial Leste – trecho 1; wifi gratuito; construção da UPA Mooca; implantação de novas ciclovias e ciclofaixas – Radial – Centro; requalificação de ciclofaixas Taquari/ Silveira Bueno, Serra da Bocaina; requalificações em locais de parada de ônibus. Essas intervenções são necessárias e importantes para a região, mas não atendem as diretrizes, ora descritas.

A área do Perímetro ID 390 Mooca Baixa é marcada pela presença de galpões industriais e armazéns em grandes glebas próximas à ferrovia (Linha 10 Turquesa da CPTM). Apresenta habitações coletivas precárias de aluguel (cortiços) e grande quantidade de áreas demarcadas como ZEIS-3; concentração de população em situação de rua, principalmente nas proximidades de viadutos, e ocorrências de uso de drogas. As principais diretrizes relacionadas a essas questões são:

- Estimular a criação e manutenção de comércio e serviços locais no térreo dos imóveis existentes ou a construir, de modo a proporcionar fachada ativa nas vias do perímetro e aumentar a oferta de empregos na área;
- Incentivar a permanência e a instalação de empresas que gerem empregos no território; executar as obras de drenagem previstas na OUCBT, aliadas a implantação de rede de parques e áreas verdes livres, buscando a contenção

e/ou mitigação de alagamentos na área e recuperação ambiental do Rio Tamanduateí;

- Qualificar os acessos à Estação Mooca (Linha 10 Turquesa da CPTM) pela Av. Presidente Wilson, de modo a garantir a segurança pública e a acessibilidade universal;
- Qualificar as principais conexões viárias existentes, em especial os melhoramentos viários, eixos de qualificação e corredores de centralidade previstos na OUCBT;
- Desenvolver percursos alternativos para pedestres, ciclistas, ônibus e automóveis de modo a superar grandes barreiras urbanas, melhorando a mobilidade local da área;
- Promover acessibilidade universal dos passeios públicos, sobretudo nas vias com grande fluxo de pedestres e as que conectam equipamentos públicos;
- Desenvolver ações de assistência social para população em situação de vulnerabilidade social (população em situação de rua e usuária de drogas).

As metas 2019-2020 que incidem nesse perímetro são: implantação do corredor Radial Leste – trecho 1; requalificações em locais de parada de ônibus e revitalização do Parque Benemérito Brás / Obras de revitalização no parque, que são importantes e necessárias para a região, mas não atendem as diretrizes ora propostas.

4 - O Perímetro de Ação ID 389 | Vila Luísa / Viaduto Alberto Brada e engloba partes das Subprefeituras Mooca e Penha, sendo a maior parte do perímetro inserido na Mooca. Esse perímetro tem como foco principal a conectividade com o restante do território da Subprefeitura, principalmente em relação ao transporte público coletivo e acessos para pedestres. Essa área é considerada ilha urbana por estar entre barreiras urbanas, como linhas ferroviárias, o viaduto e o rio.

As metas 2019-2020 previstas para esse perímetro são: inspeção de viaduto Badra requalificação de calçadas; requalificações em locais de parada de ônibus na Avenida Celso Garcia; requalificação de corredores e faixas exclusivas de ônibus Av. Celso Garcia - (elaboração de projetos e obras). Em que pese a importância dessas intervenções, não atendem as diretrizes relacionadas as questões de conectividade do território.

2.3. Considerações sobre a relação entre os Perímetros de Ação do Plano Regional da Subprefeitura e o Programa de Metas 2019-2020

A maioria das metas 2019-2020 que incidem nos Perímetros de Ação da Subprefeitura Mooca são referentes a requalificação de calçadas; implantação de rampas de acessibilidade, de novas ciclovias e requalificações em locais de parada de ônibus, muito aquém de conseguir realizar as diretrizes estabelecidas no Plano Regional, como exemplo: (i) requalificar e potencializar as centralidades; (ii) solucionar a questão habitacional em áreas de ZEIS-3; (iii) atender a população em situação de rua; (iv) realizar novas ligações viárias para vencer as barreiras urbanas como ferrovia, rios e viadutos; (v) melhorar a mobilidade e acessibilidade; (vi) adequar o sistema viário de modo a compatibilizar os conflitos decorrentes do intenso trânsito de veículos, trânsito de caminhões para carga e descarga de mercadorias e o fluxo de pedestres na região; (vii) solucionar os problemas de descarte de resíduos sólidos nas vias e drenagem urbana; (viii) aumentar oferta de áreas verdes e qualificar os espaços livres públicos.

Exceção aos casos, ora relatados, são as metas de implantação do novo equipamento público Território CEU e do Corredor Radial Centro/Leste, que atendem totalmente as diretrizes estabelecidas no Plano Regional e no PDE 2014

Para o próximo Programa de Metas o desafio é fortalecer o ciclo de planejamento participativo, pautando as discussões no atendimento das diretrizes ainda não atendidas e apresentadas pelo Plano Regional, formulado e validado democraticamente.

A implementação dos Perímetros de Ação, estabelecidos pelo Plano Regional, requer uma priorização, conforme consta no Decreto nº57.537/2016, e para tanto foi desenvolvida uma metodologia e critérios adotados, que estão abordados na seção a seguir.

3. Priorização dos Perímetros de Ação dos Planos Regionais das Subprefeituras

Esta seção apresenta a metodologia para a priorização dos Perímetros de Ação (PA) nos Planos Regionais das Subprefeituras, selecionados a partir de avaliação técnica dos respectivos Perímetros de Ação e aplicada em reuniões realizadas nos Núcleos Regionais de Planejamento (NRP).

As orientações a seguir pautaram os objetivos das Oficinas de Planejamento para a priorização dos PAs nos Planos Regionais de cada Subprefeitura

“...as discussões dos Núcleos Regionais de Planejamento tenderão a abordar quais intervenções previstas para 2020 adequam-se às diretrizes dos Planos Regionais e quais não se adequam – e esse registro terá a dupla finalidade de qualificar a intervenção prevista para 2020 que se inserem nos perímetros de ação e gerar, desde então, conteúdos para o ciclo participativo de planejamento a ser iniciado em 2021.”

Fonte: Documento de orientações para a condução das reuniões dos Núcleos Regionais de Planejamento [Fonte: Documento Interno – Elaboração: SGM, out/19].

Com base nessas orientações, os Planos de Ação de cada uma das Subprefeituras refletirão o ano de 2020 e, também, o planejamento de ações para o ano de 2021, servindo também, como subsídio para discussão do futuro Programa de Metas 2021-2024.

O método aplicado ao estudo de cada Subprefeitura está estruturado em etapas, pertinentes e aplicáveis ao estudo de 32 Subprefeituras da cidade de São Paulo nos respectivos NRPs, sendo essas etapas:

Etapas 1. Formulação de uma Cesta de Critérios a ser utilizada para a análise e priorização dos PAs em cada Subprefeitura.

Etapas 2. Análise dos PAs e realização da pontuação com base na Cesta de Critérios.

Etapas 3. Fatores de Ponderação dos Resultados obtidos na análise dos PAs.

Etapas 4. Construção do Quadro Síntese: Priorização dos Perímetros de Ação para o PA 2020.

Etapas 5. Resultados Esperados: Priorização dos Perímetros de Ação (PAs) por Plano Regional com base nas respectivas Diretrizes e nas articulações com os as metas territorializadas que incidiram sobre os respectivos PAs.

Adiante segue o detalhamento e orientações metodológicas para as Etapas acima definidas.

Etapa 1. Formulação de uma Cesta de Critérios a ser utilizada para a análise e priorização dos PAs em cada Subprefeitura.

A formulação da Cesta de Critérios para análise e priorização dos Perímetros de Ação nos Planos Regionais, é baseada nas orientações e na estratégia de ordenamento territorial do PDE 2014, referenciada no Art. 8º, do Título II, Capítulo I - da Estruturação e Ordenação Territorial, conforme destaca-se a seguir:

Art. 8º: Para garantir um desenvolvimento urbano sustentável e equilibrado entre as várias visões existentes no Município sobre seu futuro, o Plano Diretor observa e considera, em sua estratégia de ordenamento territorial, as seguintes cinco dimensões:

*I - a **dimensão social**, fundamental para garantir os direitos sociais para todos os cidadãos, em especial, o direito à moradia, à mobilidade, à infraestrutura básica e ao acesso aos equipamentos sociais; (destaque nosso)*

*II - a **dimensão ambiental**, fundamental para garantir o necessário equilíbrio entre as áreas edificadas e os espaços livres e verdes no interior da área urbanizada e entre esta e as áreas preservadas e protegidas no conjunto do Município;*

*III - a **dimensão imobiliária**, fundamental para garantir a produção dos edifícios destinados à moradia e ao trabalho;*

*IV - a **dimensão econômica**, fundamental para garantir as atividades produtivas, comerciais e/ou de serviços indispensáveis para gerar trabalho e renda;*

*V - a **dimensão cultural**, fundamental para garantir a memória, a identidade e os espaços culturais e criativos, essenciais para a vida das cidadãs e dos cidadãos.*

Art. 9º A estratégia territorial do Plano Diretor, na perspectiva de observar de maneira equilibrada as dimensões definidas no artigo anterior e, ainda, os princípios, diretrizes e objetivos da Política Urbana, estrutura-se a partir dos seguintes elementos (grifo nosso):

*I - **macrozonas e macroáreas**, áreas homogêneas que orientam, ao nível do território, os objetivos específicos de desenvolvimento urbano e a aplicação dos instrumentos urbanísticos e ambientais;*

*II - **rede de estruturação e transformação urbana**, onde se concentram as transformações estratégicas propostas pelo Plano Diretor, composta pelos seguintes elementos estruturadores do território:*

*a) **macroárea de Estruturação Metropolitana**, que tem um papel estratégico na reestruturação urbana no Município por apresentar grande potencial de transformação urbana, que precisa ser planejado e equilibrado;*

*b) **rede estrutural de transporte coletivo**, definidora dos eixos de estruturação da transformação urbana, ao longo da qual se propõe concentrar o processo de adensamento demográfico e urbano e qualificar o espaço público;*

*c) **rede hídrica e ambiental** constituída pelo conjunto de cursos d'água, cabeceiras de drenagem e planícies aluviais, de parques urbanos, lineares e naturais, áreas verdes significativas e áreas protegidas e espaços livres, que constitui o arcabouço ambiental do Município e desempenha funções estratégicas para garantir o equilíbrio e a sustentabilidade urbanos;*

*d) **rede de estruturação local**, que articula as políticas públicas setoriais no território indispensáveis para garantir os direitos de cidadania e reduzir a desigualdade socio territorial e gerar novas centralidades em regiões menos estruturadas, além de qualificar as existentes.*

Parágrafo único. *Fica o território do Município de São Paulo dividido nas seguintes macrozonas, cada uma delas subdivididas em quatro macroáreas, conforme Mapas 1 e 2, anexos ao PDE 2014:*

I - Macrozona de Estruturação e Qualificação Urbana;

II - Macrozona de Proteção e Recuperação Ambiental

A Cesta de Critérios referenciada no PDE 2014 visa uniformizar os parâmetros de análise dos Perímetros de Ação em cada Subprefeitura, para fins de priorização, conforme os critérios a seguir.

1. Estruturação e Transformação Urbana Local: As perguntas chaves para essa análise são pautadas nas Diretrizes do PDE 2014 incidentes no território da Subprefeitura. Sem esgotar todas as proposições de estruturação urbana e ambiental do PDE, a análise está voltada a presença das seguintes questões:

- Propostas e intervenção ou obra estruturante; intervenções planejadas,
- Centralidades a serem criadas, potencializadas e/ou qualificadas;
- Inserção em Macroárea (s): Exemplo: Macrozonas e Macroáreas. Tipo de Macroáreas: Macroárea de Estruturação Metropolitana- MEM.
- Inserção em Eixos e Estruturação da Transformação Urbana- EETU;
- Implantação de sistema de transporte: Metrô, Corredor de ônibus, trem, Terminais de transporte entre outros; Grandes Equipamentos Urbanos.

2. Inclusão Social e Econômica - Vulnerabilidade Econômica e Social:

As perguntas chaves para essa análise são pautadas nas questões relacionadas a vulnerabilidade social expressas nas propostas de inclusão social do PDE 2014. O maior exemplo é a presença no território de tipologias de Zonas Especiais de Interesse Social-ZEIS, bem como aspectos relacionados a produção de habitação social, regularização fundiária, e equipamentos de interesse social (saúde, educação, assistência social, cultura e outros), e unidades territoriais com indicadores de vulnerabilidade social, como o Índice Paulista Vulnerabilidade Social – IPVS, e outros indicadores referenciados no IBGE, SEADE e Coordenadoria de Produção e Análise de Informação (GEOINFO).

3. Economia Urbana Local:

As perguntas chaves para essa análise são pautadas nas questões relacionadas a melhoria da economia local/regional, expressas nas diretrizes do PDE 2014 voltadas a dinamização econômica. Destacam-se a presença de Zonas de Desenvolvimento Econômico - ZDE, Zonas Predominantemente Industrial – ZPIs, Territórios de Interesse Cultural; áreas com potencial para o Turismo, de estímulo à Produção de Agricultura tradicional e/ou objeto de transformação para agricultura orgânica a exemplo do Projeto Ligue os Pontos, grande presença de imóveis subutilizados, entre outros.

4. Infraestrutura e Serviços Urbanos Básicos:

As perguntas chaves para essa análise são pautadas nas questões relacionadas a carência de equipamentos e serviços de infraestrutura urbana no território. A exemplo de rede de água e esgotos, sistemas de tratamento de resíduos ou sanitários, iluminação pública, calçamento e pavimentação viária, espaços públicos, entre outros.

5. Potencial de Articulação Setorial e de Obtenção de Recursos em Fundos Especiais de financiamento:

Refere-se a possibilidade de obtenção de recursos de fundos de financiamento urbano, ambiental, habitacional ou de saneamento básico com recursos governamentais “carimbados” a exemplo do FUNDURB; FMSAI; FEMA; Plano de Investimentos da Sabesp no Município de São Paulo, entre outros.

6. Resiliência e Vulnerabilidade Urbana:

As perguntas chaves para essa análise são pautadas nas questões relacionadas a importância ambiental dos recursos naturais presentes no território, regulamentadas como unidades de conservação ou não, e que contribuam para ampliar a resiliência urbana ao clima e a manutenção e produção de serviços ambientais de interesse para a qualidade urbana, tais como, Áreas Verdes; Unidades de Conservação; Arborização Urbana. Em contrapartida, também são valorizados nesse quesito aspectos relacionados a vulnerabilidade ambiental e social, tais como, presença de áreas contaminadas, áreas de risco de escorregamento ou de inundação, fragilidades ambientais e ocorrências naturais especiais (paisagens notáveis, depressões, solos frágeis entre outras).

7. Mobilidade Urbana:

As perguntas chaves para essa análise são pautadas nas questões relacionadas a melhoria da mobilidade urbana e do transporte sustentável. Embora estejam correlacionados a transformação urbana no item 1 da cesta de critérios, a presença ou implantação proposta de sistemas de transportes valorizam e potencializam o território em relação a melhoria da qualidade de vida, sendo também objeto de valorização. Destaca-se a presença ou travessia do território por corredores de ônibus, trem, metrô, monotrilho, melhoramentos viários, sistemas especiais de transporte, viário e hidroviário e ferroviário, ciclovias, terminais modais e intermodais e outras modalidades de transporte ativo. As diretrizes do Plano de Mobilidade Urbana 2015 são também importantes para subsidiar essa análise

8. Conhecimento da Representação Técnica e Demandas da Sociedade Civil:

As perguntas chaves para essa análise são pautadas nas questões relacionadas ao conhecimento da demanda local por soluções urbanas nos diferentes territórios e PAs das Subprefeituras, pelos gestores locais pautados nas reivindicações da sociedade local. Além da pontuação específica esse quesito é também considerado um elemento

chave para as decisões sobre a priorização dos Perímetros de Ação e seu reflexo no Programa de Metas, conforme a seguir discutido.

Refere-se a análise realizada pela Subprefeitura sobre a avaliação da importância do PA para a gestão urbana participativa, baseada nas demandas apresentadas pela população local no dia a dia da Subprefeitura.

Etapa 2. Análise dos PAs e realização da pontuação com base na Cesta de Critérios

Para a análise dos Perímetros de Ação foi proposto um método de pontuação com base na Cesta de Critérios, consolidado em uma Planilha de Avaliação e Pontuação de PAs para cada Plano Regional.

O método de Pontuação dos Perímetros do PRS é baseado na Cesta de Critérios proposta na Etapa 1, com o detalhamento de alguns subitens para viabilizar uma avaliação mais expedita dentro do prazo estabelecido para a execução dessa atividade.

A pontuação adotada segue o modelo binário, atribuindo-se o valor 1 (um) para o atendimento do critério de análise proposto (sim), ou o (zero) para o não atendimento do critério de análise (não).

Quadro 4: Critérios de análise dos Perímetros de Ação.

CRITÉRIOS DE ANÁLISE DOS PERÍMETROS DE AÇÃO	PONTUAÇÃO	
	Sim	Não
<p>1. Estruturação e Transformação Urbana Local: Consta no PDE 2014 como intervenção/obra estruturante e intervenções planejadas? Tem centralidades a serem potencializadas e/ou qualificadas? Está inserido em qual (ais) Macroárea (s)? Está em Eixos de Estruturação Urbana?</p>	1	0
<p>2. Inclusão Social e Econômica - Vulnerabilidade Econômica e Social: ZEIS?</p>	1	0
<p>3. Economia Urbana Local: Contribui com a economia local? ZDE; ZPI? Turismo, ligue os pontos, outros.</p>	1	0
<p>4. Infraestrutura e Serviços Urbanos Básicos: Tem carência de equipamentos e serviços?</p>	1	0
<p>5. Potencial de Articulação Setorial e de Obtenção de Recursos em Fundos Especiais de financiamento: Existência de projetos com recursos “carimbados” FUNDURB; FMSAI; FEMA; SABESP - Plano de Investimentos da Sabesp no Município de São Paulo.</p>	1	0
<p>6. Resiliência e Vulnerabilidade Urbana: Quesitos que contribuam para ampliar a resiliência urbana, tais como, Áreas Verdes; Unidades de Conservação; Arborização Urbana; Contaminação do Solo; Áreas de Risco.</p>	1	0
<p>7. Mobilidade Urbana: Previsão ou execução de corredores de ônibus, trem, metrô, monotrilho, melhoramentos viários, ciclovias, terminais modais e intermodais e modalidades de transporte ativo.</p>	1	0
<p>8. Conhecimento da Representação Técnica e Demandas da Sociedade Civil: Pontuação pela equipe do Núcleo Regional de Planejamento.</p>	1	0
Pontuação dos Perímetros		

Elaboração: Consultores UNESCO.

No final da análise é realizada uma somatória de pontos atribuídos ao Perímetro de Análise, de forma a valorar sua importância para o Plano de Ação da Subprefeitura.

Dessa forma obtém-se a seleção dos Perímetros de Ação (PA) com maior importância para a elaboração do Plano de Ação 2020 com recomendações para 2021 e/ou para os próximos ciclos de planejamento.

Detalhamento da análise para os Próximos Ciclos de Planejamento

Alternativamente, foi proposto por PLANURBE-SMDU um modelo que aprofunda o detalhamento da metodologia em priorização dos perímetros de cada PRS analisados com base na cesta de critérios, porém, com a possibilidade de um levantamento mais detalhado de informações e indicadores, para a aplicação dos itens de análise de cada um dos itens da cesta de critérios para priorização dos PAs em cada Plano Regional das Subprefeituras.

Em função da exigência de aprofundamento dos levantamentos e da exiguidade dos prazos optou-se por indicar essa proposta para os próximos ciclos de planejamento, com vistas a formulação de um modelo de pontuação aplicável a qualquer período futuro de planejamento, por exemplo 2021-2024. **(Vide Planilha de Pontuação Detalhada no Roteiro Metodológico – Anexo 1).**

Etapa 3. Fatores de Ponderação dos Resultados obtidos na análise dos PAs

A partir das orientações da Etapa 2, a pontuação dos Perímetros de Ação é obtida com a aplicação de Fatores de Ponderação pactuados para a priorização de PAs junto aos Núcleos Regionais de Planejamento.

Esses fatores de ponderação são aplicados em associação à Cesta de Critérios. Foi definida uma forma de ponderação dos resultados baseada em três itens de análise por fator de ponderação, análise com potencial multiplicador sobre a pontuação obtida pela análise do Perímetro de Ação. Os fatores de ponderação são os apresentados a seguir.

1. Relevância do Projeto (meta ou ação proposta) no Plano de Metas 2019-2020. Refere-se a avaliação da relevância do projeto proposto para atingir as diretrizes previstas para o respectivo **Perímetro de Ação**.

RELEVÂNCIA DO PROJETO PARA O PA			
Pouco Relevante	Relevante	Muito Relevante	

1	2	4	Fator de Multiplicação
---	---	---	------------------------

2. Situação do projeto definido pela meta ou ação. Refere-se ao estágio de desenvolvimento do projeto, obra ou atividade avaliado para sua implantação.

Projetos ou ações previstas pelo PDE 2014, pelo Programa de Metas 2019-2020, e pelas secretarias municipais foram avaliados em termos de: *fase de planejamento*, *em execução*, ou *executado*. Adotou-se como referência a territorialização do Programa de Metas e as informações georreferenciadas elaboradas para a 2ª Rodada de Oficinas dos Núcleos Regionais de Planejamento, realizada em dezembro de 2019. A territorialização do Programa de Metas 2019-2020 foi realizada a partir das informações organizadas por PLANURBE-SMDU, coletadas junto às secretarias municipais até a realização das reuniões em 19 de fevereiro de 2020. Essas informações foram apresentadas na base cartográfica elaborada para os Planos Regionais das Subprefeituras.

ESTÁGIO DO PROJETO			
Em Planejamento	Executado	Em execução	
1	2	4	Fator de Multiplicação

Ao final dessa análise e respectivas pontuações são apresentados os resultados da priorização final obtida para o Plano de Ação da Subprefeitura 2020, bem como as recomendações para os ciclos subsequentes de planejamento urbano.

Etapa 4. Construção do Quadro Síntese: Priorização dos Perímetros de Ação para o Plano de Ação 2020.

Conforme o artigo Art. 9º do Decreto nº 57.537/2016, os Planos de Ação de cada Subprefeitura têm por finalidade priorizar e detalhar as propostas dos respectivos Planos Regionais. No seu § 1º, definiu-se que os Planos de Ação terão os seguintes conteúdos:

I – as diretrizes elaboradas com base nos respectivos Planos Regionais;

II – os Perímetros de Ação priorizados, elencando as ações territoriais previstas ou planejadas por cada secretaria ou órgão público, seus respectivos estados de execução e orçamentos previstos ou estimados.

Destaca-se ainda o definido no § 2º:

“Todas as intervenções públicas no território, mesmo as não previstas nos Planos de Ação das Subprefeituras, devem ser previamente informadas aos Núcleos Regionais de Planejamento para sua consideração”.

Dessa forma recomenda-se considerações sobre os resultados obtidos na priorização dos PAs, indicando as lacunas existentes em relação a PAs considerados prioritários, mas não atendidos no Programa de Metas 2019-2020.

As informações orçamentárias fizeram parte das informações consolidadas na base de informação para a análise e priorização, sendo um ponto de aperfeiçoamento no levantamento de informações para a elaboração dos próximos Planos de Ação.

Nas considerações finais deverão ser destacados PAs com importância para a efetivação dos objetivos e diretrizes gerais do Plano Regional, mas não atendidos integralmente pelo Programa de Metas 2019-2020. Nesse caso, esses PAs deverão ser apontados com as possíveis alternativas de financiamento pelas opções de fundos de financiamento municipais e governamentais existentes, e/ou possíveis revisões orçamentárias durante os exercícios, e/ou inclusão nos exercícios de 2021 a 2024.

Etapa 5 – Resultados Esperados: Priorização dos Perímetros de Ação (PAs) por Plano Regional com base nas respectivas Diretrizes e nas articulações com os as metas territorializadas que incidiram sobre os respectivos PAs

Neste item orienta-se a apresentação dos resultados esperados e sintetizados com a respectiva justificativa da Priorização dos PAs para cada Subprefeitura, a partir da sistematização da análise realizada na 2ª Rodada dos NRPs. são:

- **Priorização dos Perímetros de Ação**, onde descreve-se os PAs priorizados acompanhados das respectivas justificativas relativas aos critérios que levaram à priorização.
- **Considerações Finais e apresentação do Quadro Síntese de Justificativas** da seleção dos Perímetros de Ação.

O resultado da Priorização dos PAs fornece os primeiros contornos para a elaboração dos Planos de Ação 2020. Esse resultado definiu o conteúdo para as audiências públicas realizadas no período 03/02/2020 a 19/02/2020 com os Conselhos Participativos Municipais das Subprefeituras, sustentando a discussão sobre os Planos de Ação da Subprefeitura.

3.1. Priorização dos Perímetros de Ação na Subprefeitura Mooca

Aplicando-se a metodologia acima apresentada chegou-se à sugestão de priorização dos perímetros para o Plano de Ação da Subprefeitura Mooca exposta a seguir:

A sugestão de priorização prévia dos Perímetros de Ação da Subprefeitura Mooca foi realizada junto aos técnicos da Coordenadoria de Planejamento Urbano (PLANURBE-SMDU) e membros do Núcleo Regional de Planejamento (NRP) durante a segunda rodada de oficina realizada no dia 05 de dezembro de 2019.

Salienta-se que com base no critério 8 – “Conhecimento da Representação Técnica e Demandas da Sociedade Civil” foram escolhidos pelo NRP perímetros que representam requalificação de centralidades, mobilidade urbana e vulnerabilidade social, mesmo com poucas ações definidas do programa de metas 2019-2020. Esse critério levou a destacar perímetros que possuem diretrizes com demandas importantes, porém, que apresentavam poucas ações contempladas no programa de metas 2019-2020 que correspondiam a estas demandas, como é o caso dos Perímetros **ID 77 | Centralidade Pari / Brás/ Belém; ID 387 Brás/Bresser-Mooca; ID 390 Mooca Baixa.**

Retomando-se o conteúdo do Plano Regional da Subprefeitura Mooca este é constituído conforme exposto anteriormente de 14 Perímetros de Ação a saber:

1. ID 74 | Conexões Metropolitanas;
2. ID 76 | Zona Cerealista;
3. ID 77 | Centralidade Pari / Brás/ Belém;
4. ID 78 | Centralidade Mooca;
5. ID 79 | Centralidade Água Rasa;
6. ID 80 | Território CEU Carrão;
7. ID 81 | Áreas Verdes Água Rasa;
8. ID 228 Anália Franco;
9. ID 296| Arco Tietê - Apoios Urbanos Mooca;
10. ID 297| Avenidas Celso Garcia e Rangel Pestana;
11. ID 387 Brás/Bresser-Mooca;
12. ID 388 Belenzinho;

13. ID 389 Vila Luísa / Viaduto Alberto Brada;

14. ID 390 Mooca Baixa.

Desses 14 Perímetros, 05 foram selecionados para serem desenvolvidos prioritariamente, atendendo as principais diretrizes estabelecidas no Caderno⁸ de Propostas do Plano Regional da Subprefeitura Mooca, são eles: **ID 388 Belenzinho; ID 77 | Centralidade Pari / Brás/ Belém; ID 78 | Centralidade Mooca; ID 390 Mooca Baixa e ID 387 Brás/Bresser-Mooca.**

Descreve-se a seguir os Perímetros de Ação priorizados e respectivas justificativas relativas aos critérios que levaram à priorização. As metas 2019-2020 que incidiram nesses 05 Perímetros de Ação foram espacializadas e podem ser visualizadas nos mapas do **Anexo 02**, referentes à segunda rodada de oficina do NRP.

1. O Perímetro ID 388 Belenzinho compreende área no entorno da estação Belém do Metrô. Apresenta problemas de circulação intrabairros e conflitos entre os deslocamentos locais e regionais. Presença de população em situação de rua, principalmente nas proximidades da linha férrea e viadutos. Vários lotes demarcados como ZEIS-3, que corresponde ao critério de *inclusão socioeconômica*.

Perímetro inserido quase em sua totalidade na MEM e em Eixo de Estruturação da Transformação Urbana. Alguns lotes como zona centralidade ao longo das vias visconde de Parnaíba, Cajuru, Conselheiro Cotegipe, Irmã Carolina entre outras, que correspondem ao critério de *estruturação e transformação urbana*.

Consta no PDE implantação de corredor de ônibus nas Avenidas Rangel Pestana/Celso Garcia, Alcântara Machado e Rua Melo Freire. Também há previsão de linha de trem (ano 2025), que correspondem ao critério de *mobilidade urbana*.

Destacam-se nesse perímetro as metas 2019-2020 para a implantação do corredor Radial Leste – trecho 1 e implantação de novas ciclovias e ciclofaixas – Radial – Centro, que também correspondem ao critério de mobilidade urbana.

2. O Perímetro ID 77 | Centralidade Pari / Brás/ Belém - Perímetro localizado em porções dos distritos do Brás, Pari e Belém, junto às áreas que concentram atividades comerciais e produtivas, especialmente relacionadas à indústria têxtil. Centralidade de relevância nacional. Necessidade de requalificação dessa centralidade; melhorar a mobilidade e acessibilidade. Presença de habitações coletivas precárias (cortiços),

⁸ Caderno de Propostas dos Planos Regionais das Subprefeituras – Perímetros de Ação – Mooca
<<https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/marco-regulatorio/planos-regionais/arquivos/>>

demarcadas como ZEIS-3, que corresponde ao critério de *inclusão socioeconômica*. Quase a totalidade do Perímetro é demarcado como ZDE-1, que é um critério de economia urbana local. Presença de zonas de centralidade na Rua Cel. Francisco Amaro.

Perímetro está inserido na MEM. Alguns lotes em Eixo de Estruturação da Transformação Urbana na Avenida Celso Garcia, que correspondem ao critério de *estruturação e transformação urbana*.

Constam no PDE implantação de corredor de ônibus nas Avenidas Rangel Pestana, Celso Garcia e Rua João Teodoro; Linha de metrô e de trem passando sobre esse Perímetro, que correspondem ao critério de *mobilidade urbana*.

Destacam-se para esse perímetro as metas 2019-2020 de implantação de rampas de acessibilidade; requalificação de calçadas; implantação de novas ciclovias e ciclofaixas, requalificação de ciclofaixas Rangel Pestana / Alberto Marino/ Viaduto 25 de março e ciclovia Cruzeiro do Sul e requalificação de corredores e faixas exclusivas de ônibus, que também correspondem ao critério de *mobilidade urbana*.

3. O Perímetro ID 78 | Centralidade Mooca abrange o entorno da Rua da Mooca, Rua dos Trilhos, Rua Bresser, Rua Taquari e Linha 10 - Turquesa da CPTM.

Necessita de qualificar os espaços livres públicos, especialmente os vinculados aos equipamentos públicos, ao transporte público e às centralidades.

Quantidade expressiva de população em situação de rua, principalmente no entorno do Viaduto Bresser. Presença de lotes em Zeis-3, que corresponde ao critério de *inclusão socioeconômica*.

Perímetro está inserido parcialmente na MEM e nos Projetos de Intervenção Urbana do Setor Central e Bairros do Tamanduateí. Alguns lotes inseridos no Eixo de Estruturação da Transformação Urbana. Tem várias zonas centralidade, como exemplo, Rua da Mooca, Rua dos Trilhos, Rua Taquari, Rua do Oratório, que correspondem ao critério de *estruturação e transformação urbana*.

Consta no PDE implantação de corredor de ônibus nas vias Radial Leste, Alcântara Machado, Melo Freire, Rua Taquari entre outras, que corresponde ao critério de *mobilidade urbana*.

Destacam-se para esse perímetro as metas 2019-2020 de implantação do trecho 1 do corredor de ônibus Radial Centro/Leste, requalificação de calçadas nas Ruas Bresser, Taquari e outras; implantação de novas ciclovia no Viaduto Bresser, Rua João Boemer; Rua Bresser e Avenida Radial Leste; Requalificação de ciclofaixas Parque da Mooca, Taquari/Siqueira Bueno; requalificação de corredores e faixas exclusivas de ônibus, que correspondem ao critério de *mobilidade urbana*.

4. O Perímetro ID 390 Mooca Baixa localizado entre a Avenida do Estado e a linha férrea, abrange áreas da Subprefeitura Mooca e Sé. Marcado pela presença de galpões industriais e armazéns em grandes glebas próximas à ferrovia (Linha 10 Turquesa da CPTM), bem como de habitações precárias (cortiços). Presença de população em situação de rua, principalmente nas proximidades dos viadutos e linha férrea. Tem também vários lotes demarcados como ZEIS-3, que corresponde ao critério de *inclusão socioeconômica*.

Perímetro está inserido na MEM e nos Projetos de Intervenção Urbanística (PIU) Setor Central e Bairros do Tamanduateí. Vários lotes demarcados como zona centralidade, como exemplo, ao longo das vias Radial Leste, Alcântara Machado, Rangel Pestana, Palmorino Mônaco entre outras, que correspondem ao critério de *estruturação e transformação urbana*.

Conta com o Parque Linear Benemerito José Brás e há meta 2019-2020 para revitalização desse parque, que corresponde ao critério de resiliência e vulnerabilidade urbana.

Há previsão pelo PDE de implantação de linha de trem (ano 2025), que corresponde ao critério de mobilidade urbana.

Destacam-se como meta 2019-2020 a implantação de corredor de ônibus Radial Leste-trecho 1, também previsto no PDE, que corresponde ao critério de mobilidade urbana.

5. O Perímetro ID 387 Brás/Bresser-Mooca compreende área no entorno da estação Belém do Metrô. Há população em situação de rua, principalmente nas proximidades da linha férrea e viadutos. Apresenta problemas de mobilidade e acessibilidade. Há lotes em Zeis-3, que corresponde ao critério de *inclusão socioeconômica*.

Perímetro inserido na MEM e no PIU Setor Central. Alguns lotes estão inseridos no Eixo de Estruturação da Transformação Urbana, que correspondem ao critério de *estruturação e transformação urbana*.

Consta no PDE implantação de corredor de ônibus nas vias Celso Garcia, Alcântara Machado, Melo Freire entre outras, que é aplicação do critério de mobilidade urbana.

Para esse perímetro destacam-se as metas 2019-2020 de requalificação de calçadas e implantação de novas cicloviárias e ciclofaixas – Viaduto Bresser e Rua João Boemer, que também correspondem ao critério de mobilidade urbana.

3.2. Considerações sobre a priorização dos Perímetros de Ação

Durante a 2ª Rodada de Oficinas, o Núcleo Regional de Planejamento pré-selecionou 05 perímetros de ação enquanto prioritários. Esses 05 perímetros de ação foram apresentados para validação dos representantes do Conselho Municipal Participativo e sociedade civil, com o objetivo de ampliar a discussão, colher propostas e sugestões. Esse resultado também visa a contribuir na elaboração do Programa de Metas 2021-2024.

Os critérios de análise para os Perímetros de Ação destacados pelo NRP foram: resiliência e vulnerabilidade urbana; inclusão socioeconômica. Esses destaques podem ser observado no **Quadro 5**.

Quadro 5: Critérios destacados a partir do processo de seleção dos Perímetros de Ação.

Perímetro de Ação	Critérios de seleção do Perímetro de Ação
ID 77 Centralidade Pari / Brás/ Belém	Problemas de mobilidade e acessibilidade. Centralidade de relevância nacional. Presença de habitações coletivas precárias (cortiços). Presença de ZEIS-3 e de Zonas Centralidade. Quase totalidade do perímetro demarcado como ZDE-1. Inserido na MEM e em Eixo de Estruturação da Transformação Urbana.
ID 78 Centralidade Mooca	Quantidade expressiva de população em situação de rua. Presença de ZEIS-3. Necessita de qualificação dos espaços livres públicos. Inserido na MEM e nos PIUs Setor Central e Bairros do Tamanduateí.
ID 387 Brás/Bresser- Mooca	Problemas de mobilidade e acessibilidade. Presença de população em situação de rua. Presença de Zeis-3. Inserido na MEM e no PIU Setor Central.
ID 388 Belenzinho	Problemas de circulação intrabairros e conflitos entre os deslocamentos locais e regionais. Presença de população em situação de rua. Vários lotes demarcados como ZEIS-3. Perímetro inserido quase em sua totalidade na MEM.
ID 390 Mooca Baixa	Potencial de transformação urbana. Presença de galpões industriais e armazéns em grandes glebas próximas à ferrovia. Habitações precárias (cortiços). Presença de população em situação de rua. Vários lotes demarcados como ZEIS-3 e ZC. Perímetro inserido na MEM e nos Projetos de Intervenção

	Urbanística (PIU) Setor Central e Bairros do Tamanduateí.
--	---

Elaboração:

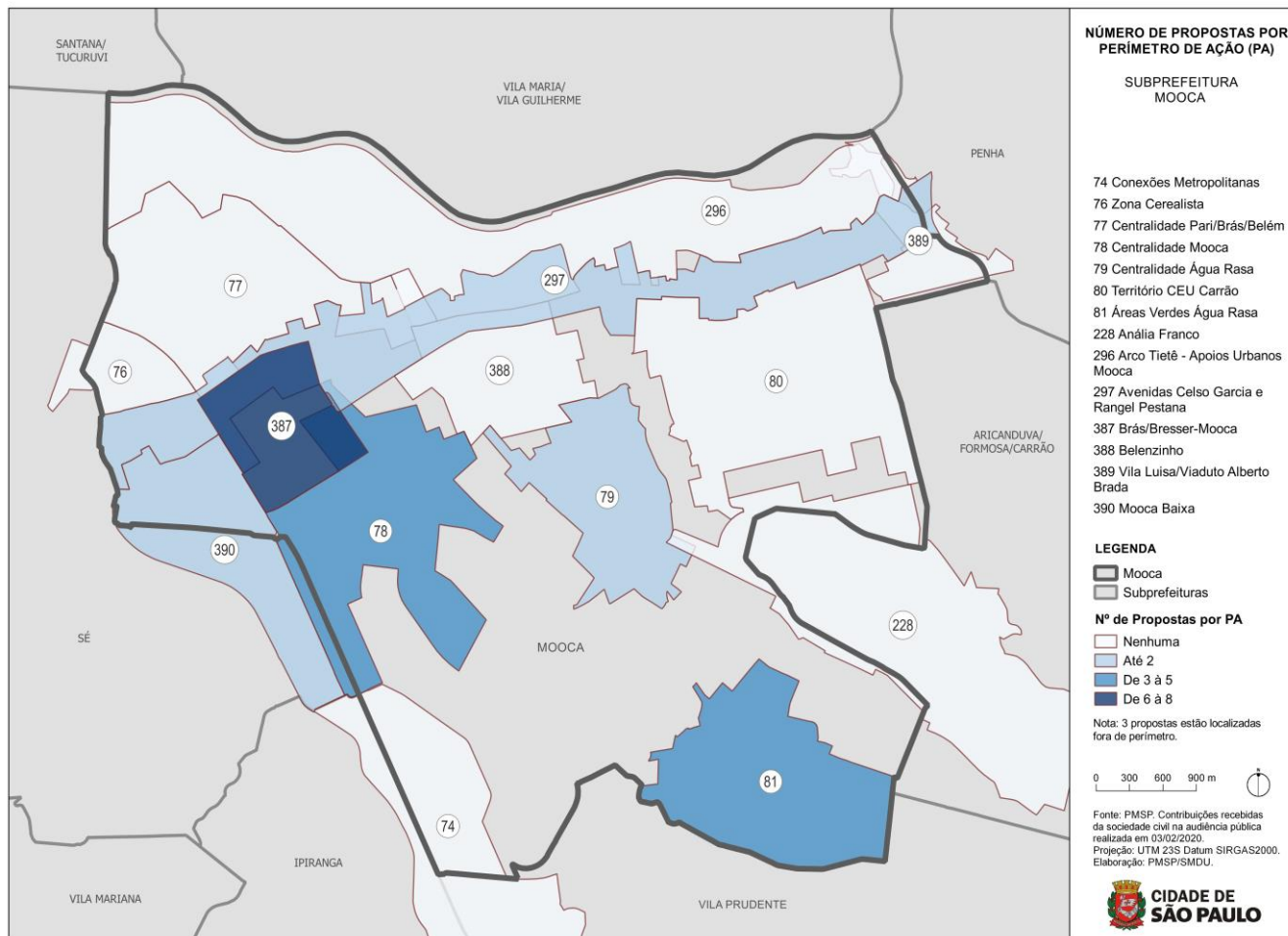
Consultores

Unesco.

4. Participação Popular e elaboração do Plano de Ação da Subprefeitura

Esta seção apresenta de forma sistematizada as contribuições da sociedade na consulta pública realizada no dia 03 de fevereiro de 2020, uma síntese das propostas, a classificação de cada proposta, a competência de respostas de cada órgão municipal, a pertinência da proposta para o Plano de Ação e as devolutivas de cada órgão municipal para as demandas/propostas dos munícipes. Apresenta, também, as propostas para o Plano de Ação a partir das contribuições da sociedade na consulta pública.

Mapa 2: Participação Popular e a elaboração do Plano de Ação da Subprefeitura.



Fonte: Prefeitura do Município de São Paulo. Elaboração: Consultores UNESCO.
Mapa 2 é apresentado no Anexo 04.

4.1. Sistematização e avaliação das contribuições da sociedade na consulta pública

O estudo das contribuições da sociedade inclui informações sobre (a) proposta, (b) Perímetro de Ação (PA), e (c) classificação da proposta.

A relação estabelecida entre (a) propostas e (b) Perímetro de Ação foi aprimorada por consultores UNESCO, com base em dados fornecidos pela Secretaria de Governo Municipal (SGM). A classificação das propostas é estabelecida do seguinte modo: (i) investimento; (ii) gestão e monitoramento urbano; (iii) planos, diretrizes e estudos urbanos; (iv) zeladoria.

Na classificação no item (i) **investimentos** nos referimos a propostas que remontam a despesas de capital, e significam a ampliação da rede de infraestruturas urbanas, ambientais e habitacionais nas Subprefeituras, com vistas a atender necessidades existentes. Na classificação no item (ii) **gestão e monitoramento urbano** nos referimos a estratégias de administração do uso das infraestruturas e serviços públicos, por exemplo gestão de concessão de ônibus, gestão de equipamentos de saúde e educação, e de controle e fiscalização por parte da administração pública, tal como fiscalização sanitária dos comércios. Em (iii) **planos, diretrizes e estudos urbanos**, nos referimos a propostas que ainda demandam algum tipo de avaliação de viabilidade técnica e que, inclusive, se relacionam a planos e estudos já existentes e/ou em andamento. As propostas de (iv) **zeladoria** se referem à manutenção e conservação da rede de infraestruturas urbanas, ambientais e habitacionais, que contribuam com a melhoria da qualidade de vida, e em geral remontam na aplicação das despesas de custeio pela administração pública.

Por fim, também se definiu uma coluna no **Quadro 6** contendo a análise da “**pertinência**” da demanda apresentada ao Plano de Ação da Subprefeitura. O conceito de pertinência utilizado sintetiza se a demanda apresentada se integra ao processo de planejamento, ao Plano Regional e ao Plano de Ação da Subprefeitura. Caso não seja considerada “pertinente ao Plano de Ação”, a proposta da sociedade civil deverá ainda ser encaminhada a outras esferas de administração da Prefeitura, por exemplo: limpeza de terreno, que é uma atividade de zeladoria e de rotina da Subprefeitura, não necessita estar no Plano de Ação.

A Subprefeitura Mooca recebeu 14 contribuições / propostas da sociedade civil. Essas são apresentadas adiante, organizadas de acordo com os respectivos Perímetros de Ação.

Foram ainda identificados pela SGM-PMSP os setoriais municipais responsáveis para avaliação e possível atendimento das propostas. Em seguida são apresentados as análises e o posicionamento pelos setoriais municipais sobre as propostas a eles afetas. Por fim, é analisada pelo consultor a pertinência das propostas para a elaboração do Plano de Ação da Subprefeitura.

Quadro 6: Quadro Consolidado das Propostas da Subprefeitura Mooca.

ID	Perímetro de Ação (Elaboração: consultoria)	Proposta Múncipe (Ipsis litteris. Sistematização: SGM-PMSP)	Síntese da Proposta (Elaboração: consultoria)	Classificação da Proposta (Elaboração: consultoria)	Secretaria (Elaboração: SGM-PMSP)	Pertinência da Proposta para Plano de Ação (Elaboração: consultoria)
1.	387 Brás/Bresser-Mooca	Revitalizar a área da prefeitura com relação à infraestrutura. À noite o espaço deve ser ocupado para atividades de lazer e esportes. Segurança eficiente para os usuários.	Qualificação de espaços públicos Segurança pública	Investimento	26 - Subprefeituras	Sim
2.	387 Brás/Bresser-Mooca	Criação do setor "Escreve Cartas" gratuito para elaboração de currículos, cartas e formulários, no modelo existente no Poupatempo de Itaquera.	Prestação de serviços públicos aos muncípes	Investimento	06 - Desenvolvimento Econômico	Sim
3.	387 Brás/Bresser-Mooca	Assistência aos imigrantes e refugiados do bairro.	Oferta de assistência aos imigrantes e refugiados	Gestão e monitoramento urbano	08 - Direitos Humanos e Cidadania	Sim
4.	387 Brás/Bresser-Mooca	Fiscalização eficiente quanto aos grupos carnavalescos respeitando-se os locais licenciados para apresentações de modo a não haver desrespeito e depredação dos locais.	Fiscalização blocos carnaval	Gestão e monitoramento urbano	26 - Subprefeituras	Não
5.	387 Brás/Bresser-Mooca	Período intenso de chuvas: limpeza efetiva dos bueiros evitando enchentes (drenagem)	Manutenção de bueiros	Zeladoria	26 - Subprefeituras	Não
6.	387 Brás/Bresser-Mooca	Revitalização das praças públicas do bairro e aumento das áreas verdes.	Melhoria nas praças públicas. Ampliação de áreas verdes	Investimento	26 - Subprefeituras	Sim
7.	387 Brás/Bresser-Mooca e 78 Centralidade Mooca	Inspeção do Viaduto Bresser.	Manutenção de viadutos	Zeladoria	15 - Infraestrutura e Obras	Não

ID	Perímetro de Ação (Elaboração: consultoria)	Proposta Municipal (Ipsis litteris. Sistematização: SGM-PMSP)	Síntese da Proposta (Elaboração: consultoria)	Classificação da Proposta (Elaboração: consultoria)	Secretaria (Elaboração: SGM-PMSP)	Pertinência da Proposta para Plano de Ação (Elaboração: consultoria)
8.	387 Brás/Bresser-Mooça	Revitalização da biblioteca nas dependências da subprefeitura.	Qualificação de equipamento de cultura	Investimento	05 - Cultura 26 - Subprefeituras	Sim
9.	297 Avenidas Celso Garcia e Rangel Pestana e Fora de perímetro	Recursos materiais para os hospitais municipais, principalmente o do Tatuapé.	Oferta de insumos hospitalar	Gestão e monitoramento urbano	24 - Saúde	Não
10.	78 Centralidade Mooça; 390 Mooça Baixa e parte fora de perímetro	As calçadas da Rua da Mooça e Paes de Barros onduladas dificultando mobilidade.	Melhoria na mobilidade urbana (calçadas)	Investimento	26 - Subprefeituras	Sim
11.	81 Áreas Verdes Água Rasa	Implantação/implementação de posto policial 24h na Praça Pinto Duarte, em frente RHC/Mooça e UBS Vila Bertiooga.	Construção de posto policial	Investimento	25 - Segurança Urbana	Sim
12.	81 Áreas Verdes Água Rasa	Manutenção do convênio/parceria da prefeitura com a Casa Santa Generosa, da Rua Manoel Onha (Centro de Convivência de Idosos)	Parcerias	Gestão e monitoramento urbano	08 - Direitos Humanos e Cidadania	Não
13.	79 Centralidade Água Rasa; 81 Áreas Verdes Água Rasa e parte fora de perímetro	Criação/implementação de lei e fiscalização que torne acessível as calçadas do bairro (não há uma rua que alguém possa passar pelas calçadas de cadeira de rodas).	Melhoria na mobilidade urbana (calçadas) Aplicação da Lei de acessibilidade	Investimento e fiscalização	26 - Subprefeituras	Sim

ID	Perímetro de Ação (Elaboração: consultoria)	Proposta Muniçipe (Ipsis litteris. Sistematização: SGM-PMSP)	Síntese da Proposta (Elaboração: consultoria)	Classificação da Proposta (Elaboração: consultoria)	Secretaria (Elaboração: SGM-PMSP)	Pertinência da Proposta para Plano de Ação (Elaboração: consultoria)
14.	390 Mooca Baixa	Incluir o Parque Benemérito Brás junto às Escolas CGI Nazir Miguel e EMEI João Mendonça, com Wifi	Conectividade (wifi)	Investimento	16 - Inovação e Tecnologia	Sim

Fonte: Prefeitura do município de São Paulo. Elaboração: Consultores UNESCO.

4.2. Posição das Secretarias Municipais sobre as Propostas

As propostas apresentadas para a Subprefeitura Mooca são de competência de 09 secretarias municipais, conforme **Quadro 7**. Algumas propostas foram encaminhadas para a avaliação de mais de uma secretaria municipal.

Quadro 7: Contagem de Propostas por setorial municipal.

Setorial municipal	Contagem de Propostas por setorial municipal
01 – Assistência Social	01
05 - Cultura	01
06 - Desenvolvimento Econômico	01
08 - Direitos Humanos e Cidadania	02
15 - Infraestrutura e Obras	01
16 - Inovação e Tecnologia	01
24 - Saúde	01
25 - Segurança Urbana	01
26 - Subprefeituras	07

Fonte: Prefeitura do município de São Paulo. Elaboração: Consultores UNESCO.

As propostas foram encaminhadas pela Secretaria de Governo Municipal aos setoriais competentes. A posição dos setoriais esteve orientada pelos seguintes itens (i) proposta; (ii) devolutiva; (iii) justificativa devolutiva. Nem todos os setoriais apresentaram suas devolutivas, ou a devolutiva para todas as propostas. As posições dos setoriais sobre as propostas foram sistematizadas e organizadas em acordo com os Perímetros de Ação pelos consultores UNESCO, demonstradas pelo **Quadro 8**.

Quadro 8: Devolutiva das Secretarias municipais – Subprefeitura Mooca.

Perímetro de Ação	Proposta do Município	Secretaria Autora da Devolutiva	Devolutiva da Secretaria	Justificativa da Secretaria
78 Centralidade Mooca; 390 Mooca Baixa e parte fora de perímetro	As calçadas da Rua da Mooca e Paes de Barros onduladas dificultando mobilidade.	SMSUB	Demanda já contemplada parcial ou totalmente ao Planejamento de 2020	A Lei nº 14.675 de 23 de janeiro de 2008, institui o Plano Emergencial de Calçadas (PEC) e o Decreto Municipal nº 58.845, de 10 de julho de 2018, define as rotas emergenciais
78 Centralidade Mooca e 387 Brás/Bresser-Mooca e	Inspeção do Viaduto Bresser.	SIURB	Demanda já contemplada parcial ou totalmente ao Planejamento de 2020	Inspeção Especial do Viaduto Bresser já realizada em 2019. Como resultado desta inspeção, foi elaborado o projeto para subsidiar a contratação de obra de recuperação desta estrutura. O edital de contratação da obra de recuperação deste viaduto se encontra em fase final de elaboração, com publicação prevista para início do 2º semestre de 2020.
79 Centralidade Água Rasa; 81 Áreas Verdes Água Rasa e parte fora de perímetro	Criação/implementação de lei e fiscalização que torne acessível as calçadas do bairro (não há uma rua que alguém possa passar pelas calçadas de cadeira de rodas).	SMSUB	Demanda já contemplada parcial ou totalmente ao Planejamento de 2020	Algumas ruas contempladas para execução constam no Plano Emergencial de Calçadas execução pela Secr. Mun. De Subprefeituras. Quanto a fiscalização já existe Legislação - Fiscalização pela Coordenadoria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano.
81 Áreas Verdes Água Rasa	Implantação/implementação de posto policial 24h na Praça Pinto Duarte, em frente RHC/Mooca e UBS Vila Bertioga.	SMSU	Demanda já contemplada parcial ou totalmente ao Planejamento de 2020	UBS Bertioga coberta com rondas diuturnamente
81 Áreas	Manutenção do convênio/parceria da prefeitura	SMDHC	Demanda não	Os Núcleos de Convivência de Idosos são

Perímetro de Ação	Proposta do Município	Secretaria Autora da Devolutiva	Devolutiva da Secretaria	Justificativa da Secretaria
Verdes Água Rasa	com a Casa Santa Generosa, da Rua Manoel Onha (Centro de Convivência de Idosos)		concerne à Secretaria	serviços prestados pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS), enquanto Centros de Convivência de Idosos são equipamentos estaduais.
81 Áreas Verdes Água Rasa	Manutenção do convênio/parceria da prefeitura com a Casa Santa Generosa, da Rua Manoel Onha (Centro de Convivência de Idosos)	SMADS	Demanda não respondida pela secretaria	Em 03/03/2020, a Secretaria de Governo Municipal requereu a resposta da demanda pela Secretaria, com prazo de resposta até 16/03/2020. Ao final do prazo, ainda sem resposta, a Secretaria de Governo Municipal realizou cobrança e estendeu o prazo até 30/03/2020. Foi realizada nova cobrança, porém até a data de 14/07/2020 (passados mais de 4 meses do envio da demanda) a Secretaria não apresentou resposta à demanda.
297 Avenidas Celso Garcia e Rangel Pestana Fora de perímetro	Recursos materiais para os hospitais municipais, principalmente o do Tatuapé.	SMS	Demanda em estudo para o Planejamento de 2021	O plano de ação das Subprefeituras foi construído com o foco no aprimoramento da infraestrutura e oferta de equipamentos de saúde nos distintos territórios, respeitadas suas especificidades e necessidades conforme perfil epidemiológico. Dessa forma, foram previstas nestes instrumentos apenas as ações de investimento. As demandas relacionadas ao aprimoramento do funcionamento das unidades serão consideradas em outros instrumentos de planejamento para 2021.
387 Brás/Bresser-Moooca	Assistência aos imigrantes e refugiados do bairro.	SMDHC	Demanda já contemplada parcial ou totalmente ao Planejamento de	No que concerne à SMDHC, por meio da unidade móvel do Centro de Referência e Atendimento ao Imigrante (CRAI Móvel) está sendo ofertado atendimento à população imigrante para defesa e promoção de direitos

Perímetro de Ação	Proposta do Município	Secretaria Autora da Devolutiva	Devolutiva da Secretaria	Justificativa da Secretaria
			2020	em todo o território do município. Vale mencionar que o Centro de Referência e Atendimento ao Imigrante encontra-se _____.
387 Brás/Bresser-Mooça	Criação do setor "Escreve Cartas" gratuito para elaboração de currículos, cartas e formulários, no modelo existente no Poupatempo de Itaquera.	SMDET	Demanda já contemplada parcial ou totalmente ao Planejamento de 2020	O Programa Elaborado da Fundação Paulistana de Educação, Tecnologia e Cultura e SMDET tem como objetivo a elevação da empregabilidade, por meio da oferta de oficinas com conteúdo variado, entre elas a elaboração de currículos. Não há, no momento, unidade do Cate na Mooça, mas pode ser objeto de implantação no futuro, cenário que será avaliado em 2021
387 Brás/Bresser-Mooça	Revitalizar a área da prefeitura com relação à infraestrutura. À noite o espaço deve ser ocupado para atividades de lazer e esportes. Segurança eficiente para os usuários.	SMSUB	Demanda já contemplada parcial ou totalmente ao Planejamento de 2020	A Subprefeitura já está executando a requalificação da área do Centro Educacional Salim F. Maluf. Quanto a utilização dos espaços no período noturno e a segurança do local a competência é da Secretaria Municipal de Esportes que deverá deliberar.
387 Brás/Bresser-Mooça	Fiscalização eficiente quanto aos grupos carnavalescos respeitando-se os locais licenciados para apresentações de modo a não haver desrespeito e depredação dos locais.	SMSUB	Demanda já contemplada parcial ou totalmente ao Planejamento de 2020	A Subprefeitura organizou junto à SMSUB/SPUA o acompanhamento de todos os blocos carnavalescos com equipes de apoio à remoção (fiscalização de comércio ambulante) e agentes efetivos da Unidade Técnica de Fiscalização da SUB-MO.
387 Brás/Bresser-Mooça	Período intenso de chuvas: limpeza efetiva dos bueiros evitando enchentes (drenagem)	SMSUB	Demanda já contemplada parcial ou totalmente ao Planejamento de 2020	A Subprefeitura mantém uma frequência intensa de limpeza de bueiros manual e mecanizada nos locais com incidência de enchentes no período de chuvas e faz um trabalho preventivo no período de estiagem.
387 Brás/Bresser-Mooça	Revitalização das praças públicas do bairro e aumento das áreas verdes.	SMSUB	Demanda já contemplada parcial ou	A Subprefeitura já está executando a requalificação de diversas praças na área sob sua jurisdição.

Perímetro de Ação	Proposta do Município	Secretaria Autora da Devolutiva	Devolutiva da Secretaria	Justificativa da Secretaria
			totalmente ao Planejamento de 2020	
387 Brás/Bresser-Mooça	Revitalização da biblioteca nas dependências da subprefeitura.	SMSUB	Demanda acrescentada ao Planejamento de 2020	A Biblioteca faz parte da Secretaria Municipal de Cultura. A Subprefeitura está executando obras de melhorias na área externa que inclui o pátio de estacionamento em frente a Biblioteca.
387 Brás/Bresser-Mooça	Revitalização da biblioteca nas dependências da subprefeitura.	SMC	Demanda não inteligível ou genérica	O que seria a revitalização? Informamos que em 2018, o layout da Biblioteca Pública Municipal Affonso Taunay foi alterado, tendo recebido novos mobiliários e expositores do acervo. Em abril de 2019, também foi inaugurado na biblioteca o DIGILAB, nova versão do antigo Telecentro, com espaço de coworking público, espaço totalmente revitalizado, em parceria com a Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia. Em 2020 e 2021, a Biblioteca Affonso Taunay não faz parte da lista de bibliotecas a serem reformadas. Entre os parâmetros para tal seleção está à avaliação da situação predial de cada equipamento cultural, realizada pelo setor de obras da Secretaria Municipal de Cultura, e a disponibilidade de orçamento da pasta.
390 Mooça Baixa	Incluir o Parque Benemérito Brás junto às Escolas CGI Nazir Miguel e EMEI João Mendonça, com Wifi	SMIT	Demanda inviável	Informamos que o Programa WiFi Livre SP tem como objetivo levar internet gratuita e de qualidade para as principais praças fomentando a inclusão digital e a apropriação do espaço público. Inicialmente contávamos

Perímetro de Ação	Proposta do Município	Secretaria Autora da Devolutiva	Devolutiva da Secretaria	Justificativa da Secretaria
				<p>com 120 pontos e estamos trabalhando na fase de expansão para levar internet gratuita para 624 localidades e disponibilizar wifi em centros culturais, bibliotecas, centros desportivos e pontos turísticos, entre outros pontos de acesso. Infelizmente, uma vez que o Edital de Credenciamento já foi assinado e já estamos em fase de implementação da expansão do Programa, não é mais possível acrescentarmos localidades à lista de locais que receberão o Programa WiFi Livre SP. As localidades sugeridas serão anotadas para que, em uma futura expansão possam ser analisadas e possivelmente contempladas. Informações sobre a lista de localidades que serão contempladas nessa fase de expansão você pode encontrar aqui: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/inovacao/noticias/?p=279947</p>

Fonte: Prefeitura do Município de São Paulo. SGM. Informações atualizadas pela SGM em 17.08.2020. Elaboração: Consultores UNESCO.

4.3. Propostas para o Plano de Ação da Subprefeitura a partir das contribuições da sociedade na consulta pública

Este item trata dos Perímetros de Ação priorizados, com vistas à elaboração do Plano de Ação da Subprefeitura. Os Perímetros de Ação priorizados, a partir do atendimento as principais diretrizes estabelecidas no Caderno de Propostas do Plano Regional da Subprefeitura Mooca,⁹ são:

1. PERÍMETRO ID | 388 BELENZINHO
2. PERÍMETRO ID 77 | CENTRALIDADE PARI / BRÁS/ BELÉM
3. PERÍMETRO ID 78 | CENTRALIDADE MOOCA
4. PERÍMETRO ID 390 MOOCA BAIXA
5. PERÍMETRO ID 387 BRÁS/BRESSER-MOOCA

A avaliação de propostas para o **Plano de Ação da Subprefeitura 2020 e recomendações para 2021**, a partir das propostas apresentadas pela sociedade civil, se desenvolve em torno dos seguintes elementos:

- (i) Quando possível, e em acordo com os insumos fornecidos pelas secretarias municipais, tratar da viabilidade técnica e financeira das contribuições de sociedade civil;
- (ii) Justificativas e recomendações a respeito das propostas da sociedade consideradas inviáveis ou pouco aderentes ao Plano de Ação da Subprefeitura;
- (iii) Relação entre propostas da sociedade civil, diretrizes apresentadas por PRS e Programa de Metas 2019-2020;
- (iv) Inserção de propostas no Plano de Ação da Subprefeitura;
- (v) Recomendações para o próximo ciclo de planejamento, quando pertinente.

A análise das propostas foi organizada por Perímetro de Ação prioritários, conforme apresentada a seguir.

⁹ Caderno de Propostas dos Planos Regionais das Subprefeituras disponíveis em: <<https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/marco-regulatorio/planos-regionais/arquivos/>>. Portal eletrônico consultado em abril de 2020.

1 - PERÍMETRO ID 388 BELENZINHO

As diretrizes desse Perímetro de Ação, conforme apresentadas no Plano Regional da Subprefeitura, são:

- Ampliar o acesso aos equipamentos públicos de esporte e cultura solucionando a demanda por espaços de lazer e maior oferta de atividades culturais, especialmente para crianças e jovens.
- Desenvolver ações de assistência social à população em situação de vulnerabilidade social (população em situação de rua e usuária de drogas).
- Estimular a criação e manutenção de comércio e serviços locais no térreo dos imóveis existentes ou a construir, de modo a proporcionar fachada ativa nas vias do perímetro e aumentar a oferta de empregos na área.
- Qualificar os espaços públicos de modo a compatibilizar ruas, calçadas, praças e equipamentos públicos ao uso comercial existente na área e ao adensamento populacional previsto para a área. Destaque para as quadras no Eixo de Estruturação da Transformação Urbana (ZEU).
- Estimular o uso e a permanência nas praças e áreas verdes através de sua qualificação com tratamento paisagístico adequado. Destaque para Largo São José do Belém.
- Elaborar projeto de arborização urbana que seja adequado e compatível com a grande circulação de pedestres nos bairros, especialmente para reduzir os efeitos da ilha de calor urbana.
- Tutelar e preservar os bens materiais que compõem o patrimônio histórico cultural existente no perímetro, em especial o Cotonifício Paulista.
- Solucionar problemas de microdrenagem (alagamentos), em especial nas avenidas Alcântara Machado e Av. Celso Garcia.
- Organizar a coleta, transporte e descarte de resíduos sólidos, em conformidade com Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PGIRS).
- Promover acessibilidade universal dos passeios públicos e melhorar a iluminação pública, sobretudo nas vias com grande fluxo de pedestres e as que conectam equipamentos públicos.
- Qualificar as principais conexões viárias existentes. Destaque para R. Belém, R. Júlio Castilho, R. Herval, R. Conselheiro Cotegipe, R. Visconde de Parnaíba, R. Toledo Barbosa, R. Saldanha Marinho, R. Doutor Clementino e Av. Álvaro Ramos.

- Desenvolver percursos alternativos para pedestres, ciclistas, ônibus e automóveis de modo a superar grandes barreiras urbanas, melhorando a mobilidade local da área. Destaque para Av. Alcântara Machado e linhas ferroviárias.
- Qualificar os acessos à Estação Belém (Linha 3 Vermelha do Metrô) e ao Terminal de Ônibus Belém, pela R. Toledo Barbosa e Av. Alcântara Machado, de modo a garantir a segurança pública e a acessibilidade universal.
- Adequar o sistema viário de modo a compatibilizar os conflitos decorrentes do intenso trânsito de veículos e o fluxo de pedestres na região, buscando implantar sistema cicloviário na região.
- Organizar os estacionamentos intermodais destinados ao atendimento da população que utiliza o transporte coletivo de alta capacidade (Metrô e CPTM), incentivando os usos compartilhados (pedestres e ciclistas) ao longo das vias.
- Promover soluções habitacionais de acordo com diretrizes do Plano Municipal de Habitação (PMH) e integradas ao Governo do Estado (Casa Paulista), que melhorem as condições de vida e moradia da população residente em áreas de precariedade habitacional (cortiços e ocupações).
- Estimular o desenvolvimento de projetos em terrenos e lotes, públicos ou privados, que estejam subutilizados ou não edificados.
- Solucionar demanda pela instalação de mobiliário urbano e melhoria da iluminação pública, a fim de proporcionar maior convívio social e segurança aos espaços públicos. Destaque para as praças e principais conexões viárias da área.

As ações previstas no **Programa de Metas 2019-2020** para este Perímetro de Ação são:

Corredor Radial Leste – trecho 1 – SIURB

WIFI gratuito – SMIT

Construção da UPA Mooca - SMS

Implantação de novas ciclovias e ciclofaixas – Radial - Centro – SMT

Requalificação de ciclofaixas Taquari/ Silveira Bueno, Serra da Bocaina - SMT

Requalificações em locais de parada de ônibus (plataforma de embarque + pista no local de frenagem dos ônibus) – SPtrans

Não houve novas propostas na audiência pública para esse **Perímetro de Ação ID 388 Belenzinho**, no entanto, as diretrizes constantes do Plano Regional, ora descritas, foram apresentadas e validadas no sentido de que é necessário

implementá-las e que as metas 2019-2020 não atendem os principais problemas em relação à circulação intrabairros e conflitos entre os deslocamentos locais e regionais e as questões sociais ligadas à concentração de população em situação de rua, principalmente nas proximidades da linha férrea e viadutos.

Esse Perímetro de Ação tem potencial de transformação urbana, sendo que sua efetividade está pautada em qualificar os acessos à Estação Belém (Linha 3 Vermelha do Metrô) e ao Terminal de Ônibus Belém; adequar o sistema viário de modo a compatibilizar os conflitos decorrentes do intenso trânsito de veículos e o fluxo de pedestres na região e organizar os estacionamentos intermodais destinados ao atendimento da população que utiliza o transporte coletivo de alta capacidade (Metrô e CPTM).

2 - PERÍMETRO ID 77 | CENTRALIDADE PARI / BRÁS/ BELÉM

As diretrizes desse Perímetro de Ação, conforme apresentadas no Plano Regional da Subprefeitura, são:

- Buscar a redução das desigualdades socioeconômicas através do desenvolvimento da centralidade comercial e industrial existente, equacionando as relações entre moradia, emprego e oferta de equipamentos sociais na área.
- Ampliar o acesso aos equipamentos públicos de assistência social solucionando a demanda por equipamentos ligados à população em situação de rua, aos idosos e crianças e adolescentes (Centro POP, NCI, ILPS, CCA, CRAS, CREAS, CAPE).
- Ampliar o acesso aos equipamentos públicos de educação, esporte e cultura solucionando a demanda por creches, quadras poliesportivas e maior oferta de atividades culturais.
- Articular programa de gestão integrada entre Secretaria Municipal de Educação (SME), Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação (SEME) e Secretaria Municipal de Cultura (SMC) para utilização da infraestrutura das escolas nos finais de semana, oferecendo atividades culturais e esportivas.
- Desenvolver ações de assistência social à população em situação de vulnerabilidade social (população em situação de rua e imigrantes).
- Considerar as questões sociais (trabalho escravo e população imigrante) existentes na área, a fim de incorporá-las às ações de desenvolvimento econômico e geração de emprego, articulando ações com as coordenadorias da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC), Secretaria Municipal de Relações

Internacionais e Federativas (SMRIF) e Secretaria Municipal do Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo (SDTE).

- Estimular a criação e manutenção de comércio e serviços locais no térreo dos imóveis existentes ou a construir, de modo a proporcionar fachada ativa nas vias do perímetro e aumentar a oferta de empregos na área.
- Garantir a permanência e a instalação de empresas que gerem empregos no território. Destaque para a indústria têxtil presente nos três distritos.
- Elaborar projeto de comunicação visual voltado ao circuito de compras com sinalização própria e identificação das rotas, por meio de sinalização gráfica urbana.
- Ofertar serviço de sanitários públicos em locais estratégicos com grande fluxo de pedestres.
- Qualificar os espaços públicos de modo a compatibilizar ruas, calçadas, praças e equipamentos públicos ao uso comercial, industrial e logístico existente na área.
- Estimular o uso e a permanência nas praças e áreas verdes através de sua qualificação com tratamento paisagístico adequado.
- Elaborar projeto de arborização urbana que seja adequado e compatível com a grande circulação de pedestres nos bairros, especialmente para reduzir os efeitos da ilha de calor urbana.
- Solucionar problemas de microdrenagem (alagamentos), em especial na R. Oriente, R. Almirante Barroso e R. Bresser.
- Organizar a coleta, transporte e descarte de resíduos sólidos oriundos das atividades comerciais no perímetro, em conformidade com Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PGIRS).
- Ampliar o acesso aos equipamentos públicos de serviços solucionando a demanda por ecoponto.
- Promover acessibilidade universal dos passeios públicos, sobretudo nas vias com grande fluxo de pedestres e as que conectam equipamentos públicos. Destaque para as ruas Barão de Ladário, R. Maria Marcolina, R. Miller, R. Oriente, R. João Teodoro e entorno do Largo da Concórdia.
- Adequar o sistema viário de modo a compatibilizar o trânsito de veículos, as áreas de abastecimento, os estacionamentos e o grande fluxo de pedestres.
- Compatibilizar a circulação de pedestres, de ciclistas, de ônibus e de veículos de passeio ao fluxo de veículos de carga necessários aos usos comerciais, industriais e logísticos existentes no território.
- Promover soluções habitacionais de acordo com diretrizes do Plano Municipal de Habitação (PMH) e integradas ao Governo do Estado (Casa Paulista) que melhorem

as condições de vida e moradia da população residente em áreas de precariedade habitacional (cortiços e ocupações).

- Articular ações de monitoramento do espaço público com a Secretaria Municipal de Segurança Urbana (SMSU) a fim de garantir maior segurança pública no local.
- Solucionar demanda pela instalação de mobiliário urbano e melhoria da iluminação pública, a fim de proporcionar maior convívio social e segurança aos espaços públicos.

As ações previstas no **Programa de Metas 2019-2020** para este Perímetro de Ação são:

Wifi gratuito - SMIT

Implantação de rampas de acessibilidade - SMSUB

Requalificação de calçadas - SMSUB

Implantação de novas ciclovias e ciclofaixas – SMT

Requalificação de ciclofaixas Rangel Pestana / Alberto Marino/ Viaduto 25 de março e ciclovia Cruzeiro do Sul - SMT

Requalificações em locais de parada de ônibus (plataforma de embarque + pista no local de frenagem dos ônibus) – SMT

Requalificação de corredores e faixas de ônibus nas Avenidas Cruzeiro do Sul, Celso Garcia e Carlos de Campos - Sptrans

Não houve novas demandas na audiência pública para esse **Perímetro de Ação ID 77 Centralidade Pari / Brás/ Belém**, no entanto, as diretrizes constantes do Plano Regional, ora descritas, foram apresentadas e validadas. Porém as metas 2019/2020 para essa área são insuficientes para a consecução das diretrizes.

A efetividade desse perímetro, que é uma centralidade de relevância nacional, está pautada na requalificação dessa centralidade, que para tanto, é necessário que as principais diretrizes sejam desenvolvidas, tais como: solução para a população em situação de vulnerabilidade social, em especial daquelas das habitações coletivas precárias; provimento de assistência social para a população em situação de rua; mitigação dos conflitos de circulação de cargas com os demais modais de transporte e com as atividades da área e também criar instrumentos para estimular o desenvolvimento econômico local.

Esse Perímetro de Ação está inserido no PIU Setor Central, que está em fase final de análise e consolidação no âmbito do Executivo e será encaminhado, posteriormente, para a Câmara Municipal.

3 - PERÍMETRO ID 78 | CENTRALIDADE MOOCA

As diretrizes desse Perímetro de Ação, conforme estabelecidas no Plano Regional da Subprefeitura, são:

- Ampliar o acesso aos equipamentos públicos de assistência social solucionando a demanda por equipamentos ligados à população em situação de rua (Centro POP e CREAS).
- Desenvolver ações de assistência social à população em situação de vulnerabilidade social (população em situação de rua e usuária de drogas).
- Estimular a criação e manutenção de comércio e serviços locais no térreo dos imóveis existentes ou a construir, de modo a proporcionar fachada ativa nas vias do perímetro e aumentar a oferta de empregos na área.
- Qualificar o espaço público e os equipamentos do Clube Municipal Mooca, transformando-o em uma praça de equipamentos sociais, compatibilizando as novas atividades com as existentes no local.
- Qualificar os espaços públicos de modo a compatibilizar ruas, calçadas, praças e equipamentos públicos ao uso comercial existente na área.
- Estimular o uso e a permanência nas praças e áreas verdes através de sua qualificação com tratamento paisagístico adequado.
- Ofertar novas áreas verdes de modo a qualificar a área. Destaque para o Parque Padre Benedito Maria Cardoso previsto no PDE 2014.
- Tutelar e preservar os bens materiais que compõem o patrimônio histórico cultural existente no perímetro, em especial os localizados ao longo da R. Borges de Figueiredo.
- Monitorar a contaminação do solo no perímetro, considerando as diretrizes da OUCBT. Destaque para os lotes nas ruas Borges de Figueiredo, R. Taquari e R. Itajaí.
- Solucionar problemas de microdrenagem (alagamentos), em especial nas ruas Bresser, R. Taquari e R. dos Trilhos.
- Promover acessibilidade universal dos passeios públicos, sobretudo nas vias com grande fluxo de pedestres e as que conectam equipamentos públicos. Destaque para Av. Paes de Barros, R. dos Trilhos, R. da Mooca, R. Bresser e R. Taquari.

- Qualificar as principais conexões viárias existentes. Destaque para os melhoramentos viários, eixos de qualificação e corredores de centralidade previstos na OUCBT.
- Desenvolver percursos alternativos para pedestres, ciclistas, ônibus e automóveis de modo a superar grandes barreiras urbanas, melhorando a mobilidade local da área. Destaque para Av. Alcântara Machado e linhas ferroviárias.
- Qualificar os acessos à Estação Mooca (Linha 10 Turquesa da CPTM) pela R. Monsenhor João Felipo e à Estação Bresser-Mooca (Linha 3 Vermelha do Metrô) pela R. Ipanema e R. Inácio de Araújo, de modo a garantir a segurança pública e a acessibilidade universal.
- Promover soluções habitacionais de acordo com diretrizes do Plano Municipal de Habitação (PMH) e integradas ao Governo do Estado (Casa Paulista), que melhorem as condições de vida e moradia da população residente em áreas de precariedade habitacional (cortiços e ocupações).
- Estimular o desenvolvimento de projetos em terrenos e lotes, públicos ou privados, que estejam subutilizados ou não edificados.
- Solucionar demanda pela instalação de mobiliário urbano e melhoria da iluminação pública, a fim de proporcionar maior convívio social e segurança aos espaços públicos. Destaque para o Clube Escola Mooca.

As ações previstas no **Programa de Metas 2019-2020** para este Perímetro de Ação são:

Revitalização do CEE Salim Farah Maluf – SEME

Inspeção Viaduto Alcântara Machado– SIURB

Obra do corredor Radial Centro/Leste – trecho 1 – SIURB

Inspeção Viaduto São Carlos – SIURB

Reparo de forros e coberturas em geral do Teatro Arthur Azevedo – SMC

Projeto Digilab – Biblioteca Taunay - SMC

Wifi gratuito – SMIT

Reforma ambulatório Ítalo Domingos Le Vocci - SMS

Reforma CAPS Adulto II - SMS

Reforma CAPS Infantil II - SMS

Reforma CRST- SMS

Requalificação de calçadas – Rua Bresser, Taquari e outras- SMSUB

Implantação de novas ciclovia – Viaduto Bresser, Rua João Boemer Bresser e na Radial Leste- SMT

Requalificação de ciclofaixas Parque da Mooca, Taquari/Siqueira Bueno - SMT

Requalificação de corredores e faixas exclusivas de ônibus – Avenida Paes de Barros – SMT

Requalificações em locais de parada de ônibus (plataforma de embarque + pista no local de frenagem dos ônibus) – Sptrans

Propostas apresentadas na audiência pública para esse Perímetro de Ação:

1.As calçadas da Rua da Mooca e Paes de Barros onduladas dificultando mobilidade. (sic)

Trata-se de melhoramento na mobilidade urbana, em especial as calçadas para os pedestres. Demanda que já consta no Plano Regional e é **pertinente de ser inserido no Plano de Ação** e também de ser compatibilizado a luz do Decreto 58.845, de 10 de julho de 2018- Plano Emergencial de Calçadas - PEC

Resposta da SMSUB: “***Demanda acrescentada ao Planejamento de 2020*** ”A Lei nº 14.675 de 23 de janeiro de 2008, institui o Plano Emergencial de Calçadas (PEC) e o Decreto Municipal nº 58.845, de 10 de julho de 2018, define as rotas emergenciais”.

2.Inspeção do Viaduto Bresser. (sic)

Trata-se de manutenção dos viadutos, que está sendo realizada pela SIURB e **não se insere no âmbito do Plano de Ação**. A resposta de SIURB foi a seguinte: “*Demanda já contemplada parcial ou totalmente ao Planejamento de 2020. Inspeção Especial do Viaduto Bresser já realizada em 2019. Como resultado desta inspeção, foi elaborado o projeto para subsidiar a contratação de obra de recuperação desta estrutura. O edital de contratação da obra de recuperação deste viaduto se encontra em fase final de elaboração, com publicação prevista para início do 2º semestre de 2020*”.

O fato de ter havido apenas duas demandas para esse Perímetro de Ação, que é um dos prioritários, pode ser por conta de que as diretrizes estabelecidas no Plano Regional e que foram apresentadas na audiência, ainda não foram superadas. A efetividade desse perímetro será alcançada a partir da implementação das principais diretrizes para requalificação e transformação urbana dessa área, tais como aquelas relacionadas à qualificação do sistema viário; qualificação dos espaços públicos de

modo a compatibilizá-los ao uso comercial existentes na área; melhoramento na mobilidade local de modo a superar as barreiras urbanas, para pedestres, ciclistas, ônibus e automóveis e as relacionadas às ações de assistência social para a população em situação de rua.

Esse Perímetro de Ação está inserido parcialmente na Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí (OUCBT) e no PIU Setor Central.

A OUCBT está na Câmara Municipal para análise e discussão e o PIU Setor Central está na fase de consolidação no âmbito do Executivo e posteriormente será encaminhado para a Câmara Municipal para análise e discussão.

4 - PERÍMETRO ID 390 MOOCA BAIXA

Esse Perímetro de Ação está contido nas Subprefeitura Mooca e Sé e as diretrizes, estabelecidas no Plano Regional da Subprefeitura, são:

- Buscar a redução das desigualdades socioeconômicas através do desenvolvimento da centralidade comercial e industrial existente, equacionando as relações entre moradia, emprego e oferta de equipamentos sociais na área;
- Desenvolver ações de assistência social à população em situação de vulnerabilidade social (população em situação de rua e usuária de drogas);
- Estimular a criação e manutenção de comércio e serviços locais no térreo dos imóveis existentes ou a construir, de modo a proporcionar fachada ativa nas vias do perímetro e aumentar a oferta de empregos na área;
- Garantir a permanência e a instalação de empresas que gerem empregos no território. Destaque para as indústrias e armazéns na Av. Presidente Wilson;
- Qualificar os espaços públicos de modo a compatibilizar ruas, calçadas, praças e equipamentos públicos ao uso comercial e industrial existente na área, bem como ao adensamento populacional previsto para a área, seguindo as diretrizes propostas na OUCBT;
- Estimular o uso e a permanência nas praças e áreas verdes através de sua qualificação com tratamento paisagístico adequado;
- Elaborar projeto de arborização urbana que seja adequado e compatível com a grande circulação de pedestres nos bairros, especialmente para reduzir os efeitos da ilha de calor urbana, considerando as diretrizes da OUCBT;
- Ofertar novas áreas verdes de modo a qualificar a área. Destaque para o Parque Alberto Lion planejado na OUCBT;

- Tutelar e preservar os bens materiais que compõem o patrimônio histórico cultural existente no perímetro, em especial os localizados ao longo da Av. Presidente Wilson e R. da Mooca;
- Executar as obras de drenagem previstas na OUCBT, aliadas a implantação de rede de parques e áreas verdes livres, buscando a contenção e/ou mitigação de alagamentos na área e recuperação ambiental do Rio Tamanduateí;
- Monitorar a contaminação do solo no perímetro, considerando as diretrizes da OUCBT. Destaque para os lotes na Av. do Estado;
- Promover acessibilidade universal dos passeios públicos, sobretudo nas vias com grande fluxo de pedestres e as que conectam equipamentos públicos. Destaque para Av. Presidente Wilson, R. da Mooca, R. Barão de Jaguará e R. Dona Ana Neri;
- Qualificar as principais conexões viárias existentes. Destaque para os melhoramentos viários, eixos de qualificação e corredores de centralidade previstos na OUCBT;
- Desenvolver percursos alternativos para pedestres, ciclistas, ônibus e automóveis de modo a superar grandes barreiras urbanas, melhorando a mobilidade local da área. Destaque para Av. Alcântara Machado, Av. do Estado e linhas ferroviárias;
- Qualificar os acessos à Estação Mooca (Linha 10 Turquesa da CPTM) pela Av. Presidente Wilson, de modo a garantir a segurança pública e a acessibilidade universal;
- Promover soluções habitacionais de acordo com diretrizes do Plano Municipal de Habitação (PMH), integradas ao Governo do Estado (Casa Paulista) e as diretrizes da OUCBT, que melhorem as condições de vida e moradia da população residente em áreas de precariedade habitacional;
- Estimular o desenvolvimento de projetos em terrenos e lotes, públicos ou privados, que estejam subutilizados ou não edificados.

As ações previstas no **Programa de Metas 2019-2020** para este Perímetro de Ação são:

Produção habitacional Rua da Mooca (416-418-424) – COHAB (meta da Sé)

Corredor Radial Leste – trecho 1 – SIURB (**meta da subprefeitura Mooca**)

Implantação de novas ciclovias e ciclofaixas – Radial Leste – SMT (meta da Sé)

Requalificações em locais de parada de ônibus (plataforma de embarque + pista no local de frenagem dos ônibus) – SPtrans (**meta da subprefeitura Mooca**)

Revitalização do Parque Benemérito Brás / Obras de revitalização no parque – SVMA
(meta da subprefeitura Mooca)

As propostas apresentadas na audiência pública para o Perímetro de Ação são:

1. As calçadas da Rua da Mooca e Paes de Barros onduladas dificultando mobilidade. (sic)

Trata-se de melhoramento na mobilidade urbana, em especial as calçadas para os pedestres, **pertinente de ser inserido no Plano de Ação** e também de ser compatibilizado a luz do Decreto 58.845, de 10 de julho de 2018- Plano Emergencial de Calçadas - PEC

Resposta da SMSUB: “***Demanda acrescentada ao Planejamento de 2020*** ”A Lei nº 14.675 de 23 de janeiro de 2008, institui o Plano Emergencial de Calçadas (PEC) e o Decreto Municipal nº 58.845, de 10 de julho de 2018, define as rotas emergenciais”.

2. Incluir o Parque Benemérito Brás junto às Escolas CGI Nazir Miguel e EMEI João Mendonça, com Wifi. (sic)

É uma demanda **pertinente, porém, para futura expansão da rede**, como segue a resposta da SMIT: “*Demanda inviável. Informamos que o Programa WiFi Livre SP tem como objetivo levar internet gratuita e de qualidade para as principais praças fomentando a inclusão digital e a apropriação do espaço público. Inicialmente contávamos com 120 pontos e estamos trabalhando na fase de expansão para levar internet gratuita para 624 localidades e disponibilizar wifi em centros culturais, bibliotecas, centros desportivos e pontos turísticos, entre outros pontos de acesso. Infelizmente, uma vez que o Edital de Credenciamento já foi assinado e já estamos em fase de implementação da expansão do Programa, não é mais possível acrescentarmos localidades à lista de locais que receberão o Programa WiFi Livre SP. As localidades sugeridas serão anotadas para que, em uma futura expansão possam ser analisadas e possivelmente contempladas. Informações sobre a lista de localidades que serão contempladas nessa fase de expansão você pode encontrar aqui: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/inovacao/noticias/?p=279947>”*

Apenas essas duas demandas foram registradas na audiência pública para esse Perímetro prioritário. Esse fato pode ser por conta de que as diretrizes estabelecidas no Plano Regional, apresentadas durante audiência, ainda não terem sido implementadas.

A efetividade desse perímetro está na transformação urbana dessa área que é marcada pela presença de galpões industriais e armazéns em grandes glebas próximas à ferrovia (Linha 10 Turquesa da CPTM); habitações coletivas precárias (cortiços) e de concentração de população em situação de rua. A transformação urbana será alcançada a partir da implementação das principais diretrizes como aquelas relacionadas à mobilidade local tais como: melhorar as principais conexões viárias existentes; os acessos à Estação Mooca (Linha 10 Turquesa da CPTM) pela Av. Presidente Wilson. Também daquelas diretrizes relacionadas ao incentivo para permanência e instalação de empresas que gerem empregos no território; as intervenções para solucionar os problemas de enchentes do Rio Tamanduateí; as ações de assistência social para população em situação de vulnerabilidade social; à qualificação dos espaços públicos e as relacionadas aos problemas de habitações precárias como os cortiços. Salienta-se que as metas 2019/2020 que incidem nesse perímetro não atendem essas diretrizes.

Cabe destacar que esse Perímetro de Ação tem uma pequena faixa inserida na Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí (OUCBT), que está na Câmara Municipal para análise e discussão. Também tem uma parcela significativa inserida no PIU Setor Central, que está na fase final de análise pelo Executivo e posteriormente será encaminhado para a Câmara Municipal para análise e discussão.

5 - PERÍMETRO ID 387 BRÁS/BRESSER-MOOCA

As diretrizes de Perímetro de Ação, tal como apresentado no Plano Regional da Subprefeitura, são:

- Desenvolver ações de assistência social à população em situação de vulnerabilidade social (população em situação de escravidão e imigrantes).
- Considerar as questões sociais (trabalho escravo e população imigrante) existentes na área, a fim de incorporá-las às ações de desenvolvimento econômico e geração de emprego, articulando ações com as coordenadorias da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC), Secretaria Municipal de Relações Internacionais e Federativas (SMRIF) e Secretaria Municipal do Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo (SDTE).
- Incentivar ao ensino técnico profissionalizante para trabalhadores empregados em condições subnormais e população imigrante.
- Qualificar os espaços públicos de modo a compatibilizar ruas, calçadas, praças e equipamentos públicos ao uso comercial existente na área e ao adensamento

populacional previsto para a área. Destaque para as quadras no Eixo de Estruturação da Transformação Urbana (ZEU).

- Estimular o uso e a permanência nas praças e áreas verdes através de sua qualificação com tratamento paisagístico adequado. Destaque para Praça Agente Cícero.
- Elaborar projeto de arborização urbana que seja adequado e compatível com a grande circulação de pedestres nos bairros, especialmente para reduzir os efeitos da ilha de calor urbana.
- Tutelar e preservar os bens materiais que compõem o patrimônio histórico cultural existente no perímetro, em especial os localizados ao longo da orla ferroviária.
- Solucionar problemas de microdrenagem (alagamentos), em especial na R. Coimbra e Av. Rangel Pestana.
- Promover acessibilidade universal dos passeios públicos, sobretudo nas vias com grande fluxo de pedestres e as que conectam equipamentos públicos. Destaque para R. Doutor Almeida Lima e R. do Hipódromo.
- Qualificar as principais conexões viárias existentes. Destaque para R. Almirante Brasil, R. do Hipódromo, Av. Alcântara Machado e Av. Celso Garcia.
- Desenvolver percursos alternativos para pedestres, ciclistas, ônibus e automóveis de modo a superar grandes barreiras urbanas, melhorando a mobilidade local da área. Destaque para Av. Alcântara Machado e linhas ferroviárias.
- Qualificar os acessos à Estação Brás (Linhas 10 Turquesa e Linha 11 Coral da CPTM) pela R. Doutor Almeida Lima e Praça Agente Cícero, e à Estação Bresser-Moooca (Linha 3 Vermelha do Metrô) pela R. do Hipódromo e R. Inácio de Araújo, de modo a garantir a segurança pública e a acessibilidade universal.
- Considerar a construção de terminal de ônibus Concórdia junto à estação Brás da CPTM, prevista no Plano Municipal de Mobilidade (PLANMOB 2015), para qualificação da integração intermodal entre o transporte de alta capacidade (Metrô e CPTM) e o transporte local (ônibus).
- Promover soluções habitacionais de acordo com diretrizes do Plano Municipal de Habitação (PMH) e integradas ao Governo do Estado (Casa Paulista), que melhorem as condições de vida e moradia da população residente em áreas de precariedade habitacional (cortiços).
- Formular Plano de Ação Integrada, vinculado ao Programa de Intervenção em Cortiços, conforme critérios e parâmetros definidos pelo PMH, ao que se refere aos projetos de intervenção para ZEIS-3.

- Articular ações de monitoramento do espaço público com a Secretaria Municipal de Segurança Urbana (SMSU) a fim de garantir maior segurança pública no local.
- Solucionar demanda pela instalação de mobiliário urbano e melhoria da iluminação pública, a fim de proporcionar maior convívio social e segurança aos espaços públicos.

As ações previstas no **Programa de Metas 2019-2020** para este Perímetro de Ação são:

Requalificação de calçadas - SMSUB

Implantação de novas ciclovias e ciclofaixas – Viaduto Bresser e Rua João Boemer - SMT;

Requalificações em locais de parada de ônibus (plataforma de embarque + pista no local de frenagem dos ônibus) – SPtrans

Propostas apresentadas na audiência pública para o Perímetro de Ação:

1. Inspeção do Viaduto Bresser. (sic)

É uma questão de manutenção dos viadutos, que está sendo realizada pela SIURB e **não se insere no âmbito do Plano de Ação**. A resposta de SIURB foi a seguinte: *“Demanda já contemplada parcial ou totalmente ao Planejamento de 2020. Inspeção Especial do Viaduto Bresser já realizada em 2019. Como resultado desta inspeção, foi elaborado o projeto para subsidiar a contratação de obra de recuperação desta estrutura. O edital de contratação da obra de recuperação deste viaduto se encontra em fase final de elaboração, com publicação prevista para início do 2º semestre de 2020”.*

2. Assistência aos imigrantes e refugiados do bairro. (sic)

É uma **demanda pertinente de ser acolhida no Plano de Ação** e a resposta da SMHC foi a seguinte: *“Demanda já contemplada parcial ou totalmente ao Planejamento de 2020. No que concerne à SMDHC, por meio da unidade móvel do Centro de Referência e Atendimento ao Imigrante (CRAI Móvel) está sendo ofertado atendimento à população imigrante para defesa e promoção de direitos em todo o território do município. Vale mencionar que o Centro de Referência e Atendimento ao Imigrante encontra-se _____.”*

3. Criação do setor "Escreve Cartas" gratuito para elaboração de currículos, cartas e formulários, no modelo existente no Poupatempo de Itaquera. (sic)

Trata-se de proposta para ampliar oferta de e implementar um Centro de Apoio ao Trabalho e Empreendedorismo – CATE na Mooca. **Demanda pertinente de ser incluída no Plano de Ação** e a resposta da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e do Trabalho (SMDET) foi a seguinte: **“Demanda já contemplada parcial ou totalmente ao Planejamento de 2020.** O Programa Elabora da Fundação Paulistana de Educação, Tecnologia e Cultura e SMDET tem como objetivo a elevação da empregabilidade, por meio da oferta de oficinas com conteúdo variado, entre elas a elaboração de currículos. **Não há, no momento, unidade do Cate na Mooca, mas pode ser objeto de implantação no futuro, cenário que será avaliado em 2021”.**

4. Revitalizar a área da prefeitura com relação à infraestrutura. À noite o espaço deve ser ocupado para atividades de lazer e esportes. Segurança eficiente para os usuários. (sic)

Trata-se de investimento em qualificação de espaços públicos e em segurança pública, **demanda pertinente de ser incluída no Plano de Ação.** A resposta da SMSUB foi a seguinte: **“Demanda já contemplada parcial ou totalmente ao Planejamento de 2020.** A Subprefeitura já está executando a requalificação da área do Centro Educacional Salim F. Maluf. Quanto a utilização dos espaços no período noturno e a segurança do local a competência é da Secretaria Municipal de Esportes que deverá deliberar”.

5. Fiscalização eficiente quanto aos grupos carnavalescos respeitando-se os locais licenciados para apresentações de modo a não haver desrespeito e depredação dos locais. (sic)

Esta demanda **não é de âmbito de Plano de Ação** e sim de fiscalização da Subprefeitura e a resposta da SMSUB foi a seguinte: **“Demanda já contemplada parcial ou totalmente ao Planejamento de 2020.** A Subprefeitura organizou junto à SMSUB/SPUA o acompanhamento de todos os blocos carnavalescos com equipes de apoio à remoção (fiscalização de comércio ambulante) e agentes efetivos da Unidade Técnica de Fiscalização da SUB-MO”.

6. Período intenso de chuvas: limpeza efetiva dos bueiros evitando enchentes (drenagem) (sic)

Essa demanda é de manutenção por parte da Subprefeitura e **não de âmbito do Plano de Ação.** A resposta de SMUB foi a seguinte: **“Demanda já contemplada parcial ou totalmente ao Planejamento de 2020.** A Subprefeitura mantém uma frequência intensa de

limpeza de bueiros manual e mecanizada nos locais com incidência de enchentes no período de chuvas e faz um trabalho preventivo no período de estiagem”.

7. Revitalização das praças públicas do bairro e aumento das áreas verdes.
(sic)

Demanda **pertinente de ser incluída no Plano de Ação** e a resposta de SMSUB foi a seguinte: *“Demanda já contemplada parcial ou totalmente ao Planejamento de 2020. A Subprefeitura já está executando a requalificação de diversas praças na área sob sua jurisdição”.*

8. Revitalização da biblioteca nas dependências da subprefeitura. (sic)

Trata-se de qualificação de equipamento de cultura, **pertinente de ser incluída no Plano de Ação** e as respostas das Secretarias foram as seguintes:

Resposta de SMSUB: *“Demanda acrescentada ao Planejamento de 2020. A Biblioteca faz parte da Secretaria Municipal de Cultura. A Subprefeitura está executando obras de melhorias na área externa que inclui o pátio de estacionamento em frente a Biblioteca.*

Resposta de SMC: *“Demanda não inteligível ou genérica. O que seria a revitalização? Informamos que em 2018, o layout da Biblioteca Pública Municipal Affonso Taunay foi alterado, tendo recebido novos mobiliários e expositores do acervo. Em abril de 2019, também foi inaugurado na biblioteca o DIGILAB, nova versão do antigo Telecentro, com espaço de coworking público, espaço totalmente revitalizado, em parceria com a Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia. Em 2020 e 2021, a Biblioteca Affonso Taunay não faz parte da lista de bibliotecas a serem reformadas. Entre os parâmetros para tal seleção está à avaliação da situação predial de cada equipamento cultural, realizada pelo setor de obras da Secretaria Municipal de Cultura, e a disponibilidade de orçamento da pasta”.*

A efetividade desse Perímetro de Ação está pautada na reestruturação e transformação urbana dessa área. Para tanto, as principais diretrizes são: qualificar os espaços públicos com vistas a compatibilizar ruas, calçadas, praças e equipamentos públicos ao uso comercial existente na área; qualificar as principais conexões viárias existentes e os acessos às estações Brás e Bresser Mooca; equacionar as condições habitacionais da população em situações precárias e promover ações de assistência social à população em situação de vulnerabilidade social.

Cabe destacar que esse Perímetro de Ação está inserido no PIU Setor Central, que está fase final de análise e consolidação pelo Executivo e será encaminhado para a Câmara Municipal para análise e discussão.

Todas as propostas apresentadas na audiência pública encontraram correspondências nos Perímetros de Ação. Por isso, o item denominado “**Propostas com abrangência para todo o território da subprefeitura**” não se faz necessário.

5. Considerações Técnicas sobre o Plano de Ação da Subprefeitura

Esta seção apresenta as considerações e recomendações técnicas que norteiam as ações prioritárias para a implementação dos perímetros de ação que compõe o Plano de Ação da Subprefeitura Mooca, conforme o **Quadro 9**.

A consulta à sociedade civil, aos setoriais municipais, e o estudo técnico desenvolvido pelos consultores UNESCO e PLANURBE-SMDU indicam as recomendações para o Plano de Ação da Subprefeitura. As recomendações são propostas com aderência ao Plano de Ação, à Subprefeitura como um todo e aos Perímetros de Ação Prioritários.

Quadro 9: Recomendações Técnicas para o Plano de Ação 2020 e recomendações para 2021 da Subprefeitura Mooca.

Perímetro de Ação	Ação(s) prioritária(s) Perímetro de Ação	Diretrizes complementares a partir das propostas da sociedade civil
ID 388 Belenzinho	<p>Melhorar os acessos à Estação Belém (Linha 3 Vermelha do Metrô) e ao Terminal de Ônibus Belém.</p> <p>Adequar o sistema viário de modo a compatibilizar os conflitos decorrentes do intenso trânsito de veículos e o fluxo de pedestres na região e organizar os estacionamentos intermodais destinados ao atendimento da população que utiliza o transporte coletivo de alta capacidade (Metrô e CPTM).</p> <p>Solucionar os problemas de circulação intrabairros e conflitos entre os deslocamentos locais e regionais;</p> <p>Solucionar as questões habitacionais da população em situação de vulnerabilidade social, em especial as moradoras nos cortiços. Implementar os Empreendimentos de HIS nas áreas demarcadas como ZEIS-3.</p> <p>Resolver as questões sociais ligadas à concentração de população em situação de rua, principalmente nas proximidades da linha férrea e viadutos.</p> <p>Implementar os corredores de ônibus (Radial Leste e Celso Garcia) e melhoramentos viários previstos no PDE 2014. Está previsto como meta 2019-2020 a implantação do trecho 1 do Corredor Radial Leste.</p>	<p>Não houve novas propostas. As diretrizes apresentadas no Plano Regional ainda são válidas e não foram totalmente superadas.</p>
ID 77 Centralidade Pari / Brás/ Belém	<p>Solucionar as questões habitacionais da população em situação de vulnerabilidade social, em especial as moradoras nos cortiços. Implementar os Empreendimentos de HIS nas áreas demarcadas como ZEIS-3.</p> <p>Promover ações de assistência social para a população em situação de rua.</p> <p>Melhorar as condições de circulação de cargas, mitigando conflitos com os demais modais e com as atividades da área;</p> <p>Solucionar os problemas de drenagem urbana para o controle de enchentes e alagamentos.</p> <p>Estimular o desenvolvimento econômico local.</p>	<p>Não houve novas propostas. As diretrizes apresentadas no Plano Regional ainda são válidas e não foram totalmente superadas.</p>

Perímetro de Ação	Ação(s) prioritária(s) Perímetro de Ação	Diretrizes complementares a partir das propostas da sociedade civil
	<p>Implementar os corredores de ônibus (Rangel Pestana Rua João Teodoro) e melhoramentos viários previstos no PDE.</p> <p>Há meta 2019-2020 para a requalificação de corredores e faixas de ônibus nas Avenidas Cruzeiro do Sul, Celso Garcia e Carlos de Campos.</p> <p>Esse Perímetro de Ação está inserido no PIU Setor Central, que está em fase final de análise e consolidação no âmbito do Executivo e será encaminhado, posteriormente, para a Câmara Municipal para discussão.</p>	
<p>ID 78 Centralidade Mooca</p>	<p>Qualificar o sistema viário.</p> <p>Melhorar a mobilidade local de modo a superar as barreiras urbanas, para pedestres, ciclistas, ônibus e automóveis.</p> <p>Requalificar os passeios públicos, em especial nas vias com grande fluxo de pedestres e as que conectam equipamentos públicos. Destaque para Av. Paes de Barros, R. dos Trilhos, R. da Mooca, R. Bresser e R. Taquari. (Analisar também sob a ótica da Lei nº 14.675 de 23 de janeiro de 2008, institui o Plano Emergencial de Calçadas (PEC) e o Decreto Municipal nº 58.845, de 10 de julho de 2018, define as rotas emergenciais).</p> <p>Qualificar os espaços públicos de modo a compatibilizá-los ao uso comercial existentes na área.</p> <p>Solucionar problemas de microdrenagem (alagamentos), em especial nas ruas Bresser, R. Taquari e R. dos Trilhos.</p> <p>Promover ações de assistência social para a população em situação de rua.</p> <p>Implementar os corredores de ônibus (Radial Centro Leste e Viaduto e Rua Bresser) previstos no PDE 2014. Há meta 2019-2020 para obra do corredor do Radial Centro/Leste – trecho 1</p> <p>Esse Perímetro de Ação está inserido parcialmente na Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí (OUCBT), que está na Câmara Municipal para análise e discussão. Está inserido também no PIU Setor Central, que está</p>	

Perímetro de Ação	Ação(s) prioritária(s) Perímetro de Ação	Diretrizes complementares a partir das propostas da sociedade civil
	em fase final de análise e consolidação no âmbito do Executivo e posteriormente será encaminhado para a Câmara Municipal para análise e discussão.	
ID 390 Mooca Baixa	<p>Qualificar as principais conexões viárias existentes.</p> <p>Melhorar os acessos à Estação Mooca (Linha 10 Turquesa da CPTM) pela Av. Presidente Wilson.</p> <p>Requalificar os passeios públicos, em especial nas vias com grande fluxo de pedestres e as que conectam equipamentos públicos. Destaque para Av. Presidente Wilson, R. da Mooca, R. Barão de Jaguará e R. Dona Ana Neri.</p> <p>Incentivar a permanência e instalação de empresas que gerem empregos no território.</p> <p>Solucionar os problemas de enchentes do Rio Tamanduateí;</p> <p>Promover ações de assistência social para população em situação de vulnerabilidade social.</p> <p>Qualificar os espaços públicos de modo a compatibilizar ruas, calçadas, praças e equipamentos públicos ao uso comercial e industrial existente na área.</p> <p>Solucionar as questões habitacionais da população em situação de precariedade habitacional.</p> <p>Implementar o corredor Radial leste e há meta 2019-2020 para essa obra do Corredor Radial Leste – trecho 1</p> <p>Esse Perímetro de Ação está inserido parcialmente na Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí (OUCBT), que está na Câmara Municipal para análise e discussão. Está inserido também no PIU Setor Central, que está em fase final de análise e consolidação no âmbito do Executivo e posteriormente será encaminhado para a Câmara Municipal para análise e discussão.</p>	Expandir a rede de wifi para atender Parque Benemérito Brás junto às Escolas CGI Nazir Miguel e EMEI João Mendonça.

Perímetro de Ação	Ação(s) prioritária(s) Perímetro de Ação	Diretrizes complementares a partir das propostas da sociedade civil
<p>ID 387 Brás/Bresser-Mooça</p>	<p>Qualificar os espaços públicos com vistas a compatibilizar ruas, calçadas, praças e equipamentos públicos ao uso comercial existente na área.</p> <p>Melhorar as principais conexões viárias existentes tais como: Rua Almirante Brasil, Rua do Hipódromo, Av. Alcântara Machado e Av. Celso Garcia.</p> <p>Melhorar os acessos à Estação Brás (Linhas 10 Turquesa e Linha 11 Coral da CPTM) pela Rua Doutor Almeida Lima e Praça Agente Cícero, e à Estação Bresser-Mooça (Linha 3 Vermelha do Metrô) pela Rua do Hipódromo e Rua Inácio de Araújo</p> <p>Implementar os Empreendimentos de HIS nas áreas demarcadas como ZEIS-3.</p> <p>Promover ações de assistência social à população em situação de vulnerabilidade social.</p> <p>Solucionar problemas de microdrenagem (alagamentos), em especial na R. Coimbra e Av. Rangel Pestana.</p> <p>Implementar o corredor Radial leste e há meta 2019-2020 para essa a obra do Corredor Radial Leste – trecho 1.</p> <p>Esse Perímetro de Ação está inserido no PIU Setor Central, que está fase final de análise e consolidação pelo Executivo e será encaminhado para a Câmara Municipal para discussão.</p>	<p>Revitalizar a área da subprefeitura com relação à infraestrutura. Abrir as dependências da subprefeitura durante o período noturno para atividades de lazer e esportes.</p> <p>Implementar um Centro de Apoio ao Trabalho e Empreendedorismo – CATE na Mooça.</p> <p>Promover assistência social aos imigrantes e refugiados.</p> <p>Revitalizar a biblioteca que está nas dependências da subprefeitura.</p>

Elaboração: Consultores UNESCO.

O Plano de Ação da Subprefeitura Mooca é a aplicação em ciclos de planejamento periódicos do Plano Regional da Subprefeitura. Elemento definido no sistema municipal do planejamento urbano paulistano, o Plano de Ação da Subprefeitura visa nortear a aplicação do investimento públicos municipal para a implementação de ações e atividades prioritárias, de modo articulado no espaço urbano, com a participação, conhecimento e controle dos conselhos participativos e da sociedade civil organizada.

A elaboração do Plano de Ação da Subprefeitura é prevista pelo Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo - Lei Municipal 16.050 de 31 de julho de 2014, e foi regulamentada pelo Decreto Municipal Nº 57.537 de 16 de dezembro de 2016. Sua elaboração foi acionada a partir do processo de revisão dos compromissos definidos pelo 2º Plano de Ação em Governo Aberto do Município de São Paulo 2018-2020, Compromisso Nº 2 – Descentralização e Desenvolvimento Local.

Desse modo, a elaboração do Plano de Ação da Subprefeitura 2020 se inicia em 2019, e adota como referência o Programa de Metas 2019-2020 e sua territorialização, de modo a estabelecer relações entre o sistema municipal de planejamento urbano e o processo orçamentário na cidade de São Paulo, este notadamente articulado ao Programa de Metas 2019-2020. Associado a isso, sua elaboração é apoiada na consulta pública à sociedade civil, a qual recolhe, debate e valida as propostas para o Plano de Ação da Subprefeitura.

Ainda que o Plano de Ação da Subprefeitura tenha sido iniciado em 2019, com pouca articulação com o planejamento orçamentário, o plano deverá ser revisto a cada quatro anos, de acordo com o Decreto Municipal Nº 57.537/2016, em articulação entre o sistema municipal de planejamento urbano municipal, o processo orçamentário e o Programa de Metas municipal. Desse modo, a cada ciclo quadrienal de planejamento urbano e orçamentário municipal, é possível convergir para um maior alinhamento entre políticas, programas e projetos municipais, com atenção às ações prioritárias apresentadas pelo Plano de Ação da Subprefeitura e aos respectivos Perímetros de Ação Prioritários.

A complexidade e a grande demanda de ações prioritárias, apontadas no **Quadro 9 Recomendações Técnicas para o Plano de Ação 2020 e recomendações para 2021 da Subprefeitura Mooca**, explicita a necessidade de investimentos públicos robustos e contínuos nas Subprefeituras. A efetivação do Plano de Ação da Subprefeitura Mooca é sustentada pelo desenvolvimento e implementação de projetos

e intervenções urbanas associados a cada um dos Perímetros de Ação Prioritários e respectivas diretrizes.

Em especial, no caso da Subprefeitura Mooca, sobretudo para o desenvolvimento e implementação de programas, projetos e obras necessários para provisão habitacional da população em situação de vulnerabilidade social, em especial as moradoras nos cortiços; adequação do sistema viário e implementação dos corredores de ônibus.

A otimização dos recursos públicos disponíveis ao Plano de Ação da Subprefeitura pode estar associada à uma maior articulação entre diferentes fundos municipais, a exemplo do Fundo de Desenvolvimento Urbano – FUNDURB e Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura – FMSAI. Esses fundos municipais contam com fontes de receita regulares e relativamente estáveis, e possuem afinidade finalística com o Plano de Ação das Subprefeituras. Uma maior articulação entre o sistema municipal de planejamento urbano e o processo orçamentário poderia considerar esses fundos municipais, hoje centrais à provisão das infraestruturas urbana, habitacional e ambiental para o município de São Paulo.

O Plano Regional da Subprefeitura foi aprovado em 2016 com horizonte de planejamento para 2029, e observa-se que as diretrizes apresentadas pelos Perímetros de Ação Prioritários são válidas, permanecem importantes e devem ser efetivadas. Esse fato é evidenciado durante as etapas do processo participativo para a elaboração do Plano de Ação da Subprefeitura 2020 com recomendações para 2021. Por isso é importante ampliar a discussão pública de modo que a sociedade participe e influencie a tomada das decisões públicas, alocação das finanças públicas e as prioridades de financiamento do desenvolvimento urbano paulistano.

O alinhamento entre a participação da sociedade civil; o fortalecimento das institucionalidades da administração pública, a exemplo do fortalecimento dos Núcleos Regionais de Planejamento e das Subprefeituras, a implantação de um sistema composto de processos e procedimentos que alimentem um banco de dados e informações territorializadas; e uma maior articulação entre planejamento urbano e planejamento orçamentário, potencializa a importância da implementação do Plano de Ação das Subprefeituras na cidade de São Paulo.